

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

VIRGÍNIA APARECIDA DOS SANTOS

**O RETRATO DO GOVERNO LULA DESCRITO PELA REVISTA CIDADE NOVA:
A LINHA EDITORIAL ADOTADA PELA REVISTA *CIDADE NOVA* DURANTE O
PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

São Paulo

2011

VIRGÍNIA APARECIDA DOS SANTOS

**O RETRATO DO GOVERNO LULA DESCRITO PELA REVISTA CIDADE NOVA:
A LINHA EDITORIAL ADOTADA PELA REVISTA *CIDADE NOVA* DURANTE O
PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Trabalho apresentado junto ao Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como requisito para a obtenção do Título de Especialista de Pós-Graduação em Jornalismo Social.

Orientador: Professor Ricardo Muniz.

São Paulo

2011

VIRGÍNIA APARECIDA DOS SANTOS

**O RETRATO DO GOVERNO LULA DESCRITO PELA REVISTA CIDADE NOVA:
A LINHA EDITORIAL ADOTADA PELA REVISTA *CIDADE NOVA* DURANTE O
PRIMEIRO MANDATO DO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Trabalho apresentado junto ao Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) como requisito para a obtenção do Título de Especialista de Pós-Graduação em Jornalismo Social.

Orientador: Professor Ricardo Muniz.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Ricardo Muniz - Faculdade Cásper Líbero

Profa. Ms. Maria José de Azevedo – Universidade de São Paulo

Prof. Ms. Luís Mauro Sá Martin – Faculdade Cásper Líbero

Aos meus pais Jorge Guerreiro dos Santos e Valdenice Cruz dos Santos, que sempre me apoiaram e deram toda a força para transformar sonhos em realidade e principalmente superar obstáculos com muita força e garra. Cada passo é importante para a conquista de mais um sonho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar a vida e estar presente em cada momento de superação.

Aos meus pais por todo carinho e amor demonstrado em todos os momentos da minha vida.

Aos meus amigos e colegas da faculdade por toda a força e orações.

Ao meu orientador Ricardo Muniz, pela confiança e companheirismo em toda a caminhada.

Ao meu revisor Thiago Teixeira de Souza por todo o seu apoio e dedicação.

Aos professores do curso de Jornalismo Social, pela dedicação e contribuição para a preparação dos desafios da profissão no dia a dia, principalmente em aspectos como a cidadania e direitos humanos.

A toda equipe da Revista *Cidade Nova* – e, em particular, a José Antonio Faro, diretor de redação por toda a colaboração.

À amiga Andrea Maria Assis pelo apoio e dedicação.

À minha amiga Giceli Valadares da Silva por todas as orações e colaboração.

À minha amiga Thais Mendes Iannarelli por toda a colaboração.

Ao amigo Fabio Claret Trigo de Oliveira pelo apoio e ajuda.

À Ana Maria Tomasevícus por toda a colaboração e apoio.

À Professora Doutora Regina Maria da Luz por toda a colaboração.

A todos os entrevistados, em especial: Fernanda Pompermayer, Claudio Sampaio Barbosa, Marcello Riella Benites, Sérgio Henrique Previdi e Ekkehard A. Schneider, ex-diretor presidente da publicação.

RESUMO

A revista *Cidade Nova* é a publicação oficial do Movimento dos Focolares que é um movimento religioso reconhecido pelo Vaticano. Ela tem como serviço principal relatar fatos da atualidade vistos sob uma perspectiva diferente da mercadológica ou de conflito. Podemos defini-la como uma publicação que procura criar pautas alternativas às da grande mídia, pois visam à tutela e a difusão de valores universais como o respeito à dignidade humana, o diálogo e a compreensão de todos. A revista é vinculada a iniciativa, mas não tem o objetivo de representá-la enquanto instituição sendo apenas o veículo de comunicação da instituição. Destinada a grupos das mais diferentes matizes culturais, inclusive sem referencial religioso, *Cidade Nova*, que completará 53 anos em 2011, passou por vários períodos políticos – da ditadura à democracia – abordando temas sociais, culturais, políticos e econômicos. Durante o período de análise entre os anos de 2003 a 2006, *Cidade Nova* fez uma ampla cobertura do primeiro mandato de um dos grandes líderes sociais do Brasil, “Luiz Inácio Lula da Silva. Como objetivo da pesquisa, temos a proposta de desvendar a cobertura jornalística da publicação durante o primeiro mandato do governo Lula.

Palavras-chave: Revista Cidade Nova, Movimento dos Focolares, Chiara Lubich, Comunicação, Política e Fraternidade.

SUMMARY

New City Magazine is the official publication of the Focolare Movement is a religious movement recognized by the Vatican. It has as main service reporting current events viewed from a perspective other than marketing and conflict. We can define it as a publication that seeks to create alternative agendas to those of the mainstream media that seek the protection and dissemination of universal values such as respect for human dignity, dialogue and understanding of all. The journal is linked to the initiative, but is not meant to represent it as an institution is only the vehicle by the institution. Aimed at groups from different cultural nuances, even without religious reference, *New Town* who turns 53 years this year passed through various political periods - from dictatorship to democracy - addressing social, cultural, political and economic. During the review period between the years 2003 to 2006, *New Town* has a wide coverage of the first term of a great social leaders of Brazil, "Luiz Inacio Lula da Silva. How have the objective of the research proposal to solve the coverage of the publication during the first mandate of the Lula.

Keywords: New City Magazine, the Focolare Movement, Chiara Lubich, Communication, Politics and Society.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
1.1	A integração na América Latina	11
1.2.	A Imprensa no Brasil	12
1.2.1	A implantação da imprensa: chegada a Corte e a Tipografia.....	12
2.	O MOVIMENTO DOS FOCOLARES E SUA HISTÓRIA	14
2.1	O Movimento dos Focolares e seus fundamentos	14
2.2	O Movimento dos Focolares e Chiara Lubich.....	16
2.3	A visão de Chiara Lubich sobre os Meios de Comunicação	18
3.	MEIO SÉCULO DA REVISTA CIDADE NOVA.....	19
3.1.	Uma cinquentenária fazendo história	20
3.2	Algumas particularidades de Cidade Nova	24
3.2.1	Os colaboradores	24
3.2.2	O Conselho de Redação.....	24
3.2.3	Ação da Revista de Cidade Nova	25
3.2.4	Público-leitor da Revista Cidade Nova.....	26
3.2.5	Temas abordados pela Revista Cidade Nova.....	26
3.2.6	Edições/ Tiragem/ Circulação.....	26
3.2.7	Serviços e propostas	27
3.2.7.1	Qual o Serviço da Revista Cidade Nova?.....	27
3.2.7.2	De que modo esse serviço pretende-se dar?	27
4.	REFERENCIAL TEÓRICO	28
4.1	Estudando a recepção	28
4.2	Reflexão metodológica	29
4.3	Pesquisa social.....	29
4.4	Finalidades da pesquisa	30
4.5	Pesquisa descritiva.....	30
5.	HIPÓTESES	31
5.1	Hipótese principal.....	31
5.2	Hipótese secundária	32
6.	METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO CORPUS DA REVISTA CIDADE NOVA	32
6.1	O corpus da revista Cidade Nova	32
6.2	A diversificação do seu público-leitor	33
6.3	A construção das etapas do objeto de estudo	33
6.4	Levantamento de dados do objeto científico	34
6.5	Entrevistas	35
6.5.1	O perfil dos entrevistados	36
6.6	Comprovação da hipótese.....	36
6.7	Termos diferenciados	38
6.8	Comprovação numérica	39
6.9	Comparações numéricas	44

7.	REVELADO AS MOTIVAÇÕES DA COBERTURA NA REVISTA CN (CIDADE NOVA).....	44
7.1	Veículo de informação e comunicação	44
7.2	Perspectiva de CN	45
7.3	A transformação da Revista Cidade Nova com a dissidência do MPPU	45
7.4	A ligação de CN com o Movimento Político pela Unidade	46
7.5	A influência do governo petista na pauta de Cidade Nova.....	47
7.6	Os exageros da linha editorial da revista	48
7.7	Matérias publicadas de cunho social ou político no período.	50
7.8	Citações de destaque em matérias sobre o primeiro mandato de Lula	52
7.9	Diferenciações no tratamento dado a Lula em relação à Dilma Rousseff	54
8.	UMA FIGURA EMBLEMÁTICA E CARISMÁTICA: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.....	55
8.1	O líder populista e popular	55
8.2	O fascínio que faz de Luiz Inácio da Silva um dos políticos mais carismáticos do Brasil.....	57
9.	CASE CIDADE NOVA – JOÃO PAULO CUNHA	58
9.1	Primeiro artigo da Revista Cidade Nova com um político atuante na capa	58
9.2	Repercussão do Case João Paulo Cunha	59
9.3	Opiniões de nossos entrevistados	59
9.4	Posição do editor	60
9.5	O MPPU e João Paulo Cunha.....	60
9.6	O esquema de propina do mensalão e João Paulo Cunha.....	61
9.7	A cobertura do esquema de mensalão do governo petista por Cidade Nova	61
9.8	Posições da Revista Cidade Nova Pós-Case João Paulo Cunha.....	62
10.	APRESENTAÇÃO DO OLHAR DOS COLABORADORES DA REVISTA CN SOBRE SUA PROPOSTA	63
10.1	O diferencial em trabalhar na Revista Cidade Nova	63
11.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
11.1	Equipe Cidade Nova	67
11.2	Conflitos em Cidade Nova	68
11.3	A universalidade da revista.....	69
11.4	A cobertura da revista Cidade Nova.....	69
12.	REFERÊNCIAS	71
	Anexo A.....	73
	Anexo B.....	76
	Anexo C.....	80
	Anexo D.....	83
	Anexo E	86
	Anexo F	89
	Anexo G.....	91
	Anexo H.....	93
	Anexo I	94
	Anexo J.....	95
	Anexo L	96
	Anexo M.....	97

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é destacar o papel da revista *Cidade Nova* (Movimento dos Focolares¹) na cobertura do governo “Luiz Inácio Lula da Silva”, especificamente no primeiro mandato, ou seja, do ano 2003 ao ano 2006. O destaque pretendido é sobre a análise do conteúdo² publicado na revista *Cidade Nova* durante o período destacado.

Visa-se observar o comportamento da publicação e suas especificações nos anos referidos. Além disso, pretende-se verificar se houve uma mudança editorial estrutural ou se apenas epidérmica e quais as reais motivações. *Cidade Nova* é uma publicação com mais de 50 anos, o que é raro na história dos meios de comunicação. Em meio século, a revista passou por inúmeros períodos de transformações e mudanças no Brasil.

A necessidade de se falar dos veículos de comunicação e especialmente das revistas se torna relevante por determinar uma forma de acesso à informação que precisa se inovar constantemente.

Desvendar a linha editorial da revista apresentada durante o período de análise é um dos passos. Em 2005, por exemplo, em pleno período da pesquisa, *Cidade Nova* recebeu o Prêmio Dom Hélder Câmara de Imprensa, concedido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) “pelo conjunto de suas edições e pelo reconhecimento da sua linha editorial e coerência com o tema da 39ª dia Mundial das Comunicações: “Os meios de comunicação: a serviço da compreensão entre os povos”.

Desse modo, a hipótese desse trabalho é que de fato houve uma mudança na linha editorial no período citado, sendo substancial e que o corpus analisado dará elementos para a sua comprovação e identificação das motivações que podem ser de caráter ideológico ou político.

Como identificado, até o ano de 2002 a publicação se mostrava apartidária, ou seja, os artigos publicados não destacavam as realizações de um partido específico ou de determinada

¹ Movimento religioso e civil, nascido na Itália, durante a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de colaborar para a realização da fraternidade universal.

² A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade investigar as informações. B. Berelson e P.F. Lazarsfeld, *The analysis of communications content*, University of Chicago, 1990.

figura política. Para este trabalho de pesquisa parte-se da hipótese de que com a entrada de uma liderança social, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Brasil passou por um realinhamento político, ou seja, uma nova configuração ideológica que provocou encantamento entre partidos, sociedade e meios de comunicação. “A chegada de um ex-líder sindical à Presidência da República foi o ápice do longo processo de “circulação das elites” (COUTO, Gonçalves Cláudio, professor de ciência política da PUC-SP, CULT, 2010, “Dossiê A Era Lula”).

O que se pretende é descobrir se o interesse de *Cidade Nova* ao abordar as realizações do governo em destaque foi acrítico ou não. Para isso. Será necessário prover respostas para a seguinte questão: “Houve efetivamente uma mudança substantiva no período apontado. Qual teria sido a motivação (ou as motivações) principal(ais) dessa mudança?

1.1 A integração na América Latina

Nos anos 50, com o fortalecimento das burguesias latino-americanas, o conceito de América Latina chegou com o discurso revolucionário; expressa-se também no contexto desenvolvimentista no qual a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) é o melhor exemplo da proposta de integração econômica. A novidade dessas propostas era a inclusão do Brasil no conceito da América Latina.

A unidade latino-americana é um projeto que terá que passar, necessariamente, pela democratização da sociedade, da política e da comunicação. Desde o início da década de 80, os regimes autoritários foram cedendo terreno à democracia, ainda restrita, formal, mas permissiva o suficiente para permitir determinadas práticas que poderão consolidar os processos sociais em desenvolvimento na região.

A democracia é, pois, uma situação favorável para discutir o problema da integração, com base nos interesses sócio-econômicos, culturais e políticos: “A integração como projeto político implica uma participação de setores sociais, entre eles, o próprio Estado.”³

Esse projeto político é hoje de difícil concretização, pois o modelo de democracia que resulta da implantação do neoliberalismo está desestruturando os instrumentos de atuação coletiva da sociedade, tais como os sindicatos e os partidos progressistas.

³ IBARRA, J. C. R. Europa 93 e as Relações com a América Latina. In: MELO, J. M. *Ibero-américa: integração e comunicação*. São Paulo: ECA/USP, 1990, p. 11.

Desta prática política, de fato, decorre um modelo de democracia asséptica e *desideologizada*, por cima e por fora dos partidos políticos, a qual está abrindo espaço a um anti-politicismo que glorifica e legitima personagens.⁴

No espaço urbano latino-americano é onde se concentram os maiores problemas e as mais ricas possibilidades de solução: é no interior das cidades latino-americanas de fins do século XX que estão os verdadeiros desafios políticos e culturais no continente: “ellos consistem en la resistencia que pueda oponerse a la consolidación del modelo de exclusión y apartheid social que se despliegan sobre nuestras deterioradas geografías urbanas y en las estrategias que puedan desarrollarse para generar canales y formas de participación e inclusión de la ciudadanía.”⁵ Nesse sentido, é significativa a intervenção dos meios de comunicação, contribuindo ainda mais para esta prática social desarticulada.

“Ao longo dos séculos, a América Latina não sofreu somente o despojamento do ouro, da prata, do salitre e da borracha, do cobre e do petróleo: sofreu também pela usurpação da memória. Desde muito cedo foi condenada à amnésia pelos quais a impediram de ser . A história oficial latino-americana resume-se num desfile militar de próceres em uniformes recém-saídos da lavanderia.” (GALEANO, Eduardo, 1990)

1.2. A Imprensa no Brasil

1.2.1 A implantação da imprensa: chegam a Corte e a Tipografia

A apressada transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, sob a pressão da invasão napoleônica modificou a situação da Colônia que, repentinamente, se tornou a sede da Monarquia.

A vida, no Brasil, teve que sofrer rápidas transformações. Uma das primeiras medidas adotadas por D. João foi a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, quebrando o longo período de monopólio que Portugal mantivera sobre sua Colônia.

⁴ Elizondo, J. R. América Latina: hacia La Democracia Consolidada. *Nueva Sociedad*, n. 113, 1991, p. 37.

⁵ “Eles consistem na resistência que possa opor-se à consolidação do modelo de exclusão e segregação social que se desenvolvem sobre nossas deterioradas geografias urbanas e nas estratégias que possam desenvolver-se para gerar canais e formas de participação e inclusão da cidadania.” Elizondo J.R, *Nueva Sociedad*, n. 114, 1991, p. 76.

Em contrapartida, a Inglaterra, principal “nação amiga” naquele momento, iniciava também sua longa influência sobre o Brasil.

Comerciantes ingleses instalaram-se de imediato, trazendo as mais variadas mercadorias e, com elas, novos usos e costumes para a sociedade brasileira.

Maior número de estrangeiros passou a frequentar o País, trazendo novas ideias. Muitos deles registraram suas impressões em diários, cartas, ou outros tipos de relatos, que são verdadeiras “reportagens” sobre os usos e costumes da época.

Após a chegada da corte, a instrução ampliou-se com a fundação de novas escolas e a criação do ensino superior.

Em meio à quebra de tantas barreiras, mais uma veio abaixo com a instalação da Imprensa Régia. As condições surgiram quase que por acaso. O material tipográfico comprado pela Secretaria de Estrangeiros de Guerra, ainda embalado, foi transferido às pressas por Antonio de Araújo (futuro Conde da Barca), titular daquele Ministério, para o porão de um dos navios que vinha para a sua residência, recebendo autorização para o seu uso, através de alvará expedido por D. João, a 31 de maio de 1808: “Tendo-me constatado que os prelos que se acham nesta capital eram os destinados a Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros e de Guerra, atendendo à necessidade que há de oficina de impressão nestes meus Estados, sou servido que a casa onde eles se estabeleceram sirva inteiramente a Imprensa Régia...”.

O estabelecimento de uma imprensa não significava, no entanto, o fim da censura, pois todo o material impresso deveria ser previamente examinado por uma junta, para que nada se publicasse “contra a religião, o governo e os bons costumes”.

Valendo-se desse material de impressão é que foi possível, a 10 de setembro de 1808, a publicação do primeiro jornal brasileiro: “A Gazeta do Rio de Janeiro”.

Jornal oficial, nada tinha que justificasse o entusiasmo inicial com o qual foi recebido. Dirigido por Frei Tibúrcio José da Rocha, numa edição trissemanal, não havia nada de muito atraente em suas quatro páginas. Além dos documentos oficiais, publicava notícias sobre a nobreza européia, as virtudes da família real portuguesa e suas datas natalícias. Representante da imprensa áulica, subvencionada por um governo absolutista, nada trazia de informação ou comentário que permitisse a formação de uma opinião pública mais crítica.

Nem mesmo seu baixo preço (80 réis) servia como atração. Seu mérito é apenas cronológico por ser o primeiro jornal brasileiro (LIMA, 1989).

2. O MOVIMENTO DOS FOCOLARES E SUA HISTÓRIA

2.1 O Movimento dos Focolares e seus fundamentos

Antes de entender o veículo Revista *Cidade Nova* e o seu conteúdo é preciso falar primeiramente do Movimento dos Focolares do qual ele faz parte. A Revista *Cidade Nova* é a publicação impressa oficial do Movimento (em italiano focolari significa: lareira, lar ou casa e exprime também a ideia da intimidade familiar, do calor humano existente entre os seus membros).

O Movimento dos Focolares é um movimento religioso com base na Igreja Católica e reconhecido pelo Vaticano. Teve origem durante a Segunda Guerra Mundial no ano de 1943, na cidade de Trento, no norte da Itália.

Uma jovem, Chiara Lubich⁶, e algumas amigas, ao verem os seus ideias de fraternidade e amor universal desmoronarem sob as bombas da guerra Mundial, fizeram uma redescoberta do amor como motriz da vida, que desembocou numa rica experiência espiritual e comunitária fundamentada no amor ao próximo. Em poucos anos, essa experiência iniciou positivamente no ambiente em que elas viviam, suscitando uma ampla comunhão de bens em prol dos pobres e abandonados. “Estávamos em plena segunda guerra mundial, quando as bombas e as destruições tinham criado um vazio tão grande que necessariamente deveria ser preenchido por algo que nenhuma bomba pudesse destruir. Nasceu assim uma experiência universal de grande significação espiritual”, (Editora Cidade Nova. “E a vida renasce entre as bombas...”; VERONESI, 1988).

O testemunho de fraternidade dessas jovens atraiu muitas outras pessoas e, aos poucos, o grupo foi se desenvolvendo e se alastrando, primeiro na Itália, depois na Europa e mais tarde em todo o mundo. Hoje, os Focolares – um movimento de espiritualidade nascido no âmbito católico, mas de abertura ecumênica e de diálogo interreligioso e intercultural – está

⁶ Chiara nasce em Trento em 22 janeiro de 1920. Durante o fascismo, vive anos de pobreza: o pai, socialista, perde o trabalho por causa de suas idéias. Para manter seus estudos, desde muito jovem dá aulas particulares (MOVIMENTO DOS FOCOLARES, s/d).

difundido por várias nações ao longo desses mais de 60 anos alcançando uma difusão mundial.

O Movimento encontra-se presente em mais de 182 países, dos quais 89 possuem centros estáveis, assim distribuídos ao longo dos continentes: Europa (29), África (25), América (19), Ásia (13), Oceania (3) desde a década de 50. Focolares conta com 141.400 membros, além de dois milhões de aderentes e uma irradiação de alguns milhões de pessoas, dificilmente calculável em todo o mundo.

A ideia central que resume a espiritualidade do Movimento dos Focolares pode ser sintetizada na palavra “unidade”. Isso significa concretamente a procura pela promoção, entre as pessoas de todas as idades, categorias sociais, raças, culturas e religiões, valores que contribuam para a paz, a solidariedade, a concórdia, o perdão, a justiça, etc.

A espiritualidade da unidade traduz-se concretamente em um paradigma de leitura e interpretação da realidade e funciona como uma mola propulsora de iniciativas na política, na economia, na arte, na cultura, na medicina e em outros campos da atividade humana.

Na medida em que o primeiro grupo foi se alastrando e se articulando, a comunicação – e, por conseguinte, o uso do texto escrito foi se tornando necessário para tornar comum as ideias, valores e fatos entre os membros do Focolares. Desse modo, surgiu a Editora Cidade Nova, que passou a ter importância fundamental nesta propagação de informações. Esse processo teve início de forma simples com Chiara, que escrevia cartas para inúmeras pessoas, comunicando experiências e meditações que serviam de estímulo para o progresso espiritual dos seus destinatários. Essas cartas constituem a primeira documentação da vida do Movimento dos Focolares.

Durante a década de 50, evidenciou-se a necessidade de se criar um veículo de comunicação que mantivesse unidas essas pessoas, sobretudo na Itália. Em 1956, nasceram as primeiras páginas mimeografadas que viriam a constituir a revista *Città Nuova*. Em 1959, as meditações de Chiara Lubich publicadas na revista foram recolhidas em um opúsculo, *Meditazioni*, traduzido em pouco tempo em vários idiomas e ainda hoje é um best-seller. Assim teve início à atividade editorial de *Città Nuova*, a primeira edição em língua italiana e a maior das editoras no âmbito dos Focolares.

Ao mesmo tempo em que o Movimento se difundia pelo mundo inteiro, inúmeras pequenas Cidade Novas se constituíam, envolvendo vários pontos do mundo.

Em 1958, o Movimento dos Focolares chega ao Brasil, em Recife, PE, através de Ginetta Calliari. Junto com mais sete companheiras, o Ideal da Unidade se difunde por todo o Nordeste e em seguida por outras regiões do país (GUIMARÃES, 2005).

Logo nas primeiras semanas depois de sua chegada a Recife, Ginetta percebeu como é grave a realidade social do Brasil e escreve:

“Antes eu não sabia o que era a fome, a sede, a miséria, a humilhação, a opressão e a exploração. Para mim foi muito duro encontrar-me com essas situações. Compreendi que somente com Deus poderíamos resolver todos os problemas sociais, somente com o Espírito, poderia ter início uma profunda transformação”. (CIDADE NOVA, Abril 2001:13).

Desse modo, inicia-se a edição em língua portuguesa da revista *Cidade Nova*, que a princípio era impressa na Itália. Em 1962, a revista passa a ser impressa no Brasil e, logo depois teve início a atividade editorial. No ano seguinte, a primeira sede é instalada, num lugarejo em São Paulo.

Em 1964, Ginetta transfere-se para São Paulo e, em pouco tempo com a ajuda de alguns integrantes do Movimento e muitas ações consegue fazer um Centro de Formação para os membros, em Vargem Grande Paulista, SP, onde funciona a sede do Movimento no Brasil. Uma cidadezinha com 400 habitantes, que deseja ser testemunho de unidade com base na lei evangélica do amor, tendo por nome: “Mariápolis Ginetta”, em homenagem a Ginetta Calliari depois de sua morte em 2001. A palavra Mariápolis significa Cidade de Maria (mãe de Jesus Cristo), é utilizada pelos membros dos Focolares (CIDADE NOVA, março 2007:30).

2.2 O Movimento dos Focolares e Chiara Lubich

Chiara Lubich⁷ foi a fundadora do Movimento dos Focolares. Ela nasceu em 1920, em Trento na Itália e faleceu no dia 14 de março de 2008. Chiara foi conhecida mundialmente pelo seu trabalho em favor do ecumenismo e do diálogo interreligioso (LUBICH, 2006). Ela era a interlocutora de grandes líderes religiosos, sendo considerada ponte de diálogo com

⁷ O seu nome de batismo é Silvia. Assumirá o nome de Chiara, fascinada pelo radicalismo evangélico de Santa Clara de Assis. (MOVIMENTO DOS FOCOLARES, s/d).

judeus, budistas, mulçumanos, hindus e sikhrs, tornando os Focolares um movimento ecumênico por estabelecer diálogo com mais de 30.000 pessoas de várias religiões.

“No dia 7 de dezembro de 1943, dia no qual Chiara pronunciou o seu sim para sempre a Deus, na capela dos Frades Capuchinhos, em Trento. Estava só. Tinha 23 anos. Não existia nenhuma previsão de tudo o que nasceria a partir de então. Os primórdios do Movimento são marcados por esta data” (MOVIMENTO DOS FOCOLARES, s/d).

“A ideia central dos Focolares é viver a frase do Evangelho ‘Que todos sejam um’, sem distinção de raça, credo, cor ou nível social para conseguir realizar sua utopia o mundo unido (Revista Cidade Nova, abril 1980, p.16).

Como objetivo principal, o Movimento pretende contribuir para a fraternidade universal e reconstruir a família humana a partir da unidade. Focolares é o resultado de um carisma da Espiritualidade da unidade. “O principal objetivo é construir pontes de diálogo e de fraternidade, ideal sintetizado na expressão mundo unido” (LUBICH, 2003, p. 363).

Em um dos seus discursos Chiara disse: “O Movimento dos Focolares *não foi pensado por uma mente humana, mas é fruto de um carisma que vem do Alto. Nós procuramos seguir a vontade de Deus, através das diversas circunstâncias, dia após dia*” (MOVIMENTO DOS FOCOLARES, s/d, grifo nosso).

Em 1991, Chiara Lubich, fundadora desta obra, visitou o Brasil, passou por São Paulo e pelos arredores da Mariápolis Ginetta. Observou a situação de miséria na qual vivem milhões de brasileiros, e lança o Projeto da Economia de Comunhão (EdC). A EdC, segundo Chiara, baseia-se em empresas e indústrias, perfeitamente inseridas no mercado, cujos lucros devem ser divididos em três partes: uma para a ajuda aos necessitados, outra parte para o desenvolvimento da própria empresa e a outra parte para a formação de “homens novos”, isto é, pessoas com uma mentalidade alicerçada na cultura de partilha. Em pouco tempo, surge a quatro quilômetros da Mariápolis, um pólo empresarial chamada Spartaco, com empresas inseridas ao projeto da EdC (CIDADE NOVA, Abril 2001:14).

Em 1997, foi outorgado a Chiara Lubich, o título de Doutora Honoris Causa em Ciência da Comunicação Social, na Tailândia. Na ocasião da entrega do título ficou evidenciado que o doutorado não havia sido conferido devido à produção de uma nova teoria no campo da comunicação, mas a forma pela qual o movimento dos focolares utiliza os

meios de comunicação com uma preocupação explícita de torná-los instrumentos eficazes para a construção da fraternidade universal (GUIMARÃES, 2005). A fundadora ganhou vários títulos de Doutora Honoris Causa em teologia, filosofia e diversos campos de estudo, apesar de não ter terminado a faculdade de Filosofia, em Trento, devido à universidade ter sido bombardeada durante a Segunda Guerra Mundial.

Na direção dessa Obra Mariana, como também é conhecida atualmente está a presidente Maria Você. Pelo estatuto imposto pela Obra, a direção será sempre assumida por uma mulher, auxiliada por um copresidente. Papel atualmente ocupado por Giancarlo Faletti. Conta também com um Conselho composto por responsáveis pelos aspectos gerais, pelas diversas regiões geográficas e pelas ramificações do mesmo. O Movimento se articula em 18 setores, entre os quais:

- 2 seções: dos focolarinos e das focolarinas, que são a estrutura fundamental da obra.
- 10 setores
- 6 movimentos de amplo alcance: Famílias Novas, Humanidade Nova, Movimento Paroquial, Movimento Diocesano, Jovens por um mundo unido, Movimento Juvenil pela unidade. O Movimento é subdividido territorialmente em 90 regiões.

No início, quando o Movimento foi criado, Chiara e mais alguns amigos se basearam no Evangelho da Igreja Católica seguindo os mandamentos de Jesus Cristo. Ajudavam a todos que podiam e escolheram permanecer em Trento, embora a Segunda Guerra Mundial estivesse atingindo a cidade (CIDADE NOVA, abril 1980:17).

2.3 A visão de Chiara Lubich sobre os Meios de Comunicação

Para a fundadora dessa obra mundialmente reconhecida, a mídia deve ser usada para aquilo que os veículos de comunicação devem ser: “instrumentos para realizar um mundo mais unido”, completando:

“Os meios de comunicação de massa são hoje acolhidos acriticamente ou recriminados devido à amoralidade, à violência, a superficialidade que propõem; ou ainda superestimados como infalíveis instrumentos de poder como se fossem novos ídolos de uma humanidade sem outras certezas (LUBICH, 2003, p. 363).

O Movimento dos Focolares foi fundado para construir pontes de compreensão e aproximação recíprocas entre as diversidades individuais, de classes sociais, povos, culturas e religiões. Ele atua prioritariamente em iniciativas de difusão de cultura e diálogo e da fraternidade nos mais diversos âmbitos da sociedade, desde a família à política, do comportamento à espiritualidade.

Todos os veículos juntos formam uma rede atuante de comunicação entre os internos da obra e a sociedade em geral. A partir de uma proposta universal de respeito à dignidade humana Chiara apresentou uma nova mudança:

“Veremos os meios de comunicação não como invasores, mas como instrumentos aptos para aumentar a sociabilização do homem; teremos estruturas produtivas não dilaceradas pela competitividade, mas na busca de uma relação autêntica com o público; a informação não instrumentalizará a dor e a intimidade das pessoas, mas saberá empenhar-se claramente em prol dos valores verdadeiros e compartilháveis, ajudando o homem em sua caminhada em busca da verdade, a globalização não sufocará os povos, mas se transformará em comunhão mundial entre as civilizações e as culturas, em todas as riquezas espirituais e materiais se tornarão patrimônio comum, sem sacrificar, mas enfatizando a singularidade de cada um, numa contínua dinâmica de unidade e distinção (LUBICH, 2003, p. 369).

Os Focolares, desde a sua criação, sempre se destacaram nos meios de comunicação por seu crescimento ter sido de grande expansão e pela velocidade de informações que conseguiram obter em poucos anos (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Segundo dados do site obtidos durante o mês de janeiro de 2011(www.focolares.org.br), os meios de comunicação da obra conhecida como mariana são os seguintes: Centro Audiovisuais (Santa Chiara), Revistas Abba, Unidade e Carisma, Perspectivas de comunhão; Centro de produções de DVDs (Charisma Productions); Conferência Telefônica Mundial, Folheto Palavra de Vida; Rede de Comunicações de Unidade (NetOne); periódico quadrimestral: “Economia de Comunhão”, Editora Cidade Nova (34 no mundo) e o veículo principal: Revista *Cidade Nova*, além do site web oficial internacional: www.focolare.org e 24 sites nacionais.

3. MEIO SÉCULO DA REVISTA CIDADE NOVA

3.1. Uma cinquentenária fazendo história

“A história das revistas no Brasil como o da imprensa em qualquer lugar do mundo, confunde-se com a história econômica e da indústria no país. As revistas chegaram por aqui no começo do século XIX junto com a corte portuguesa – que vinha fugindo da guerra e de Napoleão. Quer dizer, chegaram junto com o assunto de que iriam tratar e com os meios para serem feitas.” (SCALZO, 2006, p. 27).

Vale lembrar, os veículos impressos sempre tiveram uma grande aceitação junto ao público-leitor e a invenção da imprensa ainda é considerada a maior invenção da história. Durante a década de 50, várias revistas que conhecemos surgiram e entre elas surgiu a revista Cidade Nova, objeto de estudo do presente trabalho, precisamente em 1958.

“Há 50 anos, *Cidade Nova* era [composta por] apenas duas páginas datilografadas e tipografadas vendidas em locais públicos e nas portas das igrejas. Um pequeno grupo de pessoas imbuídas do desejo de transformar a humanidade numa grande família apostava todas as energias na força daquele boletim. Não havia recursos, nem jornalistas, nem tampouco um projeto definido para o seu futuro. Mas havia uma mensagem clara – o mundo se encaminha para a unidade- que tocava o coração dos leitores pela sua limpidez e força. E, apesar de todo o tipo de dificuldades, *Cidade Nova* cresceu, aumentou o número de assinantes, de páginas e de edições; ficou colorida; tornou-se reconhecida em diversos ambientes”. (CIDADE NOVA, Jan/Fev, 2008: 4).

Cidade Nova surgiu da exigência de divulgar ideias e as iniciativas que estavam se desenvolvendo a partir da experiência de fraternidade vivida pelo primeiro grupo de pessoas do Movimento dos Focolares. Inicialmente, o veículo tinha a finalidade de ser um noticiário interno dos Focolare, passando, mais tarde a ser mais abrangente, mudando temporariamente seu nome para La Rete (A Rede). Ao longo desse meio século, a revista foi buscando uma forma que traduzisse sua finalidade de “noticiário interno” e de “veículo externo”, aberto a todos, indicada pela formula UNI: Universal, Nossa, Ideal, princípio que se explica a seguir:

“Universal” por se destinar a um público composto de adultos, jovens, profissionais, donas-de-casa, cristãos – católicos e de outras denominações – pessoas de outras religiões ou aquelas que mesmo não professando uma fé religiosa querem construir um mundo unido. Afinal, pela influência que essa experiência exerce nos comportamentos das pessoas e na práxis social dos mais diversos grupos de pessoas, viu-se que a mensagem da revista não era

destinada apenas aos membros dos Focolares, mas a todas as pessoas interessadas numa sociedade mais justa e igualitária

“Nossa” porque mantém unidos e forma os membros do Movimento dos Focolares.

“Ideal” porque todos os seus artigos buscam ser permeados pelo ideal dos Focolares, pelas ideias-chaves derivadas do “paradigma da unidade”.

A revista Cidade Nova é vinculada ao Movimento dos Focolares, mas não tem por objetivo representá-lo enquanto instituição. O seu objetivo é divulgar ideias e iniciativas, provenientes de qualquer setor da sociedade que visam à tutela e à difusão de valores universais como o respeito à dignidade humana, o diálogo e a compreensão entre todos. Seus leitores estão distribuídos em todos os Estados brasileiros tanto nas capitais quanto em alguns pequenos lugarejos no Norte e Nordeste do Brasil. E também em países como: Argentina, Uruguai, Estados Unidos, Canadá, Itália, Portugal, Jordânia, Egito, Angola e em Moçambique. Cidade Nova possui aproximadamente 23 mil assinantes.

A publicação integra uma rede de 34 edições similares (e independentes entre si) publicadas em 27 línguas. Embora mantendo a mesma linha editorial, cada edição prioriza a realidade local e publica os artigos das demais edições quando os fatos tratados têm uma abrangência internacional. Teve uma surpreendente acolhida por grupo de pessoas dos mais diversos matizes culturais, inclusive entre pessoas sem referencial religioso. Desde a sua fundação, em 15 de janeiro de 1958, a revista contou com uma ampla rede de promotores voluntários de assinaturas. Ainda hoje, o voluntariado ainda se faz presente na campanha de assinaturas, contando com a participação de centenas de leitores de todo o Brasil que vêm a divulgação da revista como um empenho na construção de uma sociedade melhor, além da constante transformação que a revista sofre ao longo de cinco décadas.

“A definição do que deve ser uma boa revista não é imutável. Na verdade, evolui todos os dias. Muitas revistas morreram, e outras continuarão a morrer, porque seus leitores mudaram e elas não souberam acompanhá-los.” (SCALZO, 2006, p. 61).

Segundo José Antonio Faro, diretor de redação e editor-chefe do periódico, a proposta editorial da revista é ser uma resposta ao contexto da sociedade global em que vivemos. A revista que tem em seu slogan “Fraternidade em Revista”, vê na fraternidade (no sentido de laços de cumplicidade entre todos) um elemento unificador porque vai ao encontro das duas

maiores exigências da pessoa: a busca de uma identidade e a necessidade de estar em relação com os demais indivíduos. Em todo o seu conteúdo, seções de notícias, reportagens e artigos de opinião, a revista *Cidade Nova* se propõe a ser um veículo de difusão da cultura da fraternidade, procurando dar visibilidade - por meio de suas reportagens sobre temas ligados às principais questões sociais e de seções de opinião dirigidas a âmbitos específicos - aos sinais de fraternidade que existem na sociedade.

Cidade Nova tem como serviços: criar pautas alternativas à grande mídia; contribuir nos debates atuais, ouvindo outras fontes que normalmente não são ouvidas; dar voz a inúmeros atores da sociedade civil que não encontram espaço na grande mídia; dar visibilidade a experiências de diálogo, comunhão e de fraternidade que já estão desenvolvidas na sociedade e na Igreja; difundir e dar subsídios para a cultura da fraternidade; dar uma nova visão para os fatos retratados e principalmente ser uma mídia que vê a pessoa na sua integralidade e não em função do interesse imediato da notícia.

De acordo com dados do site oficial da revista brasileira: www.editoracidadenova.org.br, a revista *Cidade Nova* tem o compromisso de compor todas as pessoas na grande família humana que o mundo seja mais unido. Para isso, seu projeto editorial sustenta e divulga a “cultura da fraternidade”, pois defende os valores da paz, da solidariedade, da justiça, da dignidade, do respeito à diversidade, do diálogo, da tolerância, da partilha, da vida e dos direitos humanos. Acredita que a fraternidade, profunda vocação humana, é um sinal da aurora que já desponta após a noite época ou mesmo a noite cultural de nossos tempos.

As publicações de *Cidade Nova* oferecem instrumentos de vida e reflexão nas esferas pessoal, familiar e social, com temas instigantes e de atualidade, como política, economia, teologia e espiritualidade, arte, meio ambiente, saúde, educação, cultura, comunicação etc. São obras que propiciam conhecimento, diálogo e encontro de pessoas (de todas as idades, condições sociais, confissões religiosas) entre si e com o que têm de mais verdadeiro, de bom e de belo.

Essa linha editorial tem sua origem na Espiritualidade da Unidade cujas raízes estão no Evangelho, típica do Movimento dos Foculares, do qual *Cidade Nova* é expressão.

Constatar esses valores, ou melhor, vivenciar essa atmosfera possível, inclusive por meio da leitura um dos mais poderosos meios de transformação e crescimento do ser humano é o convite que a Editora *Cidade Nova* faz a todos, de modo especial a seus leitores.

Em 2005, a revista recebeu o Prêmio Dom Hélder Câmara de Imprensa, concedido pela CNBB pelo conjunto de suas edições e pelo reconhecimento de sua linha editorial e coerência com o tema do 39º dia Mundial das Comunicações: “Os meios de comunicação : a serviço da compreensão entre os povos”.

O veículo procura ser uma caixa de ressonância das exigências, esperanças, energias e potencialidades da sociedade, procurando mostrar que o diálogo pode se tornar um importante caminho na busca de saídas para os mais graves problemas da atualidade. Ela trabalha com uma rede nacional de 12 redatores, entre colunistas e colaboradores. Normalmente, esses redatores são escolhidos pela capacitação profissional e pela identificação que têm com a linha editorial da revista. Há também um Conselho Editorial formado por um grupo de especialistas em diversos âmbitos da sociedade que se reúnem mensalmente para a avaliação do mês segundo a perspectiva da universalidade da revista. A revista também é disponibilizada no site para os seus assinantes.

“No dia 15 de janeiro, completamos meio século. Nada mal para uma pequena revista que entrava num universo altamente competitivo, como o da comunicação, com uma proposta nova de fazer jornalismo e, em muitos aspectos contracorrente. Nada mal para uma revista considerada, muitas vezes, “ingênua” e “irrealista”. Aliás, é possível que tenha sido justamente essa teimosia em fazer uma leitura diferente da realidade que fez com que Cidade Nova chegasse a seu jubileu.” (CIDADE NOVA, Jan/Fev 2008:4)

Cidade Nova busca em suas matérias jornalísticas transparecer todo o lado bom que o fato ocorrido tenha, embora o ambiente atual geralmente é de desgraça, conflitos, guerras e incidentes violentos. Sua busca constante é não desanimar o leitor com os pontos negativos retratados da grande mídia e sim mostrar os positivos irradiando confiança de que tudo possa melhorar.

“Não podemos perder de vista o motivo pela qual a Revista nasceu: colaborar enquanto veículo de comunicação, para a construção da unidade no mundo. Um objetivo que parece impossível se pensarmos na situação do mundo atual; porém, *Cidade Nova* persegue essa meta porque acredita que o mundo unido não é apenas uma possibilidade, mas também um

fato. Olhando milhões de pessoas que já pautam as suas ações pelo ideal da unidade e que, nos mais diversos ambientes e situações, constroem em verdadeiras porções de fraternidade, *Cidade Nova* tem a prova disso.” (EDITORIAL, Janeiro e Fevereiro, 2007:3).

3.2 Algumas particularidades de Cidade Nova

3.2.1 Os colaboradores

A revista conta com uma ampla rede de colaboradores (pessoas de diferentes profissões que escrevem para a revista) em todo o Brasil. Em geral, são especialistas nos diversos setores da vida social que aderiram ao espírito e ao estilo da *Cidade Nova*. Pela própria experiência de vida no Movimento dos Focolares, eles são formados para fazer uma leitura da realidade a partir da perspectiva da unidade que é a característica fundamental para todo o conteúdo da revista.

A comunicação da redação com os colaboradores se dá através de conferência eletrônica, pela internet, através da troca de emails ou pelas novas mídias de comunicação, através do skype, twitter e facebook. Além disso, uma vez a cada ano ou a cada dois anos, o editor faz um encontro de reciclagem com todos os colaboradores na sede da revista em Vargem Grande Paulista (SP). “É uma excelente ocasião de confronto de ideias, para a definição de objetivos de cada seção e para a formação dos colaboradores na linha de Cidade Nova” (FARO, 2002).

3.2.2 O Conselho de Redação

O conteúdo da revista *Cidade Nova* e a sua linguagem devem ser universal, afinal o seu público-leitor é variado e está presente em todas as camadas da sociedade - desde crianças até adultos; desde operários até os professores universitários; desde católicos a agnósticos. Para responder a esse desafio foi formado um Conselho de Redação com representantes de diversos setores da sociedade - desde uma dona-de-casa a um padre religioso. Essas pessoas representam também diferentes setores do Movimento dos Focolares.

No entanto, o conselho muda os seus integrantes de tempos em tempos. Durante o nosso período de análise de 2003 a 2006, no primeiro mandato do Governo Lula, os componentes mudaram.

O Conselho de Redação é o principal canal de diálogo entre a revista e o Movimento. Por meio dele, a redação pode entender as exigências do seu público majoritário, que são os membros dos Focolares, e como atendê-los na produção da revista.

Um desafio que persiste ao longo da última década é fazer com que o Conselho seja mais representativo e tenha integrantes especialistas nas diversas áreas – representando todas as regiões do Brasil – ao redor de cada um dos conselheiros.

Outro desafio tão importante quanto ao do Conselho de Redação é estimular os redatores da revista a escrever, não apenas reproduzindo a leitura dos fatos e da realidade feita pelos outros meios de comunicação, mas mantendo o diferencial da Revista que é o “paradigma da unidade”⁸.

Além dos jornalistas, os articulistas fazem parte de uma rede de colaboradores espalhados em todo o Brasil, que aderiram à proposta da revista, ou seja, compõem juntos o discurso de Cidade Nova e também sua prática discursiva. Os especialistas são atuantes nos diversos setores da sociedade: política, economia, psicologia, meio ambiente, saúde, etc. Pela própria experiência de vida no Movimento dos Focolares, eles são formados para fazer uma leitura da realidade a partir da perspectiva do mundo unido. Essa característica é fundamental para que todo o veículo atinja o seu objetivo (FARO, 2002, p. 26).

3.2.3 Ação da Revista de Cidade Nova

A revista *Cidade Nova* faz parte de uma rede de 34 edições, em 17 línguas, em mais de 20 países. O objeto de estudo deste trabalho é uma revista de informação e de formação. No primeiro aspecto ela acompanha os fatos da atualidade e, no segundo, ela procura formar seus leitores para uma cultura da fraternidade. Os seus artigos tratam das questões atuais, tendo o diálogo e a comunhão como chave de leitura.

Em mais de 50 anos, o processo de realização das assinaturas que tem o nome oficial de Ação da Cidade Nova é realizado por pessoas que pertencem ao Movimento dos Focolares e oferecem a assinatura da revista aos seus familiares, amigos e colegas próximos num processo muito parecido com o porta a porta. Desse modo, a Revista Cidade Nova não é vendida em bancas especializadas ou revistarias e sim por assinaturas. Essa rede de

⁸ Expressão “paradigma da unidade” passou a ser usada por estudiosos europeus depois que foi mencionada pela primeira vez pelo Pró-Reitor da Universidade de Ciências Sociais de Lublin (Polônia) quando outorgou o título *Honoris Causa* em Ciências Sociais para Chiara Lubich. Esse termo é usado também para se referir à incidência da doutrina do Movimento dos Focolares nos vários campos da sociedade: política, comunicação, educação, saúde, economia, etc. (GUIMARÃES, 2005, p. 4).

colaboradores de difusão da revista *Cidade Nova* conta com 7.000 participantes em todas as regiões brasileiras. O número de assinaturas é de 23.000 aproximadamente.

3.2.4 Público-leitor da Revista Cidade Nova

Sexo: Feminino 64%; Masculino 36%;

Escolaridade: Superior 49%; Ensino Médio 42%; Ensino Fundamental 9%;

Faixa Etária: Até 30 anos 14%; de 31 a 45 anos 26%; acima de 45 anos 60%;

Número estimado de leitores: 120.000;

Característica peculiar: devido à universalidade dos conteúdos da revista – que cobre os diversos âmbitos da realidade humana –, os seus leitores são muito diversificados e representativos de todas as classes sociais, com predominância nas classes B e C.

Prioritariamente, a revista é lida por adultos, destacando-se entre estes, acadêmicos ou profissionais liberais. Mas a revista atinge também representantes de outras atividades profissionais, inclusive dona de casa. A revista tem ainda um alto percentual de leitores jovens, muitos dos quais colaboram na difusão da revista.

Outra característica importante de muitos leitores de *Cidade Nova* é que são formadores de opinião. A mensagem da revista – diretamente ligada ao campo da cultura e do comportamento – faz com que ela se interesse particularmente as lideranças nos âmbitos religioso, cultural, acadêmico e social.

Índice anual de renovação das assinaturas: 73%

3.2.5 Temas abordados pela Revista Cidade Nova

Os artigos de *Cidade Nova* tratam de todos os âmbitos da realidade humana e de todas as questões da atualidade – da religião à política, da psicologia à economia, passando pela questão da espiritualidade e do comportamento. A linha editorial de *Cidade Nova* tem como base a ideia de que o homem é um ser integral e que, portanto, tudo o que acontece ao seu redor lhe diz respeito.

3.2.6 Edições/ Tiragem/ Circulação

Edições: A revista *Cidade Nova* tem 12 edições por ano desde 2008.

Tiragem: 23.000 exemplares por edição, para venda por assinatura em todo o território nacional.

Distribuição Geográfica:

- Sudeste – 8.027;
- Nordeste – 6.328;
- Norte – 3.714;
- Centro Oeste – 1.164;
- Sul – 3.611.
- Cronograma mensal de circulação:
- Fechamento: dia 12 de cada mês;
- Entrega de fotolitos: dia 14 de cada mês;
- Circulação: dia 25 de cada mês.

3.2.7 Serviços e propostas

3.2.7.1 Qual o Serviço da Revista Cidade Nova?

- Os fatos da atualidade vistos sob outra perspectiva que não é a do mercado ou conflito;
- Pautas alternativas às da grande mídia;
- Contribuição nos debates atuais ouvindo outras fontes que, normalmente não são ouvidas;
- Dar voz a inúmeros atores da sociedade civil que não encontram espaço na grande mídia;
- Dar visibilidade a experiência de diálogo, de comunhão e de fraternidade que já estão sendo desenvolvidas na sociedade e na Igreja;
- Difundir e dar subsídios para a cultura da fraternidade;
- Ser uma mídia que vê a pessoa na sua integralidade e não em função do interesse imediato da notícia.

3.2.7.2 De que modo esse serviço pretende-se dar?

Em relação à Obra:

- Ajudar a comunidade da Obra a ter uma visão mais inculturada do carisma, ajudando no dialogo desta com a sociedade;
- Ser porta-voz do pensamento e das iniciativas do Movimento na sociedade e na Igreja;
- Manter os membros do Movimento atentos aos grandes debates nacionais.

Em relação à Igreja:

- Alimentar o debater sobre a Igreja Comunhão com testemunhos e artigos;
- Apresentar experiências dos diálogos da Igreja;
- Dar voz ao magistério da Igreja, enfatizando a sua importância para a cultura e para o debate atuais.

Em relação à sociedade:

- Difundir os espaços de fraternidade existentes na sociedade;
- Estabelecer um diálogo entre fé e cultura;
- Estimular a ação da sociedade civil na linha da fraternidade;
- Contribuir com os grandes debates nacionais a partir do pensamento e da práxis da fraternidade.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 Estudando a recepção

Este trabalho se propõe a conhecer a linha editorial da revista *Cidade Nova* adotada em um dos momentos mais importantes da política brasileira: a chegada de um ex-líder sindical ao poder no ano de 2003. Esse momento representou um ápice da superação de uma das figuras políticas mais expressivas do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

Cidade Nova será retratada nos seus universos culturais e nas suas relações com as transformações políticas do Brasil.

Um dos objetivos fundamentais de *Cidade Nova* é justamente ser um instrumento de articulação e de construção de diálogo e de “solidariedades” entre as múltiplas realidades culturais, evidenciando para isso, sobretudo, valores que são comuns entre elas e as características de cada grupo particular. Nessa perspectiva tentaremos entender como se deu a cobertura do primeiro mandato de Lula e quais foram as motivações para os artigos,

editoriais, entrevistas publicadas no período. Pretende-se evidenciar se a escolha desses artigos, editoriais, entrevistas foi aleatória ou proposital.

Podemos destacar a linha desenvolvida por Martín-Barbero⁹ (1995) para quem “a recepção não é somente uma etapa no interior do processo da comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de um outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro de comunicação”.

4.2 Reflexão metodológica

Metodologicamente, esta pesquisa se apoiará no modelo metodológico proposto por Lopes¹⁰ (2001), segundo o qual a reflexão metodológica vem atrelada ao próprio processo de investigação. Ou seja, o investigador pode desenvolver uma atitude consciente e crítica em relação aos métodos que ele adota. E isso é fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, na qual – embora privilegiando o paradigma marxista – em alguns momentos da investigação recorre-se à teoria e métodos dos demais paradigmas funcionalista e estruturalista. Essa concepção de pesquisa, segundo a autora, evita que a metodologia se transforme numa tecnologia de “como fazer” a pesquisa, já que exige a interpenetração de suas diversas instâncias e fases.

4.3 Pesquisa social

Esta pesquisa também se define por um modelo social como modo de análise. Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

A partir dessa conceituação, pode-se, portanto, definir pesquisa social como o processo em que se utilizando a metodologia científica, permite-se a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e

⁹ MARTÍN-BARBERO, Jesus. “América Latina e os anos recentes. O estudo da recepção em comunicação”, (Mauro Wilton org). Sujeito, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 40.

¹⁰ LOPES, Maria Immacolata V. Pesquisa em Comunicação. 5. Ed. São Paulo: Loyola, 2001.

instituições sociais. Assim, o conceito de pesquisa aqui adotado aplica-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais, incluindo Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, etc.

4.4 Finalidades da pesquisa

A pesquisa social pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação de conhecer, ou prática, quando baseadas no desejo de conhecer para agir. Optamos pela primeira por apresentar resultados descritivos como um dos seus aspectos.

Daí por que se pode falar em pesquisa pura e em pesquisa aplicada. Precisou-se optar qual o tipo de pesquisa a se usar, afinal as duas pesquisas citadas anteriormente que se opõem e se completam ao mesmo tempo.

A pesquisa pura busca o progresso da ciência, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem a preocupação direta com suas aplicações e consequências práticas. Seu desenvolvimento tende a ser bastante formalizado e objetiva a generalização, com vistas na construção de teorias e leis.

A pesquisa aplicada, por sua vez, apresenta muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento; todavia, tem como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas de conhecimentos. Sua preocupação está menos voltada para o desenvolvimento das teorias de valor universal que para a aplicação imediatista numa realidade circunstancial.

Decidimos seguir os dois caminhos com o objetivo de reunir maior número de elementos de comprovação da tese de mudança da linha editorial do objeto científico deste trabalho durante os anos de 2003 ao ano de 2006.

4.5 Pesquisa descritiva

Optou-se por uma pesquisa descritiva do objeto científico deste trabalho, a Revista *Cidade Nova*. Segundo o estudioso Duverger (1962) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde físico e mental, etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra, etc.

São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, as atitudes e crenças de uma população. Também são as pesquisas descritivas aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre a preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, pretendendo determinar a natureza dessa relação. Neste caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Por outro lado, há pesquisas que, embora definidas como descritivas a partir de seus objetivos, acabam servindo para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Enfim optou-se por esta pesquisa por ser uma das mais habituais entre os pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc.

Nesta pesquisa tem-se uma amostra de 44 volumes da Revista *Cidade Nova* publicados durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo o estudioso Antonio Carlos Gil, a amostragem se fundamenta em leis estatísticas que lhe conferem fundamentação científica (GIL, 1994).

5. HIPÓTESES

Esta pesquisa foi conduzida pelas seguintes hipóteses.

5.1 Hipótese principal

A revista *Cidade Nova* mudou efetivamente, de modo substantivo, a sua linha editorial entre os anos de 2003 a 2006 ao retratar temas de cunho social e político realizados pelo então governo da ocasião. Ou seja, o número de artigos de cunho social e político aumentou no período destacado.

A entrada de um ex-líder sindical e a consolidação do Partido dos Trabalhadores no poder motivou tal mudança estrutural em suas bases ideológicas.

5.2 Hipótese secundária

A cobertura aos temas sociais e políticos se deu em decorrência das pautas sugeridas no período.

Cidade Nova é uma revista que tem como proposta religiosa e confessional e, portanto, não universal. Nesse sentido, a sua mensagem deveria se deter às questões espirituais e não cotidianas da sociedade em geral.

A cobertura do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva atingiu todos os meios de comunicação e *Cidade Nova* não poderia se abster de fazer o mesmo.

A não cobertura a temas de cunho social e político em destaque anteriormente ao ano 2003 se deve a não observância destes fatos.

A sequer menção de casos de repercussão nacional contra o governo pela revista *Cidade Nova* foi simplesmente uma falta de atenção ou há uma motivação ideológica.

6. METODOLOGIA PARA OBTENÇÃO DO CORPUS DA REVISTA CIDADE NOVA

6.1 O corpus da revista *Cidade Nova*

A revista *Cidade Nova*, objeto de estudo científico deste trabalho, se propõe a ser uma revista de informação e de formação ao mesmo tempo. Nascida em plena década de 50, ela procura estar atenta aos acontecimentos da sociedade, principalmente os que estão mais voltados para a espiritualidade e religiosidade tendo um público-leitor específico espalhado por todas as regiões brasileiras.

“Aproveitando a consolidação da sociedade urbana e industrial no país, na década de 1950, a revista criou um modelo de Jornalismo que privilegia a análise, a clareza das informações e a capacidade de síntese.” (SCALZO, 2006, p. 31).

Segundo o diretor de redação da publicação José Antonio Faro (2010), a revista acompanha os fatos da atualidade e também procura formar seus leitores para uma cultura da fraternidade.

“Essa clareza de objetivos da revista já determina uma linha geral para a escolha dos artigos: devem ser assuntos atuais e que transmitam uma leitura da realidade a partir da

perspectiva do diálogo. Para *Cidade Nova*, a construção da realidade passa pela fraternidade e seus artigos devem transparecer essa convicção, mesmo quando tratam de denúncias.”

“Isso serve tanto para a cobertura política, de economia ou de questões sociais. Nesses campos, *Cidade Nova* se pauta pelos valores da promoção do bem-comum, do diálogo e da fraternidade, seja como critério de escolha da abordagem a ser dada, mas também como critério de linguagem, a fim de não se reproduzir estereótipos e leituras ideológicas que exprimem uma visão superficial da realidade, que não leva em conta a complexidade desta.”

A revista *Cidade Nova* conta com 11 volumes anuais distribuídos em 54 páginas para abordar temas como: comportamento, família, relacionamentos, educação, igreja, dialogo inter-religioso, promoção social, jovem, política, economia, mídia, cultura, etc durante o período de análise. O que dá 594 páginas anuais da publicação para cobrir os temas que a publicação julga necessários e plausíveis de apreciação do seu público-leitor.

A partir de 2008, em meio às comemorações das suas bodas de ouro, *Cidade Nova* passa a contar com 12 volumes anuais.

6.2 A diversificação do seu público-leitor

A revista *Cidade Nova* tem um público-leitor muito diversificado em seus interesses, que vai desde crianças e adultos, por isso em suas 54 páginas, o conteúdo é muito variado para conseguir atender às necessidades de cada leitor, mas a mensagem esperada é que a revista seja um veículo de referência para a vida e para as relações dos leitores um com o outro. “Muitos leitores despertaram a sua consciência social e de solidariedade lendo a revista” (FARO, 2002, p. 47).

“O crescimento do número de leitores da revista fez nascer uma nova preocupação para os seus editores, pois antes o público, que era restrito aos participantes do Movimento, passou a ser composto por uma grande variedade de perfis. Por isso, atualmente, uma das grandes dificuldades da revista é definir seus públicos majoritários. Modernizada e dedicando mais atenção às exigências que a sociedade apresenta, o espaço dedicado aos leitores se restringiu ao espaço das cartas do leitor, sem significar uma redução do contato com os leitores para considerar suas preferências e exigências.” (FARO, 2002, p. 9).

6.3 A construção das etapas do objeto de estudo

Toda a construção da revista, em todas as suas etapas – desde a elaboração da pauta à edição dos artigos – procura concretizar o ideal da unidade que ela propõe.

“Também na elaboração e construção da revista, todas as etapas deveriam exprimir essa fraternidade e isso muda completamente os métodos de trabalho” (FARO, 2010).

O seu conteúdo é corroborado pelo método de trabalho dos redatores: um trabalho coletivo e participativo, de modo que os artigos não se limitam à interpretação pessoal dos fatos pelo articulista, mas é expressão da participação de todos, da unidade de ideias e de conhecimentos.

A elaboração de cada número da revista tem início sempre com uma reunião do Conselho de Redação – formado por membros que representam diversos campos de conhecimento – na qual se definem as temáticas gerais a serem tratadas naquele determinado mês. Nesse espaço se discute todas as implicações de um determinado tema e qual a leitura que devemos fazer a partir da perspectiva do carisma da unidade.

Depois esse trabalho de confrontação e diálogo continua no contato com os colaboradores, com os quais se definem as prioridades para cada artigo.

Na última etapa, a edição, o diálogo continua com a equipe da Redação – aqueles que trabalham na Redação em tempo integral – para a análise dos artigos. De modo que a leitura da realidade transmitida nos textos seja expressão de uma visão partilhada dos acontecimentos. Não prescindindo, naturalmente das especializações de cada um.

“Naturalmente, cabe ao editor pessoalmente tomar as decisões relacionadas ao projeto editorial de cada número, aos temas tratados na revista, aos contatos com os colaboradores e leitores. Mas tudo isso é mediado por um amplo processo de diálogo.” (FARO, 2010).

6.4 Levantamento de dados do objeto científico

O levantamento realizado tem como corpus 44 volumes publicados durante os anos de 2003 a 2006. Para dar maior credibilidade, consistência e embasamento crítico a pesquisa, a pesquisa se ateve também a 44 volumes publicados entre os anos de 1999 ao ano de 2002, esses anos são anteriores e referentes ao segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Segundo abordagens e pesquisas notou-se que durante o primeiro mandato do governo Lula os temas mais destacados foram: política e promoção social. Em comparação ao período anterior, o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) se destaca por ter meses em que não há menção sequer de temas ligados às realizações políticas do

então partido PSDB ou de questões sociais ligadas as nuances e realizações do então partido da ocasião.

De certo modo, a função heurística da descoberta enriquece a tentativa exploratória e aumenta a propensão à descoberta o que faz a análise desvendar as motivações da revista ao publicar os seus artigos.

Partiu-se de documentos arquivados nas coleções do acervo histórico da publicação localizado na cidade de Vargem Grande Paulista (SP) onde está instalada a editora *Cidade Nova*, no Brasil. E também foram feitas entrevistas com membros do Conselho de Redação, redatores do período e o diretor de redação que ocupa a função de editor, José Antonio Faro que é especializado em Gestão de Processos Comunicacionais pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, Faro faz mestrado em Ciências da Religião na PUC-SP para aprofundar o paradigma trinitário de Chiara Lubich e sua aplicação no campo da comunicação.

Vale ressaltar que todos os entrevistados trabalharam durante os quatro anos que servem de base para a pesquisa e alguns trabalham até hoje na publicação de forma assídua ou em caráter de colaboração.

6.5 Entrevistas

As entrevistas partiram de um questionário em que o principal objetivo era descobrir quais as ideologias políticas dos entrevistados, ou seja, a sua formação ideológica e social, o relacionamento de trabalho entre toda a equipe, se a definição de pautas era democrática ou não, como deveria ser a cobertura de temas sociais e políticos na publicação, o Case João Paulo Cunha que será retratado posteriormente e principalmente se houve mudança na linha editorial da revista durante o primeiro mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O intuito das entrevistas era abordar o período de análise e o que cada membro tinha a dizer sobre esse período. Optou-se pelos membros do Conselho de Redação que já foi definido no capítulo 2 que estiveram presentes durante todo o período de análise, afinal eles participaram da fundamentação e preparação dos artigos durante os quatro anos.

A exceção se deu pelas entrevistas com o revisor geral Ekkehard A. Schneider que ocupava também o cargo de diretor-presidente por fazer parte de todos os processos de produção da revista e com o editor-geral da revista José Antonio Faro, por ser o responsável pela publicação e por sua linha editorial.

6.5.1 O perfil dos entrevistados

O perfil dos entrevistados tem algumas particularidades. Os entrevistados são membros internos do Movimento dos Foculares e representantes das realidades da Obra nos setores sociais, político, econômico, cultural.

Esse perfil poderia dar às entrevistas um caráter de direcionamento, já que todos eles conhecem muito bem a proposta de fraternidade da revista e aderem a ela. Mas, as respostas demonstraram justamente o contrário: pelo fato de os entrevistados terem consciência dos objetivos da revista, eles tiveram condições de – de forma simples e objetiva – fazerem uma análise mais aprofundada da revista, a partir da própria experiência de vida, da formação ideológica e política.

As perguntas das entrevistas basearam-se fundamentalmente na incidência política e social da revista durante o período de análise. Além disso, as entrevistas serviram para confirmar um importante dado que veio em evidência nos resultados da pesquisas realizadas nos volumes publicados. O percentual de cobertura política e social durante os anos 2003 ao ano de 2006 foi de 40% a mais em comparação ao período anterior.

Os entrevistados tiveram total liberdade para darem suas opiniões e informações sobre como a revista *Cidade Nova* cobriu o primeiro mandato do governo petista no país.

Nos questionários preenchidos identificamos que, a maioria dos membros do Conselho, apontou um amadurecimento do veículo na cobertura política e social depois dessa fase política-social brasileira.

Posteriormente será apresentado um dos casos mais comentados da revista no ano de 2003 uma matéria de capa sobre o então deputado federal João Paulo Cunha que pode-se definir com um dos Cases *Cidade Nova* por sua repercussão no período que até hoje é lembrado e comentado entre leitores, formadores de opinião, membros do Movimento dos Foculares, do Conselho de Redação que atualmente é descrito como Conselho Editorial, diretoria e funcionários da Editora *Cidade Nova*.

6.6 Comprovação da hipótese

Para a comprovação da hipótese, analisou-se cada volume, sendo feita uma pesquisa quantitativa pelo número de páginas que abordavam os seguintes temas: a política e questões sociais.

Cidade Nova não possui uma sequência periódica de temas e seções em cada volume. Algumas seções são fixas e outras se alternam a cada dois meses ou três meses dependendo dos assuntos deferidos.

Partiu-se de um conjunto de textos: artigos, editoriais, matérias de capa, etc. da hipótese de seu conteúdo explícito e analisando a abordagem jornalística dos mesmos. A priori pensou-se numa análise qualitativa e quantitativa, mas em meio à obtenção dos dados constatou-se a falta de regularidade das seções e artigos publicados. Desse modo, optou-se por uma análise quantitativa. Vale lembrar que foram analisadas 88 edições o que dá um total de 52.272 páginas no período decorrido o que torna o corpus relevante e substancial.

“Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos as condições de produção dos textos, que são o seu objecto. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto de condições de produção, constitui o campo das determinações dos textos”¹¹.

A pesquisa qualitativa foi realizada em alguns textos de repercussão publicados por *Cidade Nova* para identificar a comprovação da incidência do conteúdo pró-Lula, que podemos considerar como uma cobertura tendenciosa.

Afinal, se a proposta da revista é simplesmente tratar de temas que valorizem a fraternidade e disseminem tal cultura entre seus leitores, qual seriam as motivações para tratar de assuntos políticos sobre a bandeira de cunho social do então governo da ocasião se isso não foi feito anteriormente nos outros governos.

Esta não era a preocupação da revista até o ano de 2002. Apenas com a chegada de um líder social, Luiz Inácio Lula da Silva, cuja proposta se orienta nas lutas sociais e políticas para garantir os direitos econômicos e sociais, com a proposta de reduzir as mazelas da desigualdade das classes sociais.

¹¹ Dois tipos de documentos podem ser submetidos a análise: documentos naturais, produzidos espontaneamente na realidade (tudo o que é comunicação) - documentos suscitados pelas necessidades de estudo (BARDIN, 1977).

6.7 Termos diferenciados

Observou-se também que o termo social publicado nas edições de 2003 a 2006 para destacar o governo Lula (PT) é diferente do utilizado para o governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). No governo petista o termo se dá em ações efetivas do governo, em suas realizações, como podemos destacar programas: “Bolsa Família” e “Fome Zero” retratados por toda a mídia brasileira e internacional e também por *Cidade Nova*. Já o termo social para o governo Fernando Henrique Cardoso são ações sociais comuns da sociedade civil.

A exceção se dá no ano de 2002 em que *Cidade Nova* cria a Seção Eleições e publica uma série de artigos para apresentar os então candidatos: Luiz Inácio Lula da Silva (PT), José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB). A disputa presidencial foi divulgada por toda a mídia por ser um dos principais acontecimentos que transformam a sociedade.

Em junho de 2002 temos um artigo de 3 páginas intitulado “Os candidatos e a crise dos partidos”. No mês de setembro temos como matéria de Capa: “O desafio do novo presidente”, subtítulo “Os presidenciáveis”. A matéria ocupa 3 páginas da revista sendo uma página para retratar o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva e 2 páginas que foram ocupadas pelos outros três oponentes que destacamos logo acima. Esse artigo encontra-se em anexo, para a comprovação da tese.

Segundo um membro do conselho que pediu para não ser revelado, o editor José Antonio Faro em uma das reuniões do Conselho de Redação disse textualmente que releu todos os artigos publicados pela revista na época sobre política e questões sociais, isto é, sobre a cobertura dada ao Partido dos Trabalhadores (PT) na época e disse que *Cidade Nova* não cometeu erros conceituais e sim erros iconográficos ao usar um número excessivo de fotografias grandes do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva em suas matérias principalmente dos anos de 2002 ao ano de 2006.

O membro também disse que deve-se considerar que o editor da revista *Cidade Nova* é declaradamente petista e declaradamente anti-PSDB e anti Fernando Henrique Cardoso (FHC). Desse modo, ele (o editor) pessoalmente não tinha interesse em publicar as realizações do governo tucano.

Não por ser tendencioso, mas porque simplesmente para ele o PSDB não tinha nada de relevante a ser contado constantemente em artigos, editoriais ou entrevistas durante os dois mandatos.

“Com o fim do regime militar, a imprensa brasileira redefiniu o seu papel perante a sociedade e o processo de democratização do país, deixando de ser apenas transmissora das decisões governamentais. Mas como alguns dos principais acontecimentos que transformaram a sociedade e a política brasileira, como as Diretas-Já, as eleições de 1989, o Plano Real (1994) e a disputa presidencial de 2002 foram abordados pela grande imprensa.” (MATOS, 2008).

6.8 Comprovação numérica

Como mencionado acima, o termo social empregado para os anos de 1999 a 2002 se referem a realizações sociais da sociedade civil e não realizações do governo FHC. A pesquisa quantitativa se ateve a artigos de cunho político e social dos governos que foram publicados pelo veículo durante os anos de análise.

No ano de 2002, com o surgimento da Seção Eleições e a cobertura dos candidatos a presidência da República notou-se um aumento no percentual anual em comparação com os anos anteriores. Opta-se pelos gráficos para exibir esta amostragem.

Abaixo se apresentam os gráficos que demonstram as abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por Cidade Nova do ano 1999 ao ano de 2006 (Gráficos 1 a 8).

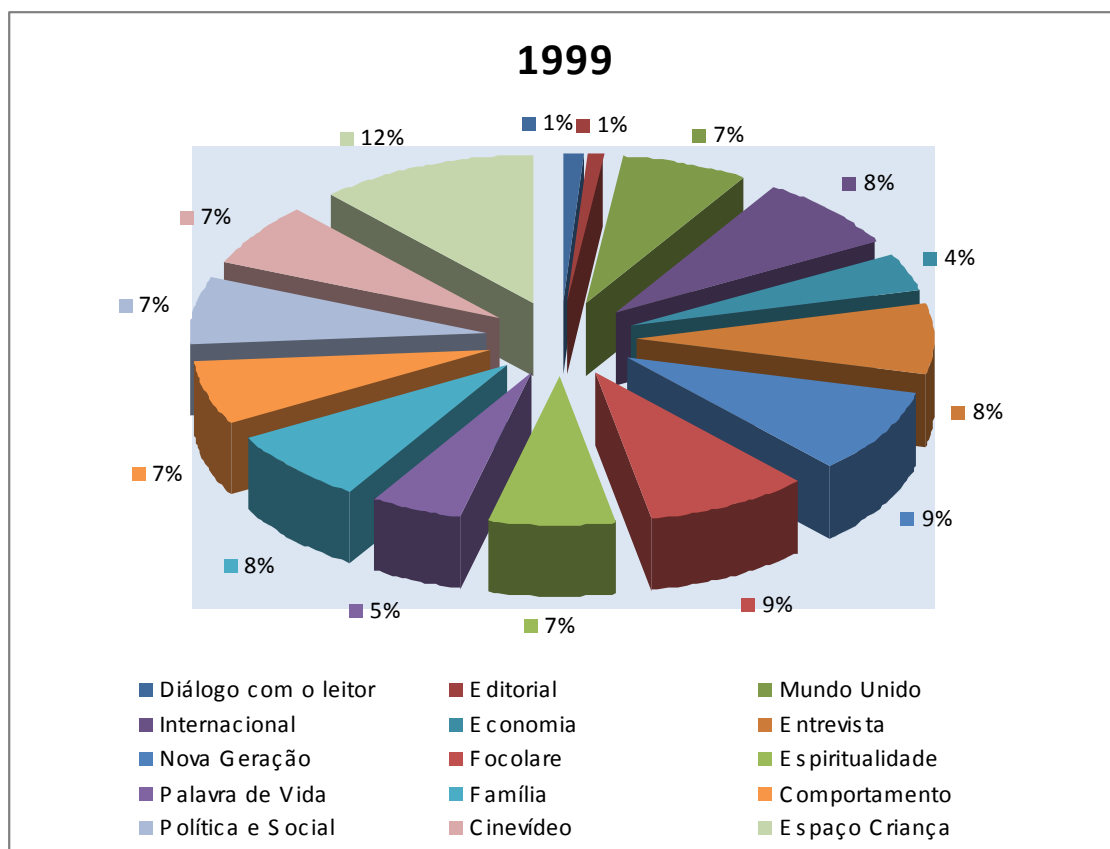


Gráfico 1 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 1999.

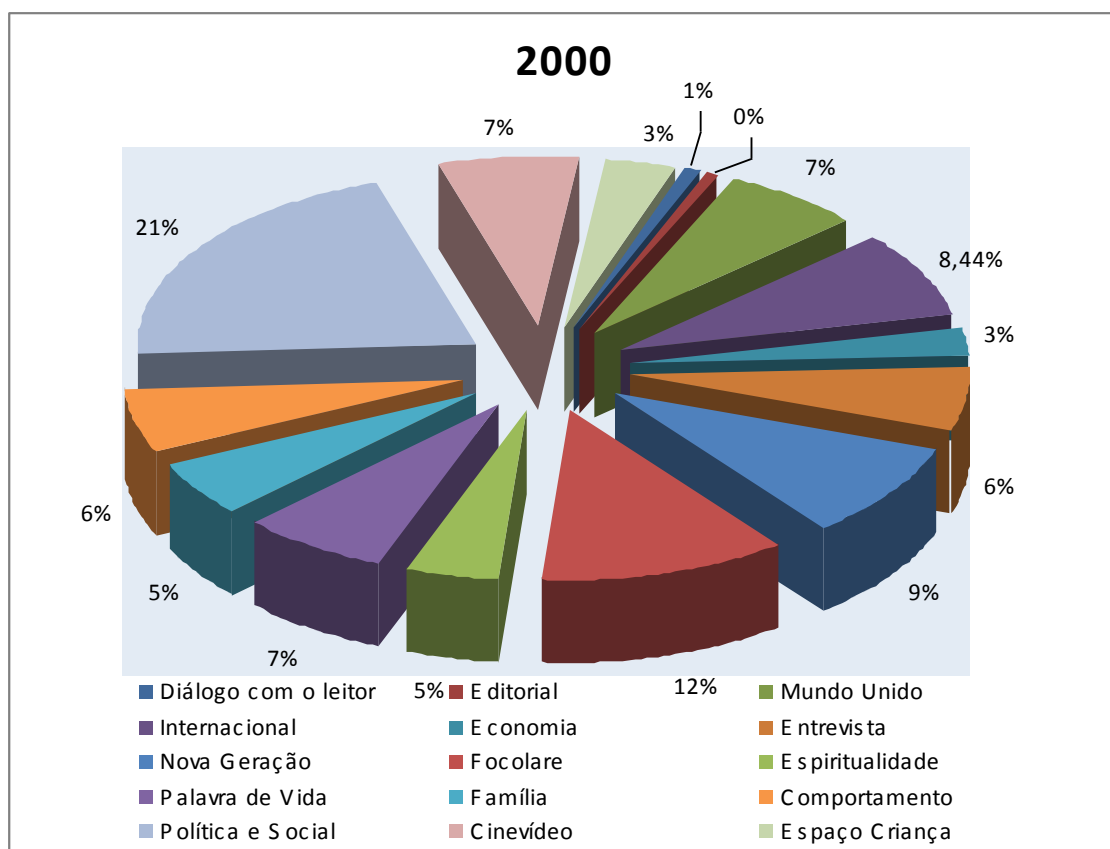


Gráfico 2 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 2000.

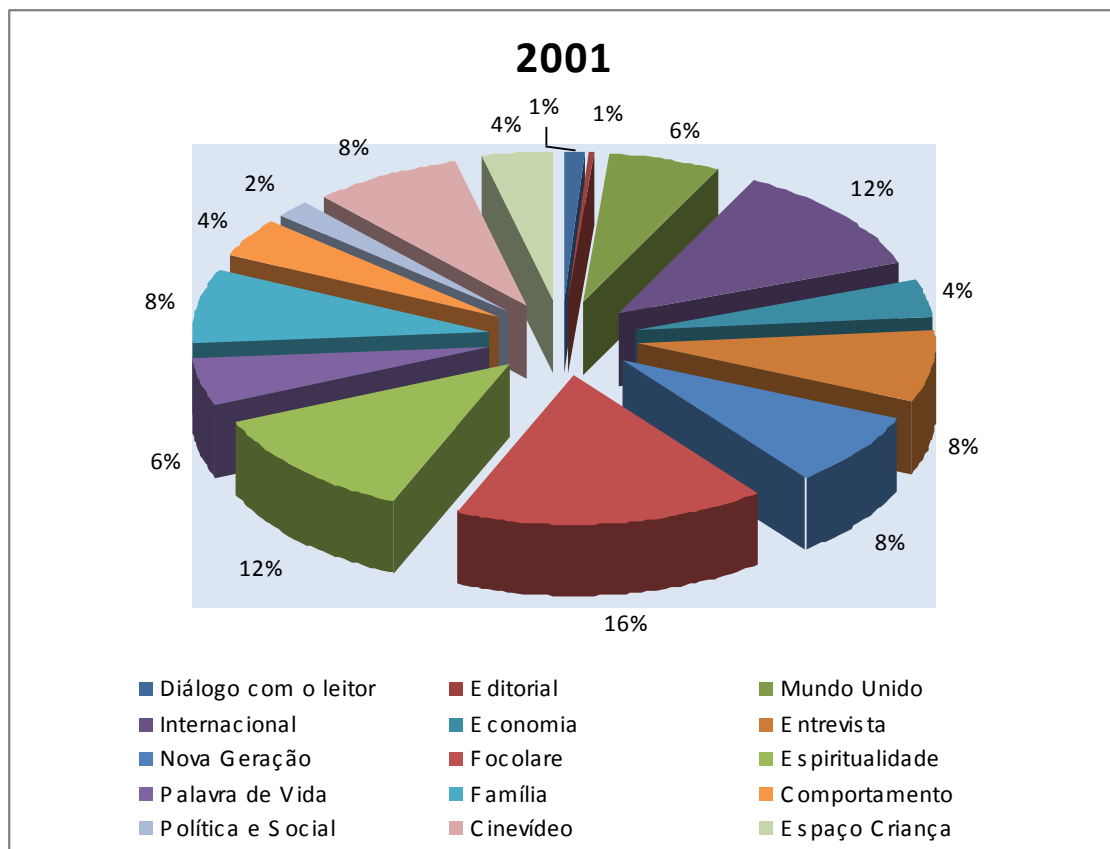


Gráfico 3 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 2001.

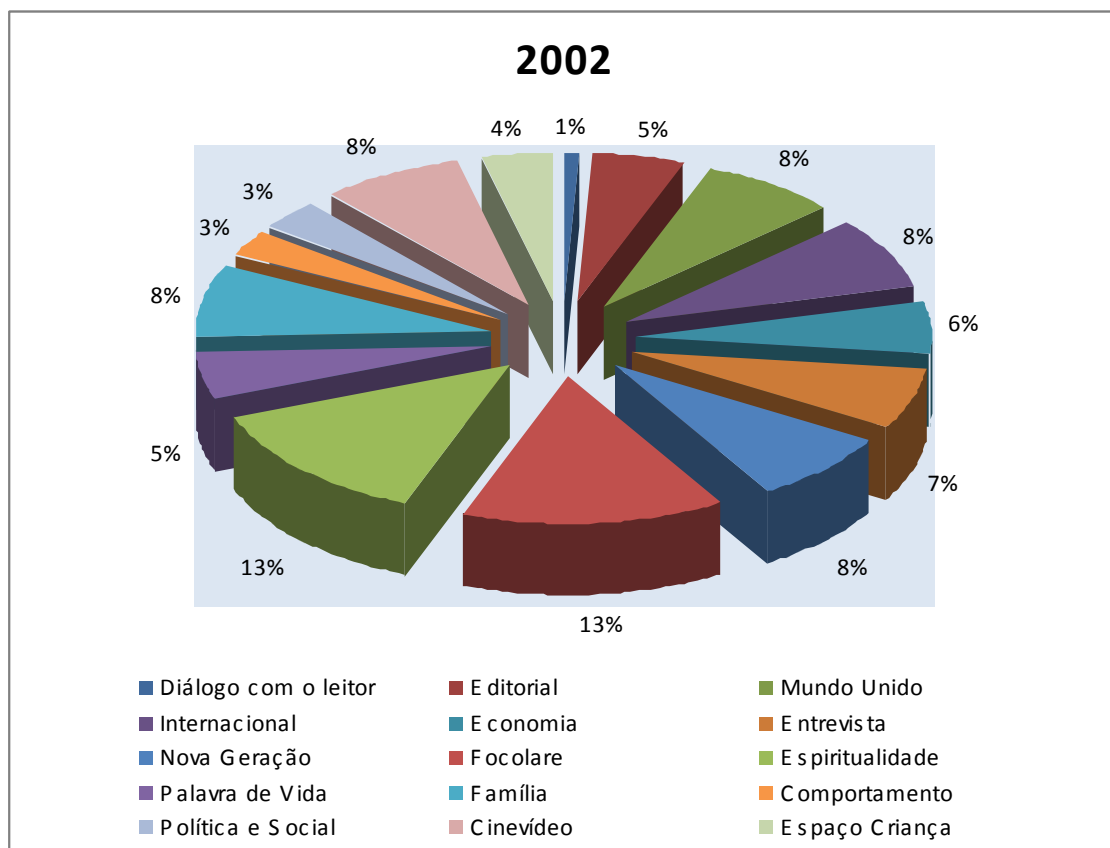


Gráfico 4 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 2002.

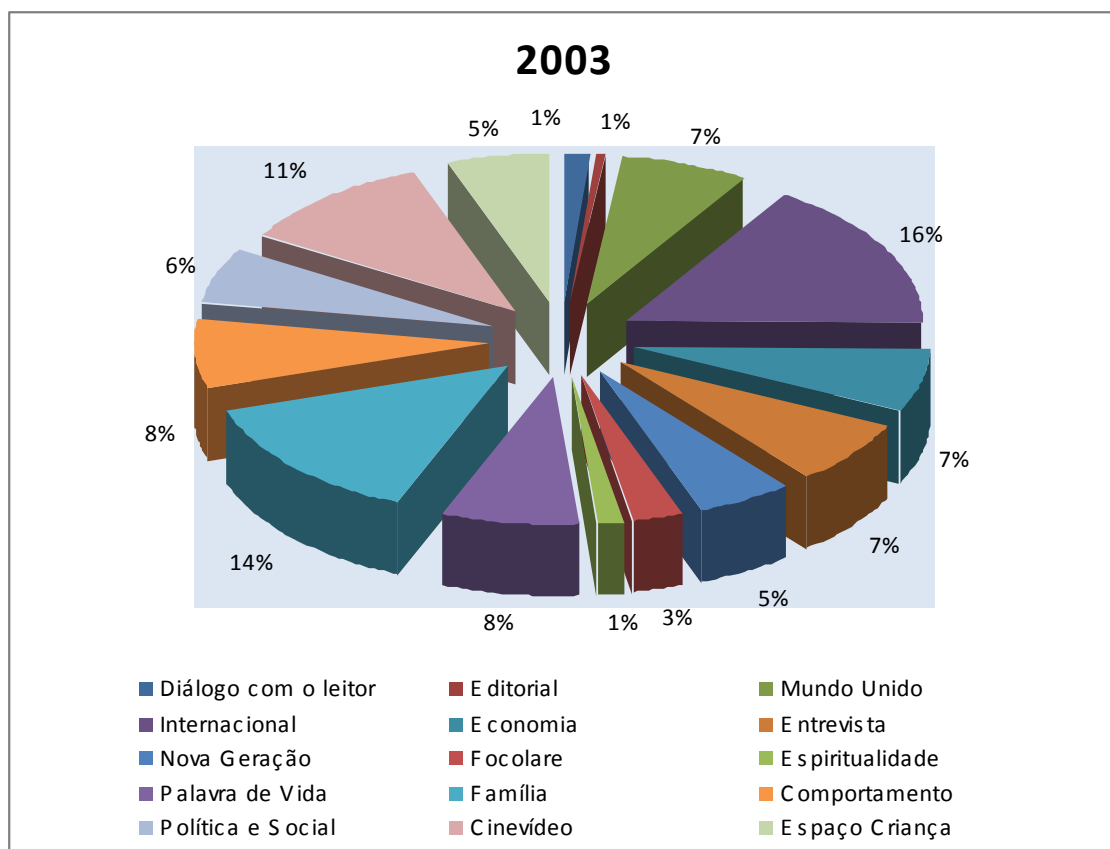


Gráfico 5 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 2003.

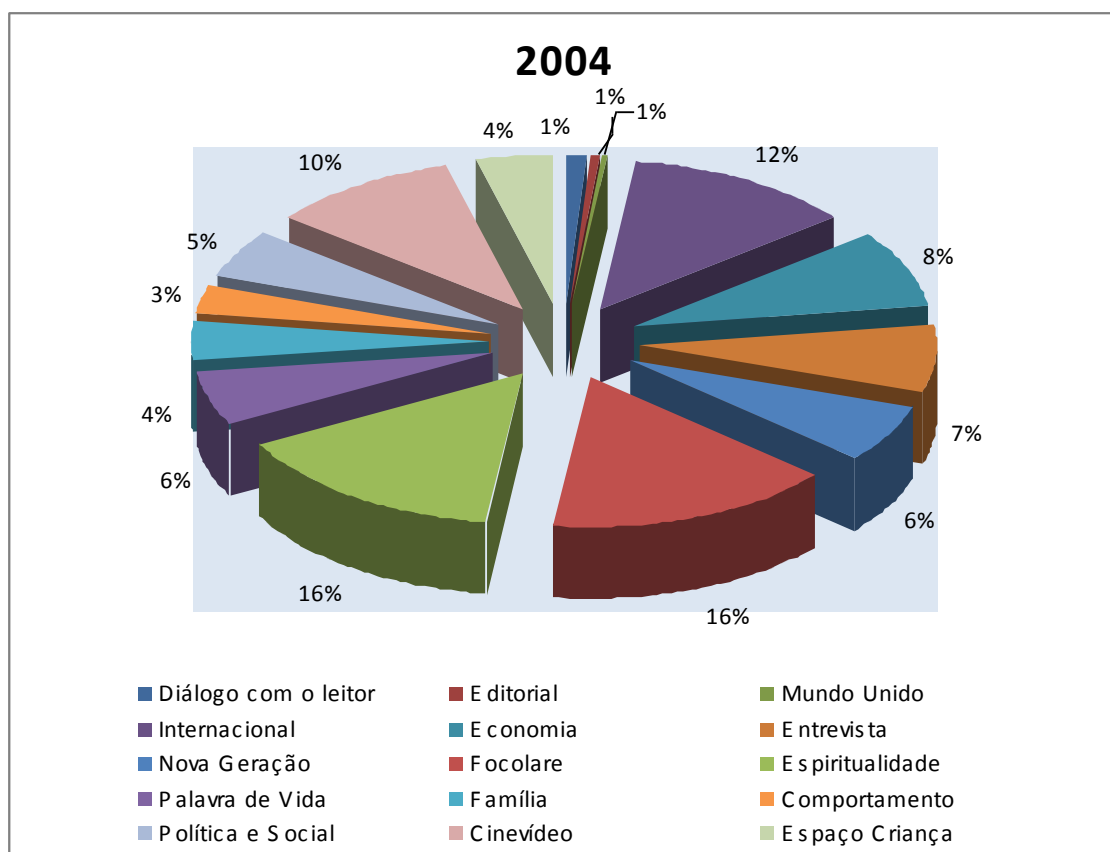


Gráfico 6 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 2004.

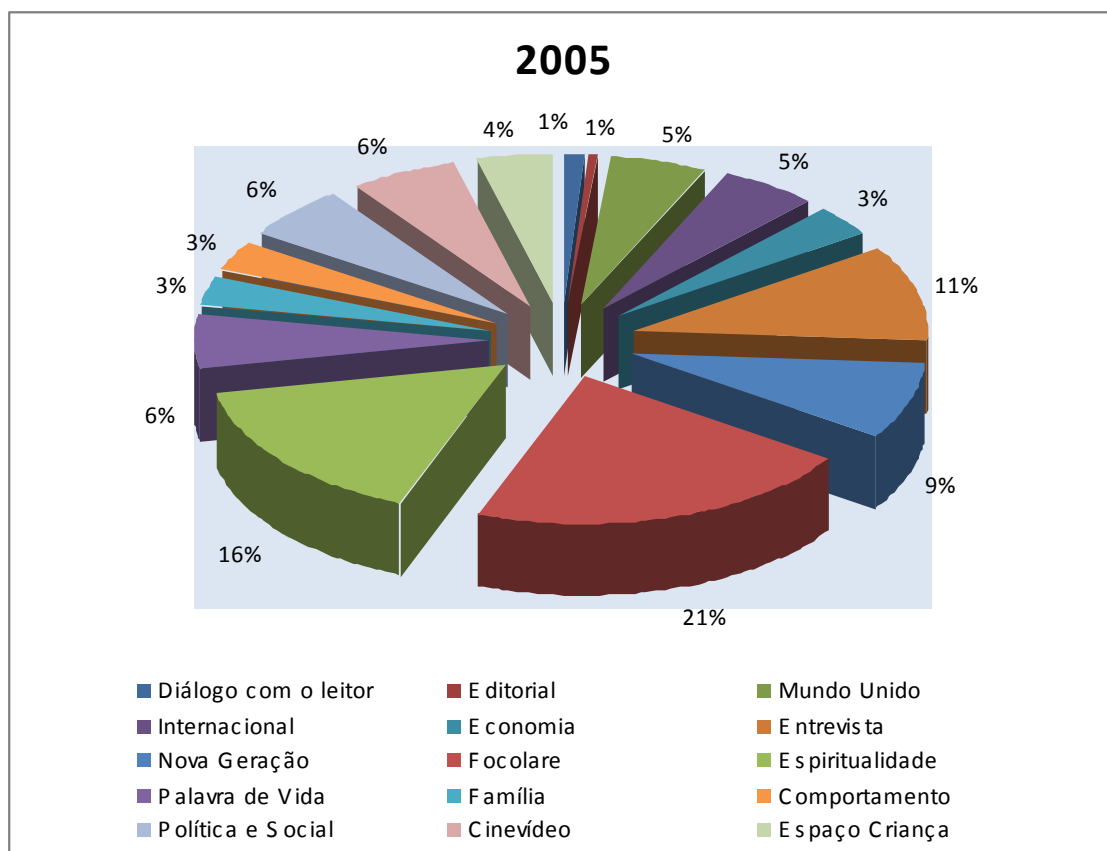


Gráfico 7 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 2005.

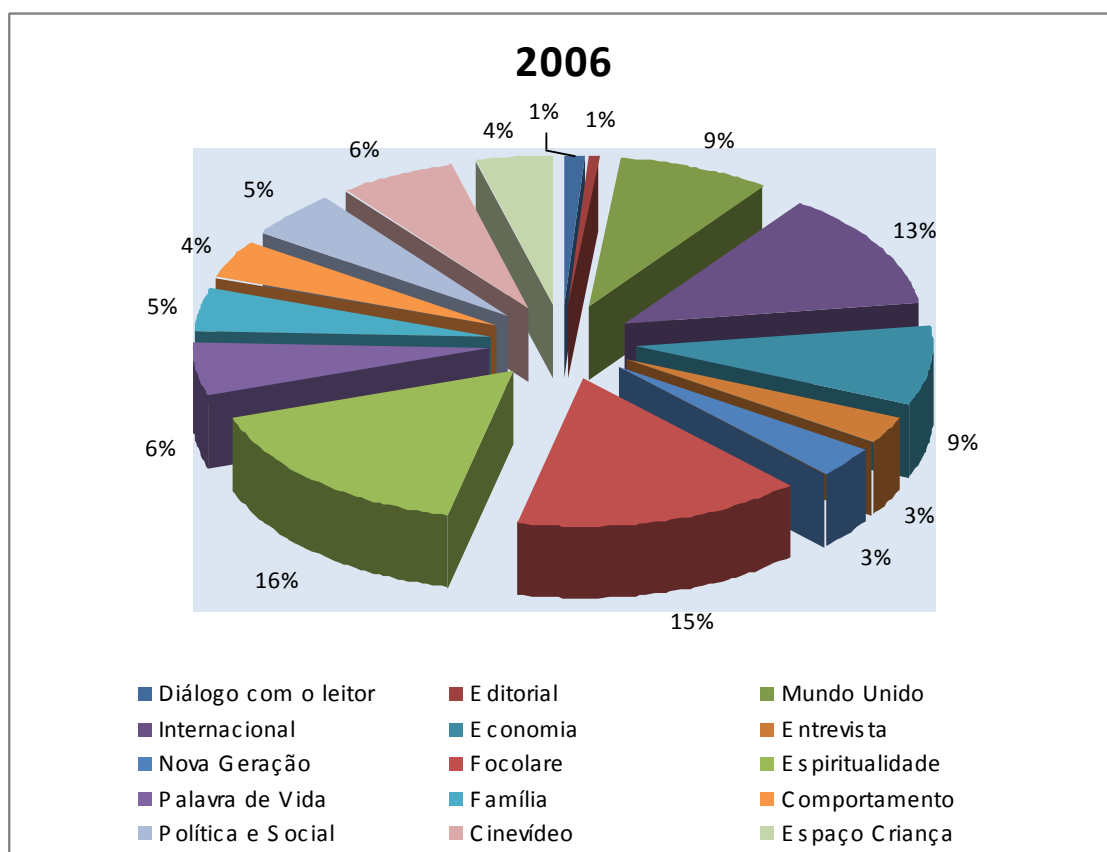


Gráfico 8 - Abordagens políticas e sociais numéricas realizadas por *Cidade Nova* em 2006.

Em comparação às outras publicações do gênero vemos que o índice da cobertura política e social da revista *Cidade Nova* é baixo, mas a publicação a cada ano dá maior ênfase à política e às questões sociais sendo que isso ocorreu desde a última década com maior regularidade desde o surgimento do Movimento Político pela Unidade como demonstrado a seguir.

6.9 Comparações numéricas

Vale ressaltar que do ano 1999 ao ano de 2002, 69 páginas da revista durante o período foram ocupadas por temas ligados a política e questões sociais como promoção humana, ONGS, projetos da sociedade civil.

De 2003 ao ano de 2006 o número passou para 109 páginas publicadas pelo veículo no período para tratar de questões políticas e sociais que retratavam as posições e plano de governo do PT.

7. REVELADO AS MOTIVAÇÕES DA COBERTURA NA REVISTA CN (CIDADE NOVA)

7.1 Veículo de informação e comunicação

Segundo Faro (2005) é possível perceber, a partir de toda a edição de *Cidade Nova*, que a revista tenta se estabelecer não somente como um veículo de informação, mas como um veículo de comunicação, que envolve as duas partes do processo: o emissor e o receptor.

Os assuntos são sobre os acontecimentos atuais e seus redatores os escrevem baseando-se no jornalismo e na espiritualidade vivida pelos Focolares.

Para selecionar os assuntos da Revista *Cidade Nova*, buscou-se ler os fatos ocorridos no Brasil e no mundo, com a realidade e positivismo excluindo o sensacionalismo. Nossa linha editorial é baseada na espiritualidade da unidade, alicerce do Movimento dos Focolares do qual *Cidade Nova* é expressão (Equipe CN, 2003)

Os integrantes da redação e dos Focolares passam a conhecer a Espiritualidade da Unidade concretamente em ações no cotidiano para que vivam e passem adiante essa realidade proposta por Chiara.

“A espiritualidade da Unidade tem suas raízes no Evangelho, como compromisso de defender valores como a paz, a solidariedade, a justiça, a dignidade, o respeito à diversidade, o dialogo, a tolerância, a partilha, a vida e os direitos humanos, é através desses valores que a linha editorial da *Cidade Nova* se inspira” (GUIMARÃES, 2005, p. 14).

Para Guimarães (2005), o desejo de *Cidade Nova* é que os artigos publicados em suas páginas sirvam para dignificar o homem, a sociedade como um todo, a redirecionar seu agir no âmbito pessoal e coletivo. É a mesma opinião do editor-chefe da revista:

“Na revista sua linha editorial se pauta na dimensão do homem na sua integralidade por isso ela trata também de assuntos como psicologia, esporte, fotografia, cinema, literatura, cultura, arte e tem uma seção para entretenimento. Não poderia deixar de ter um destaque especial à sua preocupação na formação espiritual dos leitores.” (GUIMARÃES, 2005, p. 15).

7.2 Perspectiva de CN

O objetivo do veículo é de ser testemunho, como veículo de comunicação, da fraternidade da qual se faz porta-voz.

7.3 A transformação da Revista Cidade Nova com a dissidência do MPPU

Embora tivesse sempre tratado da questão política desde a sua fundação, a revista começou a ter uma linha editorial para esse âmbito a partir dos anos 2000, depois de ter como referência a experiência de alguns anos do Movimento Político pela Unidade (MPPU), fundado no Brasil em 2001.¹²

Segundo o presidente nacional do Movimento Político pela Unidade, Sérgio Henrique Previdi, o MPPU é uma rede mundial aberta composta de cidadãos ativos, políticos eleitos em todos os níveis institucionais, militantes dos mais diversos partidos políticos, funcionários públicos, estudiosos e cientistas políticos, jovens interessados pelas grandes questões mundiais e pela vida da própria cidade, estado e país que tem como principal objetivo transformar a fraternidade como categoria política.

¹² O Movimento Político pela Unidade (MPPU) tem início em Nápoles, Itália, no dia 02 de maio de 1996, por ocasião de um encontro entre Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares (www.focolare.org) e um grupo de personalidades com diversas funções na vida pública e de diferentes culturas e opções políticas. Em 2001, o MPPU chega ao Brasil, mostrando-se uma resposta à necessidade de encontrar espaços de diálogo e participação nos processos de crise e consolidação da democracia em nosso país e na América Latina.

“Dizia Chiara Lubich, na oportunidade em 1996, na cidade de Nápoli, na Itália, que durante mais de 200 anos da Revolução Francesa que foi um marco da era moderna. Que definiu a política de grande parte do mundo, as estruturas políticas que a liberdade e a igualdade foram amplamente difundidas e buscadas tanto pelo capitalismo quanto o socialismo, mas que a fraternidade ficou esquecida e não seremos nem totalmente livres e nem totalmente iguais senão nos considerarmos irmãos um dos outros. Ela propôs naquele momento que nascesse esse movimento político pela unidade de pensamento, de coração e principalmente de fraternidade.” (PREVIDI, 2010).

Desse modo o MPPU se espalhou pelo mundo inteiro para realizar o mundo unido de modo concreto. E essa é mais que uma meta, é um caminho em direção à civilização da unidade, fruto não só da ação política, mas de novas relações de reciprocidade.

Qual o papel da política nessa perspectiva? Concebida como uma atividade nobre, a política deve estar sempre a serviço da sociedade e do bem comum.

A meta do MPPU, portanto, está muito além da construção de uma sociedade internacional que elabore e respeite boas regras de relacionamento.

O MPPU almeja fazer com que a humanidade viva como uma família global, na qual os relacionamentos entre pessoas e grupos sejam dons recíprocos e, portanto, contribuam para a realização da unidade na diversidade dos povos, das crenças e das culturas.

As consequências desse novo modo de conceber e viver é que as relações humanas devem ser aceitas também em nível estrutural. Se pintarmos cada atividade humana – a economia, a arte, a comunicação, a justiça, a ciência, a espiritualidade – de uma cor, a política não terá uma cor, pois deve ser a tela, o fundo que coloca em evidência e coloca todas as outras cores em relação umas com as outras.

A política oferece as condições para que a sociedade realize completamente o seu projeto, a unidade na riqueza das diversidades.

7.4 A ligação de CN com o Movimento Político pela Unidade

A revista *Cidade Nova* e o MPPU estão ligados por pertencerem ao Movimento dos Focolares. E um está a serviço do outro na busca pela fraternidade universal. Afinal, a iniciativa procura reunir grupos de todos os níveis políticos em diversas partes do Brasil e do mundo para aprofundarem a proposta da política como construção da fraternidade.

“Essa experiência serviu para colocar em relevo alguns valores que norteiam a prática do Movimento Político pela Unidade e, em particular, os valores do bem comum, do diálogo para além da tendência política, da opção prioritária pelos excluídos do processo social e econômica, da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.” (FARO, 2010).

“Esses valores foram também os valores apresentados pela Conferência Episcopal dos Bispos do Brasil como critérios para as escolhas políticas que seriam feitas nas eleições de 2002. E essa coincidência representou, para *Cidade Nova*, um estímulo para aprofundar a sua linha editorial no âmbito da política.” (FARO, 2010).

De acordo com a publicação, esse debate empreendido por esses políticos e a experiência concreta de muitos deles neste campo deu suporte às matérias sobre política e questões sociais que se intensificaram na revista.

“Algumas matérias estavam referidas ao presidente Lula ou ao Partido dos Trabalhadores porque eles compunham o governo de turno e, como a atualidade e a factualidade são características do jornalismo, tivemos de falar sobre eles.” (FARO, 2010).

“A mídia, sem dúvida, tem um papel relevante no rearranjo das forças políticas e das estruturas de poder na sociedade brasileira. Ela tem funcionado até como palco teatral, no qual as disputas sociais, políticas e ideológicas realizam-se de forma ora trágica, ora cômica.” (MATOS, 2008).

7.5 A influência do governo petista na pauta de Cidade Nova

Mesmo sem pertencer aos moldes do jornalismo guiado pelas pressões políticas e econômicas tanto internas quanto externas que regem a grande imprensa, *Cidade Nova* possui um sistema midiático próprio de fazer o seu jornalismo e escolher suas matérias e artigos. Constitui um veículo alternativo e complementar ao seu público-leitor. A mídia determina os assuntos debatidos no dia a dia. Ela cria heróis e vilões com tanta rapidez como muda as suas manchetes.

Segundo o jornalista Marcello Riella Benites (2010), membro do Conselho de Redação no período e atualmente, antes mesmo da vitória de Lula no primeiro mandato, “formou-se uma opinião entre alguns setores de leitores ou críticos que nem eram leitores assíduos, de que a Revista era, vamos dizer, simplificando bastante “petista”. Com a eleição de Lula e um posicionamento editorial, digamos “otimista” frente ao fato histórico de um presidente vindo, de fato, do povo, essas críticas cresceram.

O editorial a que o jornalista se refere foi publicado na revista de janeiro/fevereiro de 2003 com o título “Maturidade política”.

O primeiro parágrafo do editorial mencionado já da referência de que há um posicionamento positivista mediante ao governo da ocasião:

“Com a posse do novo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva começa no país uma nova fase de desafios e esperanças: uma etapa da história política que manifestou seus primeiros sinais de novidade com a equipe de transição. Nunca como desta vez a troca do governo aconteceu com tanta tranqüilidade e abertura ao dialogo entre todos os envolvidos no processo. Foi uma prova de maturidade da democracia brasileira e da responsabilidade dos seus governantes”. (CIDADE NOVA, nº 1 e 2, Editorial).

Nesse mesmo exemplar temos como uma das matérias de destaques: o “Projeto Fome Zero”, subtítulo: “É grande a expectativa sobre o programa Lula para segurança alimentar, elaborado com a ajuda de ONGS, sindicatos e outros setores da sociedade civil organizada” que foi assinada por Claudio Sampaio Barbosa, um dos entrevistados, que além de redator era membro do Conselho de Redação também.

Segundo o jornalista Claudio Sampaio Barbosa (2010) que atualmente mora em Manaus, escrever em *Cidade Nova* é um grande desafio. A fidelidade à linha editorial da revista, que está dialogicamente ligada a Cultura da Fraternidade, nem sempre acontece em sua essência.

Por que isso acontece? Porque a revista é produzida por jornalistas (seres humanos) e o Ideal da Unidade nasce a partir de uma realidade divina. Portanto quando se fala de algo que tem complexidade em si mesmo como a política há o risco de não fazer com a perfeição que a revista merece. Isso porque nesse gênero de assunto é possível ir um pouco do jornalista, da sua visão de mundo. “Mas o mais importante é que, durante os anos que passei na revista, sempre fui testemunha de um esforço titânico, tanto por parte do jornalista quanto por parte do Conselho, para minimizar ao máximo possível o “eu”, a subjetividade, ainda que esse seja inerente de todo fazer humano”. (BARBOSA, 2010).

7.6 Os exageros da linha editorial da revista

A matéria de capa da revista de janeiro/fevereiro 2003 foi: “Um pacto social para o Brasil” em que o subtítulo foi “A construção de um verdadeiro pacto social no Brasil

pressupõe um novo relacionamento entre governo e sociedade, baseado no diálogo e na responsabilidade mútua em favor do bem comum.”

Nele, alguns especialistas e pertencentes a Organizações Sociais Não-Governamentais deram posições sobre o novo governo e a sua postura social, o que fomenta uma discussão sobre o pacto entre governo e sociedade civil. A matéria é assinada pelo jornalista Jaime Lucas, que entre os membros do Conselho é considerado um idealista de esquerda assumido. No artigo o jornalista menciona a nova postura do PT: mais aberto ao diálogo com a oposição e a população.

No último parágrafo do artigo temos: “A nova postura aumentou a credibilidade de Lula e do PT, permitindo a elaboração de um programa de governo bastante moderado e abrindo caminho para a vitória. Eleito como o candidato da mudança, Lula conquistou nas urnas o direito de governar à sua maneira e promover mudanças. Consciente da difícil missão de governar um país gigante – também em seus problemas –, o novo presidente sabe que não terá um céu azul pela frente. Mas também costuma afirmar: “É nas fortes tempestades que as grandes travessias são feitas.”

Tentou-se entrevistar Jaime Lucas, mas não foi possível. Ele ainda escreve para o periódico, mas não participa mais do casting dos principais redatores de *Cidade Nova*.

Segundo o representante do MPPU, Sérgio Henrique Previdi, ao vencer um partido tido como esquerda, o PT, evidentemente, ainda que não propositalmente, isso mexeu com as raízes do editor e consequentemente com os seus redatores que tinham alguma referência esquerdista.

Em entrevista, Previdi lembrou-se de uma frase dita pelo editor José Antonio Faro na época da vitória de Lula frente à presidência do país, “Enfim no Brasil, nós temos hoje uma política de linha mais de esquerda e mais para o lado social que vem de encontro ao ideal”.

“Em 2003, a revista cometeu alguns exageros. Eu acredito que sim, eu mesmo constatei isso. Foi justamente nesse momento que eu fui chamado para fazer parte do Conselho Editorial. Claro que não para corrigir isso, mas para poder ser um ponto de equilíbrio para que a revista. Quando ela fosse abordar temas políticos e sociais não tivesse uma tendência ideológica. Porque a revista sempre tem a cara do editor só que o editor em *Cidade Nova*, não pode ser expressão do pensamento dele e sim uma expressão de uma coletividade. Mas

era de se esperar que a revista mostrasse mais matérias que levantassem a questão social e reforçasse as posições petistas” (PREVIDI, 2010).

A jornalista Fernanda Pompermayer (2010), membro do Conselho de Redação e atual redatora da Revista Cidade Nova disse: “*Cidade Nova* se abriu de uma forma tendenciosa para falar sobre o diálogo político.” Por exemplo, na matéria “Avanços da Diplomacia Brasileira, publicada em 2003, existiu pelo menos 4 frases explicitamente elogiando o presidente Lula. O editor não percebeu isso na hora da edição. A abertura tem sempre um risco e nós corremos no risco de exagerar para um lado. Ainda hoje, a revista não conseguiu cancelar a imagem que tem que ela é uma revista petista que é vermelha”

O ex-diretor-presidente e revisor-geral da publicação analisada, Ekkehard Schneider (2010) que atualmente mora em Brasília, e pertence ao Movimento Político pela Unidade (MPPU), disse durante uma longa entrevista concedida na sede da editora que as matérias publicadas sobre o governo de Lula em seu primeiro mandato eram praticamente os primeiros passos da revista ao retratar a política e as questões sociais governamentais e “os primeiros passos normalmente são inseguros.”

Para o editor José Antonio Faro (2010) não houve qualquer mudança da linha editorial durante o primeiro mandato do governo Lula. Os artigos e entrevistas publicados no período representavam a continuidade de uma linha que estava amadurecendo há muito tempo e que estava relacionada com a experiência do Movimento dos Focolares na realização do seu ideal de unidade no contexto brasileiro.

“A elite dominante é ao mesmo tempo a fonte, a protagonista e a leitora das notícias; uma circularidade que exclui a massa da população da dimensão escrita no espaço público definido pelos meios de comunicação de massa” (KUCINSKI, 1998). O jornalismo impresso exclui a grande maioria da população.

7.7 Matérias publicadas de cunho social ou político no período.

Durante os anos analisados identificamos algumas matérias de repercussão:

Jan/fev 2003: “Maturidade Política”

“Governo e Sociedade em Diálogo”

Abril 2003: “Governo, entre diálogo e incertezas”

Mai 2003: “Diálogo no lugar do jogo de interesses”

Junho 2003: “A polêmica da Reforma na Previdência”

Julho 2003: “Os tempos de mudança”

“Por uma integração latino-americana”

Agosto 2003: “Política econômica em questão”

Setembro 2003: “A justiça aberto ao publico América Latina”

Outubro 2003: “O diálogo como estilo político” **Case João Paulo Cunha**

Subtítulo: CN, conversa com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, sobre os desafios do governo Lula e sobre a fraternidade como categoria política

Novembro 2003: “As nossas raízes”

Nos meses de março de 2003 e dezembro de 2003, nenhum artigo especificamente de temas sociais ou políticos referentes ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi encontrado.

Jan/fev 2004: “Os desafios para 2004”

Março 2004: “Será a vez do Social”

Abril 2004: “O que muda com a reforma política”

Junho 2004: “Pela transparência nas contas publicas”

Julho 2004: “Alternativas para a economia brasileira”

Setembro 2004: “População diz não as armas”

Dezembro 2004: “Transposição do rio São Francisco: Opiniões Divididas”

Nos meses de maio de 2004, agosto de 2004, outubro de 2004 e novembro de 2004, nenhum artigo especificamente de temas sociais ou políticos referentes ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi encontrado.

Jan/fev 2005: “O Brasil e seu lugar na ONU”

“Desafios do governo - Um ano decisivo para o social”

Março 2005: “A pobreza rouba a cena internacional”

Abril 2005: “Prouni - Programa que abrir universidade para todos”

Junho 2005: “Tão distantes e tão próximos”

Julho 2005: “A campanha começou e esta acirrada”

“A família vai para a escola”

Setembro 2005: “Da crise à purificação da política”

Dezembro 2005: “A política requer novos métodos - Desafios da Democracia”

“Fora dos palcos das CPIS”

Nos meses de maio de 2005, agosto de 2005, outubro de 2005 e novembro de 2005, nenhum artigo especificamente de temas sociais ou políticos referentes ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi encontrado.

Março 2006: “É a hora do eleitor entrar em ação”

Abril 2006: “É hora de muda o rumo - Cenário Político”

Junho 2006: “Mudanças cosméticas nas regras eleitorais”

“Os desafios do Brasil”

Agosto 2006: “Voto nulo, opção válida”

Outubro 2006: “Votamos, mas para continuar participando”

Novembro 2006: “Hora de dialogar - Terceiro Turno”

Dezembro 2006: “O desafio do presidente - Pós-eleições”

Nos meses de janeiro/fevereiro de 2006, maio de 2006, julho de 2006 e setembro de 2006 nenhum artigo especificamente de temas sociais ou políticos referentes ao Partido dos Trabalhadores (PT) foi encontrado.

7.8 Citações de destaque em matérias sobre o primeiro mandato de Lula

“Eleito presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva tem o desafio de construir um pacto social capaz de superar a crise financeira do país e, ao mesmo tempo, iniciar um amplo programa de reformas para enfrentar as grandes questões sociais.” (2003)

“A vitória de Lula poderá representar também uma maior aproximação, às instâncias decisórias do poder, daqueles segmentos sociais que sempre estiveram afastados” (2003)

“Nesses 22 anos que separam a fundação do PT da sua chegada ao poder, partido e candidato mudaram muito. Velhos discursos e posições radicais foram abandonados ou adequados ao momento atual.” (2003)

“Para o presidente, erradicar a fome será uma das prioridades do governo. Mas Lula, não abre mão de uma mobilização envolvendo toda a sociedade. (2003)

“Outro motivo de esperança: o novo modo de ver o exercício do poder como um processo coletivo. Num país no qual o personalismo das lideranças políticas e o jogo de interesses sempre comprometeram o bem comum, são novidade declarações como a de Lula, ainda em dezembro: “Não seremos um governo no qual predominará a palavra ‘eu’ – ‘eu faço, eu quero’. Prevalecerá a palavra “nós”. Esse “nós” no exercício da política, se levado a sério, significa uma revolução na política, porque resgata a fraternidade como uma de

suas dimensões fundamentais, além de resgatar o próprio sentido da representação política como representação do “coletivo”, do “nós”. (2003)

“Uma das coisas mais interessantes do novo governo é o esforço de dialogar com todos os setores da sociedade. (2003)

“A unificação das ações e programas em um único ministério é um primeiro passo, mas o governo precisa fazer a economia crescer para diminuir o desemprego, hoje o principal problema do país.” (2004)

“O trabalho escravo vem sendo combatido no Brasil há cerca de 10 anos. No ano passado, o governo lançou o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, que inclui 75 ações, com o objetivo de erradicar o trabalho forçado até 2006.” (2004)

“Desde que assumiu o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem dando sinais claros de que a aposta do governo vai mesmo na direção da ortodoxia econômica. Ou seja, na manutenção da política macroeconômica, centrada na restrição monetária e fiscal e que hoje é garantida pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci.” (2005)

“Pensando um pouco no momento atual da política brasileira, podemos dizer que, nos últimos 20 anos, o Brasil iniciou um caminho em direção àquilo que podemos definir de “democracia fraterna”. (2005)

“Uma iniciativa do governo federal, o ProUni pretende acelerar o processo de democratização do acesso à educação superior no Brasil”. (2005)

“Humilhante, desmoralizadora, acachapante. A imprensa de todo o país não economizou adjetivos para qualificar a imprevista derrota do Partido dos Trabalhadores e dos aliados da base do governo na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, em 15 de fevereiro. De fato, a articulação política do governo federal, que tentava eleger para o cargo o deputado paulista Luiz Eduardo Greenhalgh, demonstrou-se ineficiente e perdeu o comando da Casa para o deputado Severino Cavalcanti.” (2005)

“Reeleito, o presidente Lula tem pela frente inúmeros desafios para responder aos anseios da maioria dos brasileiros, sobretudo o de diminuir a desigualdade social no país. Desafios que devem ser enfrentados em conjunto pelo governo federal e por todos os governadores e parlamentares eleitos.” (2006)

“É incontestável o fato de que, no segundo turno, o presidente Lula venceu as eleições com uma diferença de mais de 20 milhões de votos sobre Alckmin porque conseguiu convencer os brasileiros de que o seu governo reduziu a miséria, diminuiu as desigualdades sociais e melhorou a vida da maioria da população. Está na inclusão social, portanto, a principal razão da vitória de Lula.” (2006)

“A seu favor, Lula tem agora maior apoio por parte dos governadores. Com os resultados do segundo turno, ele terá o apoio de 16 dos 27 governadores, uma situação muito mais confortável do que no atual mandato, no qual teve o apoio incondicional só dos três governadores do PT. Agora, o PT elegeu cinco governadores e o PSB, três, mas Lula conta com o apoio de cinco dos sete governadores do PMDB, dos dois do PDT e de um

do PPS. Os governadores são fundamentais pela influência que têm junto aos deputados e senadores, no caso de projetos importantes no Congresso.” (2006)

7.9 Diferenciações no tratamento dado a Lula em relação à Dilma Rousseff

Foram analisados os seguintes artigos: referentes aos presidenciais no mandato do governo 2003 e 2006 e do governo atual 2011 a 2014 e o primeiro artigo referente a vitória do presidente do período, respectivamente: Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

No governo dos anos 2003 ao ano de 2006 como mencionado anteriormente, Cidade Nova publicou a matéria “Os presidenciais” com o seguinte subtítulo:

“Em diversas ocasiões *Cidade Nova* defendeu que, para a escolha do representante político ser coerente e madura, é necessário, por parte dos eleitores, o conhecimento e o acompanhamento da história política e do engajamento social de cada um dos candidatos. A seguir publicamos aspectos importantes da trajetória de cada um dos principais candidatos à presidência da República.” (CIDADE NOVA, 2002).

A primeira página foi destinada ao então presidencial Luiz Inácio Lula da Silva. Os seus principais três oponentes, José Serra (PSDB), Ciro Gomes (PPS) e Anthony Garotinho (PSB) disputaram 2 páginas.

No governo dos anos 2011 ao ano de 2014, *Cidade Nova* publicou o artigo: “Eleições, qual Brasil queremos” – Projetos para o Brasil, subtítulo:

“Eleições: O país se prepara para as eleições gerais: deputados estaduais, federais, senadores e governadores. Elegerá também o seu 36º presidente da República, que terá forte influência na orientação do Brasil nos próximos quatro anos. Dando palavra aos principais candidatos à presidência da República, *Cidade Nova* apresenta uma síntese do que eles pensam e dos seus projetos para o país” (CIDADE NOVA, 2010).

Todos os candidatos à presidência tiveram a mesma quantidade de páginas para expor seus projetos de governo, duas páginas para Marina Silva (PV), duas páginas para Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), duas páginas para José Serra (PSDB) e por último, duas páginas para Dilma Rousseff (PT). O que mostra um equilíbrio de proporção entre os presidenciais. As fotos também tiveram o mesmo tamanho para evitar algum favorecimento político. “Agora temos uma preocupação em ter equilíbrio e isso se demonstrou na matéria dos presidenciais.” (POMPERMAYER, 2010).

O primeiro artigo publicado em janeiro de 2003 sobre o governo do presidente “Lula” (PT) teve como destaques o editorial intitulado: “Maturidade política”, a matéria de capa “Um pacto social para o Brasil – Governo e sociedade em diálogo”, a retranca “Projeto Fome Zero”.

Em janeiro de 2011, não há nenhum artigo referente ao realinhamento sócio-político brasileiro ou às propostas do novo governo petista “Dilma Rousseff”. O editorial, por exemplo, tem como título: “Tropa de Elite 4”, a matéria de capa foi “A violência não disse a última palavra” – A experiência do Morro de Mont Serrat, em Florianópolis, demonstra que a superação da violência e do narcotráfico é possível com um trabalho integrado de promoção humana, com educação e inserção social.

A única menção ao governo Dilma se refere ao artigo publicado em dezembro de 2010, e intitulado “Brasil pede reformas fundamentais” subtítulo: Desafios políticos: Entre as muitas exigências a serem atendidas pelo novo governo federal a partir do próximo ano estão as reformas de base. Entre estas, uma reforma política que favoreça o diálogo construtivo entre os atores políticos é, certamente, uma das mais importantes.

8. UMA FIGURA EMBLEMÁTICA E CARISMÁTICA: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

8.1 O líder populista e popular

Luiz Inácio Lula da Silva foi o segundo presidente civil eleito diretamente pelo povo a receber o posto de outro presidente também eleito pelo povo em janeiro de 2003. Antes de Fernando Henrique Cardoso (FHC), só Juscelino Kubitschek havia passado o cargo, em 1961, a outro presidente eleito pelo voto direto, Jânio Quadro, que posteriormente renunciou.

Em sua quarta tentativa, o ex-líder sindical recebe 61,3% dos votos, um índice recorde. Os milhões de votos recebidos representavam a esperança de brasileiros que viram na figura de Lula o seu mais novo líder.

A vitória de Lula foi significativa também por sua biografia. Filho de lavradores e retirante nordestino que chegou a São Paulo em um caminhão “pau de arara”, o ex-metalúrgico é o primeiro brasileiro a alcançar a presidência sem pertencer e sem ter passado pelos organismos ou quadros das elites tradicionais – militar, empresarial e intelectual – que controlam o poder político no Brasil desde a sua Independência, em 1822. E essa é uma mudança sem precedentes na histórica da América Latina. Vale relembrar o histórico desse estadista popular.

Em 1975, foi eleito presidente do sindicato, com 92% dos votos. Reeleito três anos mais tarde, liderou pela primeira vez uma greve de operários do ABC. Em 1980, fundou, com outros sindicalistas, intelectuais, políticos e representantes de movimentos sociais – lideranças rurais e religiosas – o PT, do qual foi presidente por duas vezes consecutivas, passando a presidente de honra em 1995. No ano seguinte, com a intervenção no sindicato devido às greves, Lula foi afastado da presidência, teve seu mandato sindical cassado, passando 41 dias preso.

Em 1983, participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, três anos depois, foi o candidato à Câmara dos Deputados mais votado do país. Candidato à Presidência da República em 1989, foi derrotado por Fernando Collor de Mello. Candidato novamente em 1994 e em 1998, foi derrotado em ambas por Fernando Henrique Cardoso. Em 2002, Lula elege-se presidente no segundo turno das eleições, que concorre contra José Serra, ex-ministro da Saúde e candidato do governo.

“Em pesquisa divulgada pela revista Forbes, é considerado a 33ª pessoa mais poderosa do mundo; é classificado como o “homem do ano” pelos jornais Le Monde e El País.” (CULT, 2010)

Vale ressaltar que na década de 80, Lula participa da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e, depois de 29 anos sem eleições diretas no Brasil, concorreu pela primeira vez à Presidência da República. Embora derrotado por três vezes nas eleições presidenciais, Lula foi um grande líder de oposição e um símbolo de convergência de forças trabalhistas que chegou ao poder em janeiro de 2003 com o objetivo de erradicar a pobreza no país, criar 10 milhões de empregos e assumir um eixo social-desenvolvimentista.

“Num país em que o corte de classe sempre definiu os governos, isto é, em que as políticas voltadas para os direitos sociais, políticos e culturais de todos os cidadãos nunca foram desenvolvidas, ou, quando o foram, nunca foram prioritárias, e em que as carências da maioria da sociedade sempre foram ignoradas e nome de privilégios da minoria, as ações deste governo instituem práticas de inclusão sem precedentes na história do Brasil; e, em grande parte, são responsáveis pela avaliação positiva do governo.” (CULT, nº 133, trecho de entrevista da filósofa, Marilena Chauí).

8.2 O fascínio que faz de Luiz Inácio da Silva um dos políticos mais carismáticos do Brasil

Considerado por inúmeros veículos de comunicação e representantes de todos os setores e estudiosos um dos grandes líderes brasileiros, formador de um posicionamento vitorioso do realinhamento político, social e econômico do país, o ex-presidente Luiz Lula Inácio da Silva também foi considerado por *Cidade Nova* em alguns artigos publicados em seu primeiro mandato como um construtor do pacto social brasileiro, o político do diálogo com as camadas mais populares do país.

O político da esperança e que marcou uma nova etapa histórica política brasileira o que é inegável, “Com a posse do novo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva começa no país uma nova fase de desafios e esperanças...” (CIDADE NOVA, 2003).

“Os artigos sobre o governo Lula davam a impressão de um partidarismo ou defesa do político. Ninguém consegue ser totalmente isento. Nós tivemos uma mudança na linha editorial porque queríamos e queremos tratar cada vez mais de temas do dia a dia do cidadão brasileiro e não só as questões espirituais. Com a escolha do editor José Antonio Faro tivemos uma abertura mais engajada para as questões sociais e políticas. E também o próprio governo Lula proporcionava isso uma vez que o governo FHC o engajamento foi especificamente econômico com as privatizações” (SCHNEIDER, 2010).

“Penso que o Partido dos Trabalhadores e o próprio Lula representaram os movimentos sociais como a reação do popular ao institucional e cumpriram um ciclo –juntamente, não se pode absolutamente esquecer com a contribuição de outros setores da sociedade, representados pelo PSDB e seus grandes nomes como: Fernando Henrique Cardoso e José Serra. Os princípios mais importantes desses dois setores de forças sociais consolidaram-se no que hoje é a democracia brasileira.” (BENITES, 2010).

Segundo o cientista político da Universidade de São Paulo (USP) André Singer que fomentou o seu conceito de Lulismo em seu artigo “Raízes sociais e ideológicas do Lulismo”, “A emergência do lulismo corresponde a um realinhamento eleitoral, que teria ocorrido entre 2002 e 2006. Por meio dele, teria havido um afastamento da candidatura de Lula de setores de classe média, que foram substituídos pela adesão de segmentos de baixíssima renda. Se esse arranjo tiver a estabilidade que suponho, estamos diante de um cenário que obriga os atores políticos tradicionais, de direita, centro e esquerda, a um reposicionamento. O principal ganho dos oito anos de governo Lula foi, a meu ver, o

descolamento do subproletariado do discurso conservador do medo. O principal problema que resta, para a esquerda, é o de como dialogar com esse setor no sentido de mostrar os limites da ordem” (NOVOS ESTUDOS, novembro de 2009).

9. CASE CIDADE NOVA – JOÃO PAULO CUNHA

9.1 Primeiro artigo da Revista Cidade Nova com um político atuante na capa

Em outubro de 2003, *Cidade Nova* publicou a sua primeira matéria de capa com um representante do governo que estava no poder, “O diálogo como estilo político”, subtítulo: *Cidade Nova* conversa com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, sobre os desafios do governo Lula e sobre a fraternidade como categoria política.

A matéria é assinada pelo editor, José Antonio Faro e tem como justificativa o fato do então presidente da Câmara petista ser um dos membros do Movimento Político pela Unidade (MPPU) o que causou inúmeras críticas a publicação.

Primeiro por apresentar um parágrafo inicial parecido com um elogio. “No dia 2 de fevereiro de 2003, o Brasil conhecia um dos representantes mais importantes da nova geração de políticos. Toda a mídia anunciava o nome de João Paulo Cunha como o novo presidente da Câmara dos deputados. O resultado da votação demonstrava a imagem positiva que ele já tinha no seu terceiro mandato como deputado federal. Foi eleito presidente da Casa.

E depois porque era a primeira vez que Cidade Nova colocava na capa um político atuante do governo.

“João Paulo Cunha foi o primeiro político na capa da revista e logo depois estava entre os envolvidos do caso mensalão¹³. O artigo sofreu inúmeras críticas, afinal para os leitores a

¹³ O mensalão, como ficou conhecido o esquema de propina a parlamentares da base governista, estourou em 2005 e foi o principal escândalo da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao todo, 39 pessoas – entre deputados, ex-ministros, executivos e empresários – aguardam julgamento pelo STF (Supremo Tribunal Federal). A denúncia abalou o primeiro mandato do governo Lula, e fez com que José Dirceu, então ministro da Casa Civil, deixasse o cargo.

O petista, então homem forte de Lula, foi apontado como o chefe do esquema de mesada. A crise começou após o então deputado federal Roberto Jefferson, presidente do PTB, revelar ao jornal Folha de S. Paulo a

revista deve ser aberta a todos os partidos e também está e a proposta do Movimento Político pela Unidade (MPPU)” (SCHNEIDER, 2010).

“Ao citar a primeira frase do artigo: ‘... Um dos representantes mais importantes da nova geração de políticos’, o editor fez um elogio declarado ao representante do governo. João Paulo Cunha tinha uma certa proximidade com o MPPU, mas a experiência do Movimento Político pela Unidade é apartidária, justamente a beleza dela está no fato de reunir políticos de vários partidos. O MPPU busca uma fraternidade que deve entrar na política. Essa matéria foi um marco na história da abordagem política da revista *Cidade Nova*.” (POMPERMAYER, 2010).

“Todas as matérias que tiverem alguma conotação de algum reconhecimento ou crítica ao trabalho de algum político, será sempre polêmico.” (PREVIDI, 2010).

9.2 Repercussão do Case João Paulo Cunha

Nesta pesquisa, procurou-se entender qual foi a perda quantitativa da Revista *Cidade Nova* com a publicação da entrevista com o presidente da Câmara dos Deputados, mas a base de dados dos assinantes foi reformulada e todos os dados do período se perderam.

Desse modo, há como se identificar quantos assinantes em todo o Brasil cancelaram as suas assinaturas, afinal a base de dados da revista foi reformulada e não foram arquivados os dados antigos da publicação. Segundo os entrevistados, a quantidade aproxima-se dos 15%.

Como *Cidade Nova* tem uma pequena quantidade de publicidade comercial, não foi possível também identificar o número de anunciantes que desistiram dos seus contratos motivados pela indignação a publicação da entrevista mencionada.

9.3 Opiniões de nossos entrevistados

“Com a adesão tão clara da revista ao expor o político João Paulo Cunha na capa, um político da base governista, com a qual nem todos os assinantes da revista *Cidade Nova* se identificavam. CN perdeu milhares de assinantes, milhares.” (POMPERMAYER, 2010).

“Para além da pessoa dele e dos erros cometidos dentro do Partido dos Trabalhadores, aquela entrevista ficou para *Cidade Nova*, talvez injustamente – precisaríamos refletir

existência de um esquema envolvendo o PT, o PL (que hoje se fundiu com o Prona e virou PR), e outros partidos. A mesada garantia que o governo tivesse maioria para aprovar projetos de seu interesse na Câmara.

mais – como o exemplo de “como não fazer”, pois teve uma reação muito negativa por parte de muitos leitores, promotores de assinaturas e formadores de opinião dentro do Movimento dos Foculares.” (BENITES, 2010).

“Na minha opinião, o erro técnico foi colocar a entrevista com João Paulo como capa. Mais ou menos na mesma época foi publicada uma entrevista com o deputado Antonio Pannunzio, do PSDB com o mesmo enfoque positivo e que teve uma repercussão muito boa”. (BENITES, 2010).

“Quem se rebelou contra a entrevista é quem era contra o Partido dos Trabalhadores, se fizéssemos o mesmo artigo com o presidente anterior PSDB, o pessoal do PT se rebelaria também.” (PREVIDI, 2010).

“Também depois desse artigo e de outros que se seguiram a gente começou a sentir pela reação dos leitores que haviam falhas nas abordagens”. (SCHNEIDER, 2010).

9.4 Posição do editor

“A entrevista com o deputado João Paulo Cunha foi feita mediante o consenso do Conselho Editorial da época e tinha como objetivo evidenciar o esforço do diálogo que estava se realizando na Câmara dos Deputados para o enfrentamento de questões ligadas ao bem comum. A sugestão da entrevista com o presidente da Câmara surgiu de um grupo de políticos pertencentes ao Movimento Político pela Unidade, alguns dos quais eram de partidos da oposição. O valor jornalístico dessa entrevista está no fato de que o presidente da Câmara dos Deputados – para além do partido ao qual pertence – exerce uma função pública, e portanto, tem o dever de prestar contas de seu trabalho.” (FARO, 2010).

Vale lembrar que a intenção deste trabalho é simplesmente identificar a mudança da linha editorial da revista, que anteriormente ao período de análise não tinha qualquer engajamento político ou social em suas pautas.

9.5 O MPPU e João Paulo Cunha

João Paulo Cunha participava dos encontros do Movimento Política pela Unidade (MPPU), apesar da experiência do movimento em questão ser apartidária e procurar sempre dialogar com todos os políticos com os vários níveis com cargos eletivos. O objetivo como mencionado anteriormente é colocar em evidência o engajamento político pela unidade como um bem à sociedade, um serviço à sociedade. Ele conhecia o MPPU, mas pelo que observamos não dá para considerá-lo um membro assíduo.

“*Cidade Nova* se abriu ao diálogo político de forma tendenciosa. A matéria do João Paulo Cunha marcou uma etapa porque a reação negativa foi muito grande. Foi até uma ingenuidade nossa arriscar a esse ponto.” (POMPERMAYER, 2010).

“O objetivo de *Cidade Nova* é da conscientização política, mas não partidária. Ela deve ser uma revista aberta a todos os partidos.” (SCHNEIDER, 2010).

9.6 O esquema de propina do mensalão e João Paulo Cunha

Depois de algum tempo da entrevista com o então presidente da Câmara dos Deputados, estourou o escândalo do Mensalão. João Paulo Cunha reconheceu o seu envolvimento depois de algum tempo junto ao MPPU.

“Se você for ver o envolvimento de João Paulo Cunha com o esquema de propina do mensalão e comparar aos outros envolvidos, é até pequena a sua adesão. (POMPERMAYER, 2010).

João Paulo Cunha ainda é réu no processo de propina de mensalão que tramita no Supremo Tribunal Federal (STJ). Recentemente, foi eleito presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

9.7 A cobertura do esquema de mensalão do governo petista por Cidade Nova

É de conhecimento nacional que a crise de corrupção e da ética do governa Lula se fomentou no escândalo do mensalão. A mídia fez uma cobertura exaustiva e detalhada de um dos grandes momentos de corrupção no Brasil.

Alguns estudiosos defendem a tese de que a corrupção representa uma das manifestações de como vai se desenvolvendo a luta de classes. Porém, a corrupção é inerente ao capitalismo.

Desde Marx e Engels que o capitalismo não se caracteriza pela “elevação moral e pelos bons costumes”, que a corrupção e o aliciamento são inerentes ao capitalismo e mais, sabemos desde Lênin que, ao entrar em sua etapa imperialista, o sistema capitalista aprofunda ao extremo a degradação “moral” que o caracteriza. São maneiras de praticar a “saudável” “livre concorrência” no “mercado”, práticas econômico-políticas inerentes ao sistema capitalista. Práticas que, com o surgimento do imperialismo, assumem formas muito mais radicais...

A revista *Cidade Nova* não publicou nenhuma nota, entrevista ou artigo sobre o mensalão conhecido como o principal escândalo da gestão petista. “Tenho que reconhecer que hoje eu falaria para a revista tratar desse assunto. Nós no Conselho de Redação discutimos isso, mas faltou coragem para publicar algo fazer um trabalho mais aprofundado.

Nós devíamos ter dado no nosso recado sobre o mensalão que teve uma repercussão nacional negativa sobre o Partido dos Trabalhadores.” (PREVIDI, 2010).

9.8 Posições da Revista Cidade Nova Pós-Case João Paulo Cunha

Como a entrevista com o presidente da Câmara dos deputados teve uma repercussão negativa e muitas críticas entre leitores, formadores de opinião, membros do Movimento Político pela Unidade (MPPU), membros do Movimento dos Focolares, internos e aderentes da Obra, a revista Cidade Nova começou a evitar, sobretudo em sua capa, evidenciar como matéria principal um político atuante para desvincular qualquer ligação partidária.

Nesta pesquisa procuramos saber a opinião do editor sobre a reação negativa à entrevista, entretanto ele só expressou a sua opinião na posição que destacamos acima.

“Na época do primeiro mandato do governo Lula e especificamente nesse caso da entrevista com João Paulo Cunha nós abordamos assuntos ou tivemos focos que não eram de total interesse dos nossos leitores, depois resolvemos acabar com isso.” (PREVIDI, 2010).

“Depois do episódio de João Paulo Cunha, Cidade Nova procurou na medida do possível procurar opiniões de analistas políticos, especialistas e não mais de deputados do partido de ocasião, vereadores ou senadores.” (SCHNEIDER, 2010).

“Depois do Case João Paulo Cunha, nós procuramos manter a neutralidade ao falar de questões políticas. Colocar um candidato do governo e outro da oposição. Essa entrevista e outros artigos de cunho político-social publicados no primeiro mandato do governo Lula comprometeu a imagem da revista e até hoje nós estamos pagando a conta, afinal deixou seqüelas. A revista ficou estigmatizada. Agora procuramos apresentar mais opiniões, afinal colocar um candidato do governo e ter só uma opinião não é fazer jornalismo. Como temos leitores de várias tendências políticas temos que respeitá-los. Não podemos expressar claramente a nossa adesão a um lado ou a outro.” (POMPERMAYER, 2010).

“*Cidade Nova* tem um diferencial que é a fraternidade. Nós temos em nosso slogan na capa que é a “fraternidade em revista”. Tem um jogo de palavras revisitando a fraternidade que é o foco das matérias. Agora como CN é o veículo de comunicação do Movimento dos Focolares que tem na fraternidade um foco fundamental. A gente não pode evidenciar uma tendência política esquerdista ou direitista.” (POMPERMAYER, 2010).

“Depois desse Case decidimos não tomar partidos, não para ficar em cima do muro, mas para valorizar todos os partidos. Não fazer uma critica direta para não ofender aquele partido, mas certamente colocar em evidencia os valores que esses partidos tem principalmente no que tange para a fraternidade” (SCHNEIDER, 2010).

“*Cidade Nova* tem algo de realmente novo a dizer – essa “cultura da fraternidade”, que nós mesmos, da Revista, devemos entender cada vez mais profundamente – e que não

vamos encontrar, entre as visões de mundo hoje em voga, categorias para expressar. Temos um ponto de vista único, um diferencial que devemos nos especializar. E essa mensagem só pode ser dada por *Cidade Nova*. Se nós não o fizermos, ninguém mais o fará.” (BENITES, 2010).

10. APRESENTAÇÃO DO OLHAR DOS COLABORADORES DA REVISTA CN SOBRE SUA PROPOSTA

10.1 O diferencial em trabalhar na Revista Cidade Nova

Ekkehard Schneider – ex-diretor presidente

Cidade Nova me enriqueceu bastante, alargando meus horizontes e favorecendo meu esforço, juntamente com os demais colegas, de dar um testemunho de respeito e colaboração, de amor recíproco que confirma e dá credibilidade à proposta de vida que a revista procura divulgar. Afinal, não se pode dar o que não tem. Se falarmos de solidariedade, sinceridade, empenho pela vida, amor e unidade devemos tentar viver esses valores primeiramente entre nós. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade)

José Antônio Faro – diretor de redação e editor geral

O trabalho em *Cidade Nova* ajuda-me constantemente a superar a tentação de ver o homem e a humanidade por meio de suas aparências para vê-los com os olhos de Deus, ou seja, segundo o projeto de amor que ele tem para nós e que nos conduz para a fraternidade. E isso me leva a superar uma outra tentação: a de “ler” os fatos segundo a minha perspectiva pessoal – sempre limitada – para analisá-la a partir da perspectiva da unidade, fruto de um profundo empenho de diálogo e de abertura incondicional aos outros. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade)

Cláudio Sampaio Barbosa – ex-secretário de Redação e membro do Conselho de Redação.

Dentre os muitos aspectos que me encantam em *Cidade Nova*, vou evidenciar um: o contato com os assinantes. Eles são bem mais que simples termômetros para nós. De fato, durante o tempo em que trabalho na revista, tive a oportunidade de encontrar vários deles que vieram até a nossa sede para nos conhecer pessoalmente. Esses momentos são sempre uma festa, tanto para eles quanto para nós. A impressão é de que somos todos uma grande família. Nesse sentido, cartas e revista deixam de ser, respectivamente, apenas correspondências e trabalho e passam a ser ponte entre nós e os leitores. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Alexandre Araújo – ex-membro do Conselho de Redação (revisor e tradutor)

Trabalhar em *Cidade Nova* é um grande desafio. Significa fazer um exercício contínuo de fraternidade quando elaboramos cada edição. Essa tarefa não se improvisa e se torna possível à medida que conseguimos colher nos fatos a semente de uma nova sociedade que silenciosamente é construída a partir do diálogo respeitoso e da comunhão, entre os seus cidadãos, de riquezas, necessidades, talentos e limites. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Lumbudi Tshibamba Bertin – membro do Conselho de Redação (diagramador) e diretor de arte da editora

Trabalho com a diagramação da revista. Muitas vezes, nas últimas horas do fechamento da edição, me é sugerida alguma mudança na diagramação dos artigos. Todas as vezes em que ocorre isso é uma ocasião para saber perder a própria idéia, para assistir o desmoronar do próprio “castelo”. Mas, quando essa experiência é vivida bem, sempre vejo o meu “castelo” reconstruir-se, e, desta vez, enriquecido com a contribuição de cada um. Eu vejo nisso o maior diferencial de Cidade Nova: tudo é construído mediante esse processo de unidade. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Germano van der Meer – membro do Conselho de Redação (especialista em Espiritualidade)

O mundo está se tornando uma grande “cidade”, especialmente através do conhecimento vertiginoso dos meios de comunicação. Nesta caminhada irreversível encontramos uma exigência de importância fundamental: que esta cidade em construção seja de fato uma cidade “nova”, sendo uma fonte de vida nova que gera relacionamentos novos que vão além das barreiras de raça, cultura e religião e qualquer esquema mental diferente do nosso. Neste contexto situo meu trabalho no Conselho de Redação da revista *Cidade Nova*. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Maria do Carmo Gaspar – ex-membro do Conselho de Redação (redatora e especialista em Família e Educação)

A experiência fundamental que me disponho a fazer como integrante do Conselho de Redação de *Cidade Nova*, assim como em cada artigo que preparo, é aquela de ser instrumento útil para edificar a presença de Jesus, fruto do amor entre nós. Somente assim podemos ter a certeza de que nossas palavras serão portadoras da luz do Carisma da Unidade

– característico do Movimento dos Focolares – e conterão “aquele modo novo de pensar” capaz de realizar a civilização do amor. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Mariele Francischinelli Prévidi – membro do Conselho de Redação (jornalista)

Indo na contramão de uma imprensa denunciata e difamatória, que ignora o seu papel social, *Cidade Nova* preocupa-se em fornecer ao leitor uma visão do mundo diferenciada. Seu grande desafio é enxergar os “sinais dos tempos” que apontam para o mundo unido num momento tão complexo e confuso. Experimentamos que não estamos sozinhos, existe um “Editor dos editores” que orienta o nosso trabalho. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Sandra Ferreira – ex-membro do Conselho de Redação (redatora, teóloga especialista em Ecumenismo)

Antes de colocar no papel as idéias de um artigo ou responder a alguma pergunta, cada palavra é pensada tendo em vista a convicção religiosa do leitor. O objetivo é que todos se sintam respeitados, compreendidos e estimulados a aprender reciprocamente os valores e experiências uns dos outros. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Adriana Rocha – ex-membro do Conselho de Redação (redatora e artista plástica) atual colaboradora de matérias sobre cultura e arte

Escrever sobre a construção de um mundo unido, sobre o que o constrói ou sustenta é, para mim, um privilégio e um desafio. Poder pinçar, através de um olhar voltado para a estética, as diversas expressões que esse mundo novo adquire na arte tem sido a principal abordagem com a qual tenho procurado me dirigir aos leitores. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Munir Cury – membro do Conselho de Redação (redator e consultor jurídico)

Colaborar com a construção da revista *Cidade Nova* representa para mim um compromisso sempre renovado com Deus e com a difusão da sua Palavra entre os homens. Elaborando pesquisas ou escrevendo artigos, constato que um grande discernimento me acompanha, orienta e dirige, solidificando conhecimentos que muitas vezes em parte já

possuía, mas que passam a ser mais esclarecidos e iluminados. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Costanzo Donegana – ex-membro do Conselho de Redação (jornalista especialista em questões sociais e vida da Igreja)

Participar da redação de *Cidade Nova* é, para mim, fazer a experiência de ser mais do que um profissional da comunicação, mas de ser em primeiro lugar um homem que vive toda a sua humanidade mergulhado na vida dos outros homens, meus irmãos, que sinto vivos e os apresento nas matérias que escrevo. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Ricardo Zugno – engenheiro eletrônico e colaborador

A ótica de *Cidade Nova* sobre a realidade exige constantemente de nós um renovado olhar sobre os fatos, um olhar que vai além das aparências sensacionalistas, um olhar que sabe perscrutar o bem que sustenta a vida e concorre à unidade tanto no cotidiano do povo quanto nos grandes acontecimentos que marcam a história. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Diviol Rufino – psicólogo e colaborador

Antes de tudo, o que me move a colaborar com *Cidade Nova* é um dever de profunda gratidão. Foi através da revista que fiquei fascinado pelo Ideal que deu sentido à minha vida: edificar uma sociedade nova, trabalhar por um mundo unido. Acredito que o objetivo da revista transcenda o campo da informação jornalística; afinal, mais do que um veículo de comunicação, Cidade Nova quer ser um instrumento dessa nova cultura do mundo unido. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

Jaime Luccas – jornalista e colaborador

Ser um colaborador e escrever para *Cidade Nova* é uma grande responsabilidade que se traduz no esforço de colocar sempre em primeiro lugar o compromisso com a verdade e com os valores humanos e cristãos. Só assim, cada artigo pode refletir o compromisso da revista de ser um canal de contribuição para a construção de um mundo novo, de um mundo unido, de um mundo de paz. (CIDADE NOVA, Especial Construindo Pontes de Solidariedade).

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como verificado em toda a pesquisa baseada nas publicações apresentadas durante o período de análise do ano de 2003 ao ano de 2006 em questões como: política e questões sociais, a Revista *Cidade Nova* é uma revista diferenciada em comparação às outras publicações do gênero ditas publicações de informação.

Primeiramente porque o periódico é uma revista de formação dos membros internos do Movimento dos Focolares, sendo também uma revista de informação por abordar temas atuais do cotidiano brasileiro como: política, economia, direitos humanos, comportamentos familiares, tendências da juventude, cultura, mídia, diálogo, espiritualidade, histórias de vida, etc.

Procurou-se analisar detalhadamente: trechos, citações, dados divulgados, matérias publicadas, editoriais e artigos de opinião dos articulistas que trabalharam no período. Muitos dos articulistas ainda trabalham no periódico.

O interessante ao estudar o periódico é que mesmo com toda a proposta de fraternidade e unidade imbuídas em seus artigos, nem sempre há isenção de seus valores partidários ou sociais. Ao publicar artigos de temas sociais e políticos, a revista se abriu para as tendências do dia a dia dos seus leitores e assumiu o seu papel informativo mais atuante. Isso se deu principalmente durante o primeiro mandato do governo “Luiz Inácio Lula da Silva” com um aumento de quase 40% na cobertura sociopolítica brasileira.

11.1 Equipe Cidade Nova

Em sua entrevista o então diretor- presidente da época, Ekkehard Schneider disse que a revista mudou a sua linha editorial durante o governo Lula e isso deve ser mais frequente ainda, afinal desde os anos 70, o Movimento dos Focolares percebeu a preocupação entre os brasileiros com as questões de cunho social. Fato que leva a revista a tratar cada vez mais temas sociais e políticos em suas matérias.

Nos anos 70, a preocupação dos Focolares e também da publicação analisada era tratar mais de temas religiosos com ideologia evangélica. “Com a entrada do governo Lula e também com o Movimento Político pela Unidade mais atuante no Brasil a nossa intenção era tratar cada vez mais de temas cotidianos dos cidadãos brasileiros. Tivemos uma abertura política e social mais engajada, afinal *Cidade Nova* começou a retratar as questões sociais e políticas candentes do cenário sócio-político do país.” (SCHNEIDER, 2010).

É claro que observou-se que no período de análise o tema sóciopolítico foi mais explorado pela publicação com as realizações favoráveis do governo petista, como: “Bolsa Família”, “Pro-Uni”, “Fome Zero” etc.

Isso demonstra que a revista *Cidade Nova* retratou do seu modo peculiar um momento político novo com a ascensão de um presidente que nasceu das bases populares. Por isso, também foi escolhido como título da pesquisa “O retrato do governo Lula descrito pela Revista Cidade Nova”.

Como se sabe, cada publicação tem o seu olhar sobre as questões políticas, sociais, culturais e econômicas do Brasil.

Luiz Inácio Lula da Silva foi tema principal de matérias e artigos de opinião de diversas publicações nacionais durante os oito anos de mandato como as revistas: “Veja”, “Isto É”, “Época”, “Carta-Capital”, “*Cidade Nova*”, entre outras, por isso é salutar que *Cidade Nova* tenha dado o seu recado. Entretanto por essa não ser uma característica da publicação, percebeu-se nesta pesquisa que a posição editorial aparentemente se deu por motivação partidária. Mas a cobertura sociopolítica de uma publicação produz um senso crítico e opinativo em seus leitores espalhados em todo o território brasileiro.

11.2 Conflitos em Cidade Nova

A jornalista da publicação, Fernanda Pompermayer disse: “Cidade Nova é um veículo do Movimento dos Foculares norteado pela fraternidade que é seu foco fundamental e esse espírito deve ser vivido pela equipe para transmitir isso aos leitores em seus artigos e matérias.”

Questionado sobre os conflitos em se trabalhar numa publicação que propaga a “Fraternidade”, ele afirmou: “Digamos que eu não tenho um conflito de princípios para trabalhar em *Cidade Nova*, mas isso não quer dizer que fazemos um jornalismo “chapa branca” no qual já concordamos a priori em tudo. Temos entre nós as saudáveis tensões que fazem de *Cidade Nova* uma revista vibrante, que se reconstrói a cada número e que não escapa à efemeridade do jornalismo. Uma publicação periódica, mesmo mensal, está sujeita a erros que mais a frente pode ter de retificar, mas não pode se furtar de dizer o que, em determinado momento, observados alguns princípios básicos, lhe parece ser o que deve ser dito. Essa opinião sobre a efemeridade do jornalismo é bem pessoal. Como diz o Alberto

Dines, no seu livro “O papel do jornal”: “O sucesso e o fracasso de uma edição terminam quando começamos a preparar a edição seguinte”.

11.3 A universalidade da revista

Falar sobre temas políticos ou sociais na publicação são oportunos, afinal um dos pontos que Chiara sublinhava é que *Cidade Nova* deve ser “universal”, não deve se fechar e assumir determinada linha política entre as quais se batem na sociedade. Chiara até criou uma sigla que sintetiza essa linha, a sigla UNI: “Universal, Nossa e Ideal”, que liga *Cidade Nova* aos princípios do Movimento dos Focolares.”

“Então, diante dessas críticas relacionadas ao primeiro mandato do governo Lula, começou um trabalho dentro de *Cidade Nova* de deixar, não só de ter uma imagem “petista”, mas, de fato, de acolher mais, e melhor, as contribuições de outros setores da sociedade, procurando fazer, nos artigos da Revista uma síntese o mais adequada possível dos fatos da sociedade segundo a visão da “fraternidade”, fraternidade, aqui, não apenas como um princípio cristão, mas como um princípio da tríade da Revolução Francesa que orientou cultural e politicamente a modernidade: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. (BENITES, 2010).

“Geralmente os textos jornalísticos para jornais, não necessitam da opinião de seus redatores para os artigos. Já o texto para a revista pode conter mais informações e detalhes, podendo ser escrito com uma certa “intimidade”. (SCALZO, 2006).

11.4 A cobertura da revista *Cidade Nova*

Não se pode afirmar que os artigos publicados na *Cidade Nova* são sensacionalistas e os temas não são tratados com seriedade e ética. Observa-se que há um cuidado sim com todo o tipo de cobertura a ser veiculado. Principalmente os últimos anos exigiram um empenho maior dos profissionais que trabalham no periódico para não correr o risco de ser tendenciosa ou partidária, constatação esta extraída deste estudo.

Atualmente alguns ícones utilizados nos anos 2003 a 2006 não são mais utilizados como capas que destaquem políticos atuantes; a cobertura de qualquer questão política que possa demonstrar questões partidárias: do partido “X” ou partido “Y”. Também todos os partidos políticos devem ter o mesmo tratamento e mesmo espaço quantitativo no periódico como o ocorreu com a matéria “Projetos para o Brasil - Eleições” publicada na edição de agosto de 2010 em que todos os candidatos tiveram o mesmo tratamento com fotos

proporcionais e números de páginas iguais para destacar os seus projetos de governo e as suas realizações políticas para a candidatura do governo presidencial.

Independentemente do partido ou figura política que está no governo vigente do Brasil, esta pesquisa elucidou que *Cidade Nova* pode dar o seu recado e fazer o seu retrato para as questões nacionais, principalmente as políticas. Isto sendo feito de modo equilibrado e neutro e de forma que propague a fraternidade e universalidade da revista, desde o editorial até última seção. Seguindo os preceitos do jornalismo da coesão, clareza, objetividade e principalmente imparcialidade.

12. REFERÊNCIAS

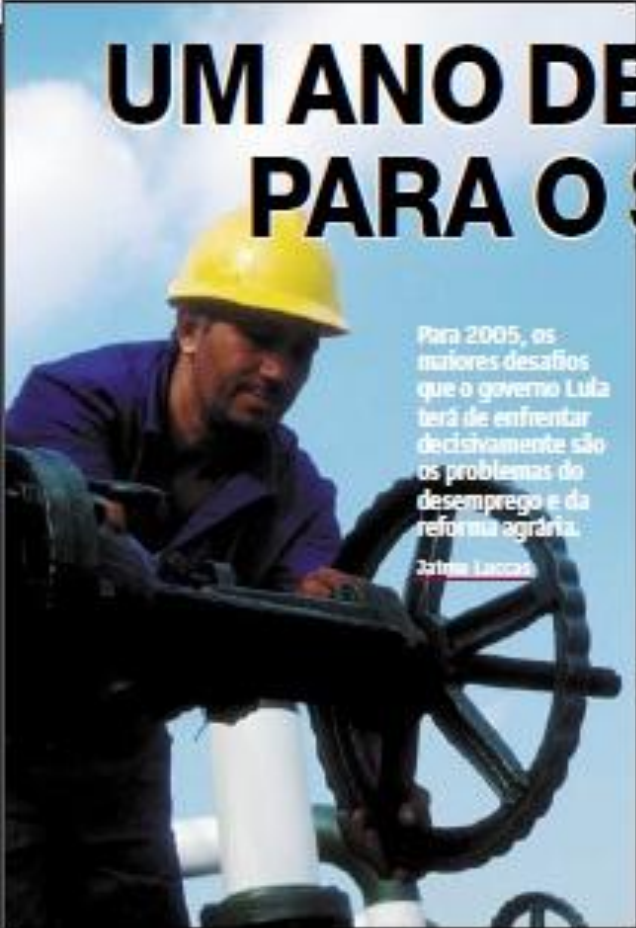
- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CARVALHO, S. D. *Fazer o bem sem olhar a quem: um estudo sobre a fraternidade nos editoriais da Revista Cidade Nova*. 2003. Universidade Federal do Pará, Belém, 2003.
- CIDADE NOVA, Revista, novembro de 2002, "Construindo pontes de solidariedade nos artigos"
- CITELLI, A. *Linguagem e Persuasão*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1994.
- CULT Revista, 2010, nº148 "Dossiê A Era Lula"
- DANTAS, M. J. *Impressos e Educação: a trajetória da Revista Cidade Nova e sua preocupação com a formação humana*. 2003. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2003.
- DIMBLEBY, R.; BURTON, G. *Mais do que palavras, uma introdução à teoria da comunicação*. São Paulo: Summus Editorial, 1990.
- DUVERGER, M. *Método de las ciencias sociales*. Barcelona: Ariel, 1962.
- DURVILLE, H. *Magnetismo Pessoal*. São Paulo: Pensamento, 2006.
- EDITORA CIDADE NOVA. Periódicos mensais. 1999-2006; 2010-2011.
- FERREIRA, M. N. *A Comunicação desintegradora na América Latina*. São Paulo: EDICON, 1996.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.
- GOULART, A. *Produção & Edição: uma lupa sobre o jornalismo de revista*. 2006.
- Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=388DAC001>>.
- Acesso em: 7 abr. 2011.
- GUIMARÃES, B. V. Movimento Social "Focolarino" nas matérias de capa da revista Cidade Nova. Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, 2005.
- KUCINSKI, B. Mídia de exclusão. In: KUCINSKI, B. *A síndrome da antena parabólica*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- KUCINSKI, B.; LIMA, V. A. *Diálogos da Perplexidade: reflexões críticas sobre a mídia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.
- LIMA, S. L. L. *História & Comunicação*. São Paulo: Ebart Editorial, 1989.
- LOPES, M. I. V. *Pesquisa em Comunicação*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- LUSTOSA, E. *O texto da notícia*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- LUBICH, Chiara. *A Arte de Amar*. Vargem Grande Paulista, SP: Editora Cidade Nova, 2006
- MARTÍN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, M. W. (Org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

- MARTINS, A. L. *Revistas em Revistas: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP: Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MATOS, C. *Jornalismo e Política Democrática no Brasil*, São Paulo: Publifolha, 2008.
- MELO, J. M. *A opinião do Jornalismo Brasileiro*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MOVIMENTO DOS FOCOLARES. s/d. Disponível em: <<http://www.focolares.org.br>>. Acesso em: 7 abr. 2011.
- ROSSI, C. *O que é Jornalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos)
- SCALZO, M. *Jornalismo de Revista*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- VANDELLENE, M. *Ideal e luz: pensamento, espiritualidade e mundo unido*. São Paulo: Brasiliense; Vargem Grande Paulista, SP: Cidade Nova, 2003.
- VERONESI, S. *E a vida renasce entre bombas*. São Paulo: Cidade Nova, 1988.

Anexo A

NOSSO PAÍS desafios do governo

UM ANO DECISIVO PARA O SOCIAL



Para 2005, os maiores desafios que o governo Lula terá de enfrentar decisivamente são os problemas do desemprego e da reforma agrária.

Juliana Luccas



pela Confederação Nacional da Indústria apontou que 51% dos entrevistados consideram a promoção do crescimento e do emprego a tarefa mais importante do governo para 2005.

E enfrentar o desemprego depende da condução macroeconômica do país. Afinal, só um novo ciclo de crescimento econômico, equilibrado e de longa duração, será capaz de deixar para trás as "décadas perdidas" de 80 e 90 e colocar o país no caminho do desenvolvimento. Desde que assumiu o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vem dando sinais claros de que a aposta do governo vai mesmo na direção da ortodoxia econômica. Ou seja, na manutenção da política macroeconômica, centrada na restrição monetária e fiscal e que hoje é garantida pelo ministro da Fazenda, Antônio Palocci. Com a total confiança de Lula, Palocci vem obtendo, até agora, resultados. Em 2003, conseguiu por um

Geração de empregos, distribuição da renda, reforma agrária e ações para conter a violência nos centros urbanos são os grandes desafios a serem enfrentados pelo Brasil em 2005. Desafios que exigem respostas eficazes por parte do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e dos governadores com o necessário apoio dos Legislativos e partidos políticos. Entre todos, o problema do desemprego é, sem dúvida, o mais importante. Pesquisa divulgada na segunda semana de dezembro

14

17 14 - JORNAL VEJUNHO 2003

fim à especulação financeira que vinha desde o ano anterior e conquistou a confiança dos mercados. Em 2004 cumpriu a meta de fazer a economia retomar o crescimento, com reflexos na diminuição do desemprego.

Pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do país cresceu 6,1% no terceiro trimestre de 2004 em relação ao mesmo período de 2003. É o melhor resultado desde o terceiro trimestre de 1996. No acumulado dos nove primeiros meses do ano, a taxa de crescimento do PIB foi de 5,3%, sobre o mesmo período de 2003, ano em que a economia brasileira cresceu apenas 0,5%.

Esses bons indicadores refletem principalmente a retomada da produção industrial verificada desde meados de 2004.

A estimativa é que 2004 feche com a abertura de 2 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, de acordo com estimativas do Ministério do Trabalho. Certamente, são números importantes, considerando

que a abertura de postos de trabalho com carteira assinada reflete melhoria também na qualidade dos empregos. No entanto, o número total de vagas abertas está muito distante da meta de 10 milhões de empregos prometidos por Lula na campanha presidencial de 2002. Além disso, essas vagas mal são suficientes para atender à parcela da população que todo ano chega ao mercado de trabalho cerca de 1,5 milhão de jovens.

PREOCUPAÇÕES PARA 2005

Os números positivos do PIB e a pequena retomada do emprego têm sido usados pela equipe de Antonio Palocci como uma resposta às críticas feitas por membros do PT e economistas que não compartilham da tese de que uma política monetária e fiscal restritiva convida a promover o crescimento a médio e longo prazo.

Um fator de preocupação para 2005

URGÊNCIA PARA A REFORMA AGRÁRIA

No início de dezembro, a Comissão Agrária Nacional — órgão do Ministério do Desenvolvimento Agrário — apontou que, de janeiro de 2003 a novembro de 2004, já no governo Lula, ocorreram 538 ocupações de propriedades rurais. Na mesma semana a Comissão Pastoral da Terra (CPT) revelou que no mesmo período 102 pessoas morreram envolvidas em conflitos no campo. Só em 2003, foram registrados nada menos que 1.550 conflitos envolvendo 1,19 milhão de pessoas. Esses números mostram que a questão fundiária no Brasil continua um problema muito grave.

Do final dos anos 50 para cá, a agricultura brasileira se modernizou preservando a grande propriedade e transformando parte dos latifúndios em improdutivos em empresas agropecuárias. Tanto que o agronegócio é o principal responsável pelo superávit da balança comercial e transformou

o Brasil num dos principais produtores mundiais de grãos. Por outro lado, a pressão pela reforma agrária avança alicerçada na crise das pequenas propriedades, no desemprego crescente na zona urbana e também nas atividades agrícolas que antes empregavam muita mão-de-obra, como algodão e cana-de-açúcar.

A concentração de terras no Brasil, onde apenas 1% das propriedades possuem 45% da área agrícola, gera tensões sociais, conflitos e mortes no campo. A desconcentração da propriedade da terra é considerada pelo especialista um elemento importante de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Enquanto grande propriedade concentra renda e riqueza, a agricultura familiar é importante geradora de emprego e produz a maior parte dos alimentos básicos dos brasileiros. A agricultura familiar representa 38% do valor



é que o bom desempenho de 2004 se deveu principalmente às exportações excepcionais que garantiram um superávit comercial acima dos US\$30 bilhões. O problema é que a desvalorização do dólar — que estava a menos de R\$2,75 no início de dezembro — tira competitividade dos produtos brasileiros no exterior, além de facilitar as importações. Com isso, a tendência é de redução no ritmo das exportações, que vêm sustentando o crescimento da economia e a geração de empregos.

O outro ponto crucial é a taxa básica de juros (Selic) que teve três aumentos consecutivos, de setembro a novembro. Com juro maior, cai o crédito interno, inibindo o consumo da população e estrangulando qualquer possibilidade de aumento dos investimentos produtivos. Não por acaso, o setor industrial é aquele que mais reclama das altas taxas de juros. A justificativa do Banco Central para manter juros exorbitantes é o controle

● Foto ao centro: IV Feira de Comercialização de Produtos das Agroindústrias Artesanais de Aracatama e Orlândia, em São Paulo.

NOSSO PAÍS desafios do governo

bravo da produção agropecuária do país. Por outro lado, 15 milhões de agricultores — cerca de 37% das famílias que estão no campo — vivem abaixo da linha da pobreza, enquanto outros 4,8 milhões de famílias são agricultores sem-terra.

Daí a necessidade inadiável de uma reforma agrária que vá além da distribuição de terras e que leve em conta a realidade atual da economia brasileira e mundial. Ou seja, é preciso criar as condições para que as famílias assentadas possam produzir e sobreviver com dignidade na zona rural. Nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, foram reassentadas 585 mil famílias, cinco vezes mais do que o total assentado nos governos de Sarney e Collor-Franco. No entanto, 65% dos assentamentos feitos no governo FHC estão localizados na Amazônia, onde antigos posseiros foram transformados em assentados; 90% não dispõem de abastecimento de água; 80% não têm acesso a estradas e à energia elétrica; 57% não tiveram acesso ao crédito para habitação e 53% estão excluídos de assistência técnica.

Por enquanto, os números do governo Lula em relação à reforma agrária são pífios. Em 2003, por exemplo, reassentou pouco mais de 20 mil famílias, enquanto a meta era de 60 mil. O novo Plano Nacional da Reforma Agrária, anunciado pelo presidente Lula no

primeiro semestre de 2004, prevê o assentamento de 400 mil famílias até 2006, além

do acesso à terra através do crédito fundiário para mais 130 mil famílias e a regularização fundiária para outras 500 mil.

Se o Executivo federal tem o desafio de aumentar os recursos para a reforma agrária, os deputados e senadores também têm o dever moral de aprovar em definitivo a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) que permite a desapropriação das terras onde foi comprovado trabalho escravo. Mais que facilitar a obtenção de terra para reforma agrária, a lei certamente colocará fim à odiosa prática do trabalho escravo. Só um número de meados de 2003 até a metade de 2004, as operações de fiscalização do Ministério do Trabalho conseguiram liberar 5.530 trabalhadores que viviam em regime de escravidão. E calcula-se que no Brasil existam cerca de 25 mil trabalhadores em regime de escravidão.

A AGRICULTURA FAMILIAR RESPONDE POR

- 84% dos estabelecimentos rurais;
- 77% da mão-de-obra do campo agropecuário;
- 84% da mandioca
- 87% do feijão
- 88% dos suínos
- 94% do leite
- 49% do milho
- 48% do trigo
- 40% da aveia e ovos
- 31% do arroz

da inflação. O problema é que se o país continuar crescendo, como querem Lula e Palocci, no médio prazo faltará capacidade de produção e aí, sim, teremos uma inflação de difícil controle, gerada pela falta de produtos.

Na visão dos críticos, o uso dos juros altos para conter a inflação e a meta de superávit primário nas contas públicas para garantir o pagamento de juros da dívida freiam o crescimento. Além, é claro, de privilegiar a camada mais rica da população, os setores financeiros e aqueles que vivem de renda. Ou, como diz o manifesto "E nada mudou", assinado por 330 economistas, "são uma verdadeira máquina de transferência de renda dos pobres para os ricos, na medida em que implicam a tributação indireta dos pobres e o aumento da tributação direta da classe média, para o pagamento dos juros da dívida pública aos ricos".

A má distribuição da renda é outra

questão que o governo ainda não enfrenta. Aliás, vale lembrar que, em termos de desigualdade na distribuição da renda gerada, o Brasil ocupa os últimos lugares no mundo, em companhia de países miseráveis como Botsuana e Sri-Lanka.

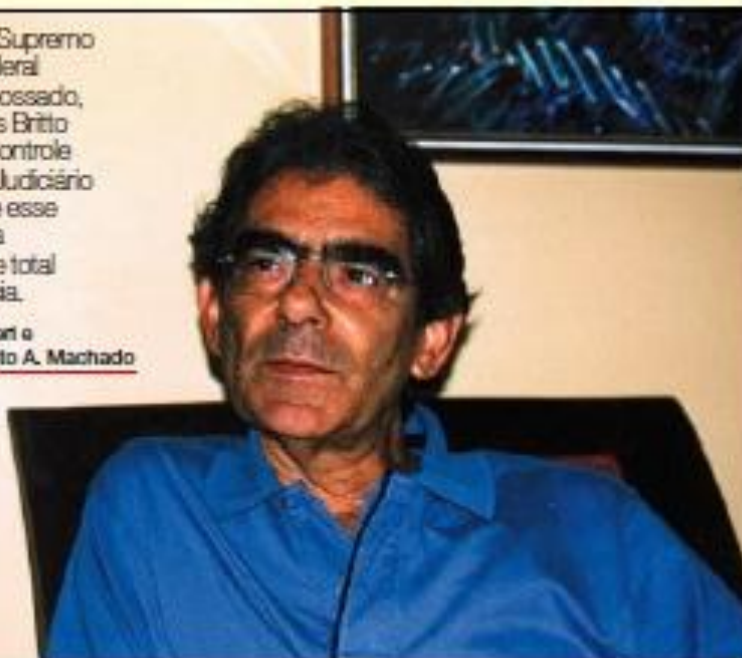
Nesse cenário, apenas fazer a economia crescer e abrir postos de trabalho — medidas importantíssimas, claro — não é suficiente. É preciso criar mecanismos de redistribuição de renda e riqueza. A desoneração de impostos de alguns produtos básicos é um primeiro passo e o ministro Palocci vem prometendo reduzir mais impostos a partir do ano que vem. Há também a ideia de se criar um sistema progressivo de tributação sobre a renda, diminuindo os impostos que incidem sobre os assalariados e a classe média, hoje mais penalizada, e aumentando os de quem tem maior renda. Mas, a medida é de difícil aprovação pelo Congresso Nacional, geralmente muito sensível aos apelos da elite econômica. ■

Anexo B

em revista

Ministro do Supremo Tribunal Federal recém-empossado, Carlos Ayres Brito defende o controle externo do Judiciário a fim de que esse Poder tenha visibilidade e total transparência.

Edison Barbieri e
Carlos Augusto A. Machado



A Justiça aberta ao público

18

A escolha de Carlos Augusto Ayres de Freitas Brito como ministro do Supremo Tribunal Federal, mediante indicação do presidente da República, mereceu elogios do então presidente do STF, ministro Mauro Aurélio Mello, que divulgou nota oficial. "Jurista possuidor de alto grau de acatamento, tem se mostrado apegado aos princípios basilares da República, ministrando lições aos seus alunos", afirmou. "Extra certo de que a união do magistrado à magistratura será pro-

fixa, atendendo, o nobre professor, ao ofício judicante, aos anseios legítimos do cidadão".

Carlos Ayres Britto, 60 anos, nascido em Propriá (SE), foi membro do Ministério Público especial junto ao Tribunal de Contas do Estado (1978/1990), Procurador-Geral de Justiça de Sergipe entre 1983 e 1984, Procurador-Geral do Estado e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). É autor de livros jurídicos (*Interposição e Apurabilidade das Normas Constitucionais*; *Perfil Constitucional* de

Lição e Teoria da Constituição – lançamento) e de poesia (*A Pêla do Ar* e *Varal de Borboletas* – últimos), e membro da Academia Serapiunã de Letras.

O professor Carlos Ayres Brito é defensor do controle externo do Judiciário, um dos temas mais polêmicos da reforma desse Poder: "Sou a favor do controle externo do Judiciário. Agora, penso que podemos conceber fórmulas mais heterodotas, mais anticonvencionais de controle, do Poder Judiciário. Eu sei bem para mim que uma fórmula

extraordinária de controle, maravilhosa, moderníssima, é a transmissão ao vivo das audiências da Corte", explicou.

Cidade Nova: Ministro, qual seria na sua opinião, o verdadeiro papel do Supremo Tribunal Federal no sistema judiciário brasileiro?

Ministro Carlos Ayres Britto: Para mim, o verdadeiro papel do Supremo é concretizar a Constituição Federal nos seus princípios maiores, os megaprincípios, baseados na democracia, enquanto conteúdo.

Em relação ao controle do Judiciário o senhor é a favor ou contra?

Filosoficamente, sou a favor.

O Ministério Público poderia ser um órgão controlador do Judiciário?

Hoje as audiências são transmitidas pela TV. Esse instrumento nos dá um grande potencial de controle externo. As pessoas que estão assistindo uma sessão do Judiciário vão perceber quem é preparado e quem não é; quem é tolerante, quem não é; quem é aberto, quem é conservador. Esse processo dá maior transparência ao Judiciário. O fato de se saber que a sessão é televisada leva o juiz a pensar no que está dizendo. Ele se prepara mais. Não apenas por se sentir observado, mas para desempenhar um papel didático, um papel cívico. Quem sabe se esse instrumento não seria um bom mecanismo de controle externo? Eu estou dizendo isso sem nunca ter ouvido alguém falar que a TV é um instrumento de controle externo do Judiciário. Esse é o meu parecer.

Essa é um mecanismo novo, sem dúvida; mas concretamente, como controlar eficazmente o Judiciário?

Talvez se conseguíssemos criar, ao lado das corregedorias – que são os órgãos de controle interno do Judiciário – ouvidorias, para que o povo, advogados e Ministério Público pudessem apresentar sugestões, seria um bom começo.

"O controle externo é para dar visibilidade ao Poder Judiciário, dar total transparência.

Como diz Bobbio, democracia é o poder público em público.

Quer dizer: perante o público. É preciso que o Judiciário se abra para a população."



A ouvidoria não eliminaria a corregedoria. Seria provido por pessoas sem vínculos com o Poder Judiciário. Vejo também a necessidade de participação obrigatória da comunidade, de advogados e de promotores de Justiça, na elaboração do orçamento do Judiciário, e até mesmo na execução do orçamento. Esse mecanismo seria um bom controle externo. O controle externo é para dar visibilidade ao Poder Judiciário, dar total transparência. Como diz Bobbio, democracia é o poder público em público. Quer dizer: perante o público. É preciso que o Judiciário se abra para a população.

Como constituir um conselho de notáveis para controlar o Judiciário?

Nós empacamos sempre nessa história, na questão de como constituir o conselho. Então, questiono: por que não pensarmos em mecanismos que não passem pelo conselho? Por exemplo: a Constituição deixa claro no seu artigo 5º que toda pessoa tem o direito de obter informações do poder público, sejam elas de seu interesse particular ou de interesse coletivo geral. Por que não aplicar isso ao Judiciário? Se vamos interpretar a Constituição, não sei por que excluimos o Judiciário. O Judiciário deve ser obrigado a prestar informação a qualquer pessoa, seja ela informação coletiva de interesse geral ou de interesse particular. O Estado democrático tem que ser um Estado informante por excelência, e que prima pela excelência da informação. O Judiciário tem que entrar nesse esquema de Estado informante, solicitar as demandas sociais. Na democracia, todos têm direito à informação e o Judiciário não pode estar imune ou à parte dessa utilidade do Estado democrático. Nós necessitamos de um Poder Judiciário mais próximo da coletividade. E podemos criar essa ponte entre o Judiciário e a coletividade, através de mecanismos mais abertos.

Em relação à reforma da Previdência, muitos juristas acham que é inconstitucional. O que tem a dizer sobre o tema?

Pesso que é preciso gerenciar o sistema previdenciário, tanto o público como o privado, em novas bases. Há muitos devedores. Parte do déficit da Previdência é causado pelo devedor, até criminoso. Talvez o caminho seja conseguirmos criar mecanismos que assegurem um melhor gerenciamento. Quero dizer o seguinte: que o rombo é proveniente do roubo. Então o governo deveria ir atrás do roubo e da sonegação. Há muitos devedores de valores da Previdência. Há muitas despesas que são imputadas ao sistema previdenciário que não têm nada a ver com a Previdência. Por exemplo: assistência social não é Previdência. O déficit da assistência-

entrevista

cia social deveria ser contabilizado no orçamento da Seguridade Social e não no orçamento da Previdência Social. Há também muitos aposentadorias acumuladas inconstitucionalmente, que poderiam ser revistas judicialmente.

Então, o problema da Previdência é mais gerencial?

Sim, na realidade temos que corrigir disfunções. Que a questão da Previdência deva ser discutida, deve; que algumas reformas devam ser feitas, devem; porém que não se perca de vista o seguinte: títulos e garantias dados pela Constituição são direitos e garantias do servidor público. Temos que distinguir isso. São direitos e garantias da função pública, para qualificar a função pública. Não é possível concebemos um serviço público de qualidade sem um servidor público de qualidade, estimulado, garantido, vendo o serviço público como uma carreira atraente. Os benefícios adquiridos pelo servidor são os que fazem a carreira atraente, que vão justificar toda a sua opção profissional de toda uma vida. Você opta pelo serviço público porque deve ter uma identidade com o público. Então é natural que a Constituição, em prol da função pública, ampare, proteja e estimule o prestador dessa função.

Muitos afirmam que não são benefícios e sim privilégios?

Não é bem assim. Não se trata de direitos e garantias do servidor público e sim da função pública que deve ser estimulada, que justifica a opção profissional de uma vida inteira. Caso contrário, as pessoas irão para a iniciativa privada: vão ser empresários, autônomos. Esses benefícios são mais agudados nas carreiras estatais genuínas, indelegáveis, como a Magistratura e o Ministério Público.

Como o senhor acha que o Judiciário pode participar de forma

"Na democracia, todos têm direito a informação e o Judiciário não pode estar imune ou à parte dessa sutileza do Estado democrático. Nós necessitamos de um Poder Judiciário mais próximo da coletividade. E podemos criar essa ponte entre o Judiciário e a coletividade, através de mecanismos mais abertos."



mais eficaz: do pacto social e político que o governo está procurando implantar?

Começaria pela parte ética: o Judiciário precisa dar o exemplo. O primeiro bom exemplo começa por abominar o nepotismo neste Poder. Os membros do Judiciário

não podem tirar vantagem do exercício do cargo, com presentes indevidos, viagens, coisas espúrias. Eu penso que o melhor modo de o Judiciário contribuir é começar pelo lado ético. Todavia, não fica só no lado ético; é necessário mais. Ele tem que estar tecnicamente preparado. Um Judiciário ideologicamente comprometido com a Constituição é um Judiciário mais voltado para o povo a partir de dois aspectos: o primeiro seria a abertura para o público. Acabar logo com a taxa do Judiciário, para desonerar o custo de acesso das pessoas. Aliás, acho que a taxa do Judiciário é inconstitucional. Essa taxa eliza o Poder. O segundo bom exemplo seria agilidade e rapidez na prestação dos serviços.

Na França, de cada 20 crimes violentos, 19 resultam em punição. No Brasil somente três. Para nós, isso demonstra que há uma impunidade. O que o senhor acha desses dados?

A certeza da punibilidade desestimula a prática do crime, muito mais do que a exacerbação das penas. A certeza da punibilidade é um instrumento mais eficaz de política criminal do que a exacerbação das penas. Embora sendo severa a pena, o indivíduo, sabendo que não vai ser punido, pode sentir-se estimulado a praticar o crime.

Um estudo recente mostrou que, em processos de roubo qualificado, 30% dos brancos respondiam em liberdade, enquanto dos negros somente 15%. Em relação à absolvição, 27% dos negros eram absolvidos, enquanto que os brancos absolvidos eram 60%. Os negros podem usar exatamente os mesmos direitos que um branco e ainda assim o resultado não é igual. O que pensa disso?

Então, a própria Justiça é preconceituosa. É assustador saber disso, pois mesmo no âmbito do Judiciário os dados mostram que temos a prática do racismo.

Em relação às cotas nas universidades, o senhor é a favor?

Eu sou, estrategicamente, pro tempo.

Mas existem muitos juristas que dizem que as cotas nas universidades agredem a Constituição.

Penso que o sistema constitucional brasileiro possibilita a adoção desse instrumento. O sistema de cotas é um mecanismo das chamadas políticas públicas afirmativas. O artigo 3º da Constituição, ao falar dos seus objetivos fundamentais, anuncia a concretização da ação, a prática. Assim o faz quando afirma que é preciso construir uma sociedade livre, justa e solidária. Construir uma postura de ação, e não omissão, de passividade, erradicar a pobreza, diminuir as desigualdades sociais; dar oportunidades de atuação social a quem se vê historicamente privado desse espaço de atuação: os negros, as mulheres, os índios, as minorias historicamente excluídas.

Mas o senhor não acha que o governo deveria afetar a causa e não a consequência?

A política de cotas não é substitutiva da política pública estrutural. Ela é uma política supletiva ou compensatória. Enquanto a política estrutural não produz os seus efeitos, você tem que compensar aqueles que não têm oportunidades de atuação na sociedade. Nos Estados Unidos as cotas raciais são aplicadas pelo governo desde os anos 70. E com o tempo, por efeito das cotas raciais, você vai inserir os negros no mercado de trabalho superior e, pedagogicamente, no imaginário da população. Assim, não se associará o negro ao pobre, ao ignorante, ao desqualificado. Isso porque eles começariam a se formar, a tirar diplomas, a exercer profissões de nível universitário. E passariam, assim, a fazer parte de um cotidiano em igualdade de condições com os brancos. Então aos poucos você vai tirando do imaginário da população essa ideia pré-concebida de que "negro é sinônimo de trabalhador inferior, cidadão de segunda categoria".



"A liberdade é uma visão unilateral do indivíduo; a igualdade é uma visão unilateral da realidade política. Ambas são válidas como as asas de um pássaro. É necessário colocar as duas asas do pássaro a serviço de uma única causa, que é o voo. A fraternidade é o ponto de equilíbrio entre a liberdade e a igualdade."

A sociedade brasileira já não aguenta mais tanta corrupção. Qual seria a postura mais adequada do Judiciário frente a este grave problema?

A corrupção corrói as bases de uma convivência. É preciso enfrentar a corrupção com mais seriedade, com mais empenho. A Constituição até que fez a sua parte, pois coloca a moralidade administrativa como um dos princípios regentes da administração. A Constitui-

ção em suas manifestações pontuais foi muito clara, foi muito prodígio, mencionando a improbidade, a boa fé. A Constituição é modelar neste campo. Porém, entre o discurso constitucional e a prática dos agentes públicos, existe uma distância. Então o Judiciário deve tratar a questão da moralidade pública com mais empenho. Vejo essa questão da moralidade com bons olhos, porque a medida que a nossa democracia avança mais e mais, aquela santa curiosidade por aquilo que é público vai acuando os corruptos. Vai mais e mais fechando os espaços para a desonestidade, por causa da visibilidade do poder e pela ativação da cidadania. O poder público é levado a publicar mais os seus atos, a se expor.

Durante muito tempo o mundo avançou no ideal de liberdade e igualdade, porém a fraternidade ficou esquecida. O que o senhor pode nos dizer sobre isso?

No meu último livro (*Teoria da Constituição*, Edições Forense), falo da fraternidade como ponto de encontro entre a liberdade e a igualdade, como ponto de evocação constitucional, assim como o amor é o princípio da evolução espiritual. A liberdade é uma visão unilateral do indivíduo; a igualdade é uma visão unilateral da realidade política. Ambas são válidas como as asas de um pássaro. É necessário colocar as duas asas do pássaro a serviço de uma única causa, que é o voo. A fraternidade é o ponto de equilíbrio entre a liberdade e a igualdade. A liberdade e a igualdade vão se interpenetrando até esboçar esse conceito, ainda mais abrangente e unificador que os outros dois, que é a fraternidade. A fraternidade é essa compreensão de que tudo é "um", todos fazem parte de uma mesma realidade. O que diz respeito ao todo diz respeito também às partes. Fraternidade é isso: você vê alguém comendo lixo, você se afeta, fica incomodado com isso, se sente mal, entendendo assim que a minúscula parte afeta o todo. Isso é fraternidade.

eleições

OS PRESIDENCIÁVEIS

Em diversas ocasiões Cidade Nova defendeu que, para a escolha do representante político ser coerente e madura, é necessário, por parte dos eleitores, o conhecimento e o acompanhamento da história política e do engajamento social de cada um dos candidatos. A seguir publicamos aspectos importantes da trajetória de cada um dos principais candidatos à presidência da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

O ex-líder operário Luiz Inácio Lula da Silva tentará, aos 56 anos,

de tudo para sobreviver. Mudou-se ainda criança para São Paulo, numa viagem com a mãe e os irmãos num caminhão pau-de-arara. Foi vendedor ambulante, engraxate, teve seu primeiro emprego fixo numa tinture-

ria de trabalhadores em movimentos reivindicatórios mais radicais. Liderou os operários de São Bernardo e de todo o ABC nas famosas greves dos metalúrgicos, até ser destituído por intervenção do governo, preso e julgado com base na Lei de Segurança Nacional. Condenado em primeira instância, foi depois absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

Em 1979, lançou a idéia da criação de um partido operário, decepcionado com os políticos tradicionais e convencido de que o regime não poderia ser combatido apenas com a força dos sindicatos. Abriu a discussão com políticos do MDB, entre eles o então sociólogo Fernando Henrique Cardoso e o deputado Ulysses Guimarães. Conseguiu atrair e persuadir sindicalistas, intelectuais, grupos pequenos de esquerda, especialmente os oriundos do movimento estudantil, dos partidos trotskistas e católicos membros das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Foi a capacidade de Lula para reunir pessoas e criar organizações a partir das idéias recolhidas que permitiu o nascimento do PT.

Em 1984, engajou-se na campanha pelas eleições diretas, mas, frustrado esse objetivo, levou o partido a recusar participar do colégio eleitoral para eleger Tancredo Neves, em 1985, contra o candidato da situação, Paulo Maluf. Em 1986, elegeu-se deputado federal por São Paulo e já em 1989 disputava a presidência pela primeira vez. Perdeu a eleição para o marketing de Fernando Collor de Mello, mas recebeu mais de 31 milhões de votos no segundo turno.

Derrotado por Collor em 1989, Lula voltou a candidatar-se em 1994 e 1998, sendo sido derrotado no primeiro turno por Fernando Henrique, que nas duas campanhas tinha Plano Real como grande eleitor.



pela quarta vez, chegar à presidência da República, agora a partir de uma base parlamentar e administrativa maior e mais experiente do Partido dos Trabalhadores (PT), que fundou com outros sindicalistas em 1980. Filho de lavadores, nascido em Garanhuns, Pernambuco, fez

ria, até entrar, em 1965, nas Indústrias Villares como torneiro mecânico.

O primeiro contato com o movimento sindical foi em 1969, através de um irmão sindicalista. Em 1975, assumiu a presidência do sindicato e se aproximou dos sindicalistas que buscavam organi-

14

setembro 2002

JOSÉ SERRA

Filho de imigrantes italianos, Serra nasceu na Mooca, em São Paulo, há 60 anos. É engenheiro formado pela Escola Politécnica da USP, com mestrado em economia no Chile e doutorado na universidade americana de Cornell. Aos 21 anos, em 1964, tornou-se presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), o que o levou

entre outras emendas, as que determinaram o fim das restrições aos investimentos estrangeiros na mineração, o fim da distinção entre empresas de capital nacional e de capital estrangeiro, a privatização das telecomunicações e do setor elétrico e a venda da estatal Companhia Vale do Rio Doce.

Em 1994, na definição do lançamento do Plano Real e da estratégia que levaria o PSDB, fundado

CIRO GOMES

Filho de família de políticos – o bisavô, o avô e o pai foram prefeitos de Sobral (CE), para onde se mudou aos três anos de Pindamonhangaba (SP), onde nasceu – Ciró iniciou na política com a militância no grupo *Habeas Corpus* da Faculdade de Direito da Universidade do



para o exílio logo depois do golpe militar de 31 de março. Fundador e ativista da Ação Popular (AP), uma organização católica de esquerda, Serra é na realidade o primeiro militante da esquerda daquela época a tentar com possibilidade de êxito alcançar a presidência. Depois do exílio, a vida pública de Serra recomeça com sua volta ao Brasil em 1978, já casado e com duas filhas com a bailarina chilena Silvia Mônica Allende Serra.

Coordenou a primeira campanha do sociólogo Fernando Henrique ao Senado, elegendo-o suplente de Franco Montoro. Então filiado ao PMDB, em 1982 saiu da coordenação do programa de governo da campanha de Franco Montoro para a secretaria do Planejamento de São Paulo, onde ganhou a fama de centralizador e de austero em matéria fiscal.

Um dos maiores defensores das reformas estruturais do primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, ele defendeu,

em 1988, ao topo do poder político nacional, Serra foi o último do grupo político de Fernando Henrique a apoiar o plano e o primeiro a divergir da sua execução, tendo se tornado um dos seus fortes críticos no governo um ano depois, já ministro do Planejamento.

Serra deixou o governo no início de 1996, para se candidatar à prefeitura de São Paulo. Derrotado, foi convidado para o Ministério da Saúde, desafio que só aceitou em março de 1998. Nos quatro anos à frente do Ministério da Saúde, recebeu condições e recursos para promover mudanças nas políticas de saúde pública, reorganizando o sistema e combatendo o desperdício de dinheiro. Enfrentou a indústria farmacêutica internacional ao quebrar patentes de medicamentos para doenças graves como a Aids. A política dos remédios genéricos tornou-o um dos ministros mais conhecidos do governo Fernando Henrique Cardoso, o que o qualificou para a disputa presidencial.

Ceará, que era identificado com a esquerda católica no final dos anos 70. Em 1979, tentou se eleger vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) por uma chapa classificada pelo movimento estudantil como da direita social-democrata.

Ciró era deputado pelo PDS em 1983 quando conheceu Tasso Jereissati, que nessa época presidia o Centro Industrial do Ceará. Com Tasso, comandou a campanha por eleições diretas para presidente, ajudou-o a se eleger governador em 1986, e dois anos depois ele mesmo se elegeu prefeito de Fortaleza, tendo deixado o cargo em 1989 para substituir Jereissati como o único governador eleito pelo PSDB no país.

O atual candidato pelo PPS, a sigla em que se transformou o antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi chamado pelo ex-presidente Itamar Franco para resolver a maior crise da campanha de Fernando Henrique, em 1994. Um mês antes das eleições



de outubro, o ministro da Fazenda, Rubens Ricupero, havia sido flagrado por câmaras num programa de TV dizendo, inadvertidamente, o que pensava. Isso é, que para beneficiar seu candidato o governo escondia as coisas ruins que aconteciam na economia e só divulgava as boas. A oposição passou a explorar a inconfidência, o que poderia derrubar as preferências eleitorais pelo então candidato oficial. Ciro deixou o governo do Ceará e substituiu Ricupero. Embora tenha passado a defender, fora do governo, o fortalecimento do Estado e sua capacidade dirigista, no ministério da Fazenda adotou medidas liberais, reduzindo as alíquotas de importação de 445 produtos e desonerando as exportações, isentando-as da cobrança do PIS/Pasep e da Cofins.

A Ciro Gomes e seu "padrinho" político, o ex-governador do Ceará, Tasso Jereissati, atribuíram a modernização social e econômica experimentada pelo Ceará desde que eles derrotaram as oligarquias tradicionais e assumiram o poder no Estado. Ficou conhecido pela construção de um canal de 115 km para levar as águas do rio Jaguaribe para Fortaleza que agora é alvo de crítica por erros de construção em muitos trechos de seu percurso. Ciro Gomes foi casado com a deputada e hoje candidata ao governo do Ceará, Patrícia Gomes, da qual se separou para iniciar um longo namoro com a atriz Patrícia Pillar.

ANTHONY GAROTINHO

Sob influência do antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), de convicção marxista-leninista, Anthony William Mathews de Oliveira entrou na política aos 15 anos elegendo-se presidente do Grêmio estudantil do Liceu de Humanida-

des de Campos. Em 1980, quando fundou o Partido dos Trabalhadores em Campos, já tinha definido que queria ser presidente da República. Radicalista famoso, foi o candidato a vereador mais votado na cidade e não conseguiu se eleger porque o PT não atingiu o mínimo de votos exigido pela legislação eleitoral. Em 1983 trocou o PT de Lula pelo PDT de Brizola, e em 1986 foi o candidato a deputado estadual mais votado do Rio de Janeiro. Dois anos depois ganhou



as eleições da prefeitura de Campos disputando contra os políticos tradicionais financiados pela indústria do açúcar. Ao deixar a prefeitura assumiu a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pesca do Estado do Rio de Janeiro, a convite do então governador Leonel Brizola, mas sete meses mais tarde já fazia campanha para o governo estadual, sendo derrotado por Márcio Alencar por uma diferença de 4%.

Em 1986, se elegeu outra vez prefeito de Campos com 74% dos votos no primeiro turno e em 1988 liderou uma ampla frente de esquerda formada pelo PDT, PT, PSB, PC do B e PCB para finalmente eleger-se governador do Rio e se qualificar para disputar o

Palácio do Planalto. Ao perceber que não teria a legenda do PDT, Garotinho rompeu com Brizola e se filiou ao PSB de Miguel Arraes, outro remanescente da velha esquerda.

As decisões que Garotinho tomou no governo do Rio revelam um homem versátil e um governante que sabe temperar a administração com uma noção precisa do que é popular. Transformou o

bairro de Ramos, na cidade do Rio de Janeiro, numa marca de que é um político que entende as necessidades de base do povo, abriu restaurantes subsidiados com pratos a R\$ 1,00 e distribuiu mensalmente cheques para complementar a renda de milhares de famílias pobres.

Nascido em Campos, uma cidade de fé católica, ele seguiu a trilha do ateísmo ligando-se ao PCB. Garotinho conta que, em 1994, após um grave acidente de automóvel, teve uma visão e se converteu. Mas ele ainda demonstrava um ano após ser batizado na Igreja Presbiteriana e tornar-se um pregador. Casado com Rosinha Mathews, tem nove filhas, quatro naturais e cinco adotadas.

Anexo D

NOSSO PAÍS • pós-eleição



O DESAFIO DO PRESIDENTE

Reeleito, o presidente Lula tem pela frente inúmeros desafios para responder aos anseios da maioria dos brasileiros, sobretudo o de diminuir a desigualdade social no país. Desafios que devem ser enfrentados em conjunto pelo governo federal e por todos os governadores e parlamentares eleitos

JANE LUCAS

Entre os sinais que emergiram das urnas o mais claro é, sem dúvida, o de que a questão da desigualdade social e regional se tornou preocupação central da maioria dos brasileiros. É incontestável o fato de que, no segundo turno, o presidente Lula venceu as eleições com uma diferença de mais de 20 milhões de votos sobre Aécio Neves porque conseguiu convencer os brasileiros de que o seu governo reduziria a miséria, diminuiria as desigualdades sociais e melhoraria a vida

da maioria da população. Está na inclusão social, portanto, a principal razão da vitória de Lula. Isso, apesar de todos os erros cometidos – que vão de uma política econômica que afunilou o crescimento a escândalos de corrupção, envolvendo membros do governo.

A enorme votação obtida por Lula nos Estados do Nordeste e do Norte, em alguns casos superando os 80% dos votos válidos, evidencia que nessas regiões calou fundo o discurso centrado em questões como pobreza, distribuição de renda e política

social. Historicamente relegados ao segundo plano na realidade socioeconômica nacional, a população dessas regiões disse, claramente, ao restante do país: “Olhem, estamos aqui, somos brasileiros e queremos fazer parte desta Nação por inteiro”.

E aqui, vale uma outra observação facilmente perceptível a partir do último pleito: cada vez mais os brasileiros estabelecem uma relação real e direta entre o exercício do poder político e os resultados sociais que ele produz na vida cotidiana. Tanto é que as maiores diferenças percentuais de Lula em relação ao candidato derrotado Geraldo Alckmin ocorreram entre a população mais pobre, de menor nível educacional e nas regiões que mais sofrem com os históricos desequilíbrios socioeconômicos vigentes no país. Regiões que, de algum modo, foram mais beneficiadas com alguns programas de distribuição de renda como, por ex-

O desafio do presidente

exemplo, o Bolsa Família, os financiamentos para a agricultura familiar ou os programas Luz no Campo e a construção de cisternas no Nordeste.

Mas esse ponto convém não cair na armadilha de uma leitura superficial sobre os números eleitorais que alguns analistas políticos e parte da mídia – principalmente na região Sul – tentaram fazer. Ou seja, os resultados do pleito mostram que o país não ficou dividido, tendo de um lado pobres, semi-alfabetizados e dependentes do Bolsa Família ou outros benefícios do governo federal – que teriam garantido a reeleição de Lula – e, de outro, o Sul trabalhador, rico e com maior nível de escolaridade. Além de somar o preconceito contra os brasileiros de menor renda, especialmente, contra os moradores do Norte e Nordeste, essa leitura não se sustenta nos fatos. É verdade que o presidente eleito fez 83% dos votos válidos no Ceará, 78% na Bahia e Pernambuco e 85% no Maranhão, por exemplo. Porém, a soma dos votos recebidos nesses Estados chega a 14 milhões, número bem menor do que o total de famílias atendidas no país inteiro com o Bolsa Família. Seria uma análise muito superficial dizer que 80% das pessoas desses Estados vivem à custa do governo.

Além do mais, na região mais rica do país, o Sudeste, Lula teve 24 milhões de votos ou 40% do total, com enorme vantagem sobre Alckmin, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Mesmo nos três Estados do Sul, que se orgulham de ter os maiores níveis de escolaridade, foi superado por Alckmin por margens pequenas, obtendo 7 milhões de votos. São números que refutam a tese que se tentou criar de que o Brasil seria do pleito dividido em dois países: o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste.

No máximo, as populações das regiões Norte e Nordeste mandaram um recado mais contundente ao Centro-Sul: de que querem se integrar, social e economicamente, ao restante do país, não apenas politi-

camente. Mais do que um país dividido, o sinal das urnas foi de que também boa parte da classe média e dos trabalhadores coloca entre suas prioridades as preocupações com a desigualdade social, com a distribuição de renda e a geração de emprego. Não foi por acaso que, em vários desses Estados, oligarquias que comandavam a política local há décadas não conseguiram eleger seus candidatos. Em outras palavras, os eleitos foram “protestados” com o claro compromisso de buscarem os caminhos para superarem as desigualdades existentes na estrutura social brasileira, entre as regiões e entre os diversos estratos da sociedade – esta sim, verdadeira divisão, que precisa ser sanada.

Maior desafio

Essa prioridade ao social ficou clara pela pesquisa feita pelo Instituto IUPERJ, três dias antes do segundo turno e divulgada pela revista Carta Capital, já dando como certa a reeleição de Lula, apontada pelas pesquisas de opinião e que buscou antecipar as expectativas da população com o próximo governo. Nada menos do que 45% disseram que a

geração de emprego deveria ser a principal prioridade, tema apontado com a mesma intensidade por pobres e ricos. Regionalmente, a preocupação com o emprego é maior no Nordeste (52%) e no Sudeste (44%), regiões com grandes concentrações urbanas e elevados níveis de desemprego. Saúde pública e educação foram os outros temas apontados como maior preocupação, já a questão da segurança pública só alcançou 20% de citações entre as pessoas com renda acima de 10 salários mínimos, que moram na região Sul.

Assim, os votos dados a Lula no pleito presidencial e aos governadores estaduais servem como sinalização de que as prioridades da população na esfera social são o emprego, a saúde, a educação. Aqui reside o maior desafio de Lula: fazer com que suas velhas promessas, ainda da campanha de 2002, se concretizem na vida de milhões de brasileiros. É verdade que já antes do pleito vieram as primeiras sinalizações de que a agenda do desenvolvimento, finalmente, ocupará o posto principal.

No primeiro mandato, a gestão da política econômica ficou centrada na preocupação quase obsessiva com a manutenção da inflação baixa e com o corte de investimentos,





pós-eleição • NOSSO PAÍS

o que garante elevado suporte para manter em dia os pagamentos da dívida do governo. Os resultados dessa receita ortodoxa em consonância com os cânones do mercado financeiro foram pífios em termos de crescimento e geração de empregos. Dar um salto qualitativo capaz de colocar como prioridade o crescimento econômico é, sem dúvida, o grande desafio do governo federal. Com crescimento e geração de empregos, dá-se um importante passo para tornar o Brasil mais "igualitário" e "justo", colocando as "pobres entre as prioridades", conforme discursou o presidente logo após ter confirmado a eleição.

Mudar a política econômica e aprofundar as políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades são, portanto, o grande desafio. Um desafio que tem como pano de fundo a recuperação de conceitos fundamentais deixados de lado. Entre eles, o primado da Política sobre o Mercado: é a partir do exercício democrático da cidadania e dos anseios da sociedade que se devem definir as ações do Estado, as prioridades de governo e até mesmo as regras a serem respeitadas pelos agentes do mercado.

Só assim outros conceitos como

modernização e eficiência – usados, muitas vezes, para mascarar o desejo de total liberdade para o mercado e de um Estado mínimo que não interfira nos processos socioeconômicos – podem servir para melhorar a vida de todos. Do mesmo modo, temas como reforma tributária ou alta carga de impostos, tão falados na campanha eleitoral, devem ser debatidos à luz da solidariedade, da necessidade de políticas de inclusão social, de distribuição da renda e da riqueza.

Apoio do Congresso e dos governadores

Trata-se de desafios que Lula tem que encarar de frente, buscando alianças firmes e duradouras com os partidos que lhe prometem sustentação no Congresso Nacional. Além de garantir governabilidade, alianças programáticas firmes permitem maior transparência no papel desempenhado pelos vários partidos, evitando-se expedientes do tipo "marmalões" ou "marmalinhos" na busca pelo voto individual de deputados em projetos do Executivo.

A seu favor, Lula tem agora maior apoio por parte dos governadores. Com os resultados do segun-

do turno, ele terá o apoio de 16 dos 27 governadores, uma situação muito mais confortável do que no atual mandato, no qual teve o apoio incondicional só dos três governadores do PT. Agora, o PT elegeu cinco governadores e o PSB, três, mas Lula conta com o apoio de cinco dos sete governadores do PMDB, dos dois do PDT e de um do PPS. Os governadores são fundamentais pela influência que têm junto aos deputados e senadores, no caso de projetos importantes no Congresso.

Por outro lado, o presidente sinalizou com uma maior abertura e diálogo também com os governadores e bancadas dos partidos de oposição. Diálogo que, aliás, será fundamental para fazer avançar questões importantes e de interesse de toda a sociedade. Seria uma pena que os interesses puramente eleitorais, já visando 2010, se sobrepusessem aos interesses do país. Fusa é, contudo, uma postura que não deve prosperar, especialmente porque os governadores eleitos só conseguirão uma boa gestão no Estado se pavimentarem as pontes com a esfera federal. Mesmo em papéis distintos, governantes e oposição não podem se furtar ao debate e à busca de soluções para os principais anseios expressos nas urnas pela população.

O voto de confiança de 58 milhões de eleitores representa uma segunda chance ao presidente Lula e o respaldo político necessário para continuar o trabalho iniciado. Mas como não se trata de um cheque em branco, dessa vez, Lula terá que aprofundar as mudanças apenas sinalizadas no primeiro mandato e cumprir com maior determinação as promessas que convenceram os brasileiros de que merecia uma nova oportunidade. Só com altas taxas de crescimento será possível ampliar os programas sociais, reduzir os impostos, aumentar os investimentos públicos e, de fato, diminuir a desigualdade com melhor distribuição da riqueza. Um desafio que não é pequeno. ■

Anexo E

entrevista

O DIÁLOGO, um estilo político

Cidade Nova conversa com o presidente da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, sobre os desafios do governo Lula e sobre a fraternidade como categoria política.

José Antônio Faro

No dia 2 de fevereiro de 2003, o Brasil conheceu um dos representantes mais importantes da nova geração de políticos. Toda a mídia anunciava o nome de João Paulo Cunha como novo presidente da Câmara dos Deputados. O resultado da votação demonstrava a imagem positiva que ele já tinha no seu território mandato como deputado federal. Foi eleito presidente da Casa com 434 votos, num total de 493.

Até então, João Paulo era conhecido apenas em seu Estado, São Paulo, pelo trabalho que desenvolveu como deputado estadual. Aos poucos o Brasil foi se interessando pelo político tranquilo e aberto ao diálogo que demonstrava nos intensas discussões na Câmara dos Deputados, sobretudo por ocasião da votação das reformas da Previdência e tributária.

Cidade Nova conversou com ele em seu escritório de Oaxaca, um dia depois da votação da reforma tributária. Não quisamos tratar de temas polêmicos, mas da fraternidade como nova categoria política. Mas o clima de grande fraternidade e abertura que se criou durante a entrevista abriu espaço para todos os temas.

Cidade Nova: Uma das características interessantes do novo governo é o esforço de dialogar com todas as setores da sociedade. O que isso significa para a história política do Brasil?

Deputado João Paulo Cunha:

Não vivemos, em particular no Parlamento, um momento de intenso diálogo. Até o atual governo, conformavam-se maiorias, eventuais, e, mais permanentes, a partir de alguns interesses que se mantinham por um tempo determinado. O que eu tenho percebido de novidade é que agora não somente se formam maiorias, mas permanece o diálogo até mesmo com as pessoas que pensam de forma contrária. Há uma busca permanente de diálogo. Outra coisa que tem me confortado muito é que atualmente

DIÁLOGO

Cidade Nova

entrevista

se estabeleceu na Câmara uma relação interpessoal de fraternidade muito maior, mesmo entre aqueles que pensam de modo diferente. Haveria um diálogo civilizado, que leva ao crescimento: cada um cresce no seu particular. Esse momento é rico porque o diálogo é honesto, é permanente, é efetivo. Existe uma certa base de solidariedade, de fraternidade.

Alguns analistas políticos defendem que esse modo de conduzir o debate político pode malunder em conseqüência e com comprometimento do próprio projeto de governo...

O não é você ficar conversando e não decidir nada. Mas se você conversa e não determina nada momento a momento, produzindo, isso é possível. Eu não acho ruim a consulta às pessoas, aos setores envolvidos num determinado projeto e, quando é necessário, decidir algo. O que eu tenho presenciado é que o atual governo tem tido o hábito de conversar, conversar, para então decidir.

E não seria melhor apressar a conclusão do diálogo, sem antecipar as votações das reformas?

Não! Primeiro porque a sociedade tem exigido coerência na apresentação dessas matérias. O povo cobra agilidade maior, por conta do "simbolismo" que ficou nas últimas anos, de que as reformas devem acontecer. Mas para que elas sejam feitas rapidamente, sem injustiça, é preciso conversar com todo mundo. Podemos sempre melhorar e aperfeiçoar o projeto.

Mas não seria melhor manter o projeto inicial do governo?

As duas reformas – as duas absolutamente tranquilas para dizer – foram melhoradas no processo de negociação. A reforma da Previdência foi melhorada, e muitas garantias a justiça para os servidores da ativa, com uma certa garantia de que eles terão a integridade dos salários, a paridade durante a aposentadoria. Para os futuros servidores, a reforma trouxe uma justiça maior porque aproximou os regimes do servidor público e da iniciativa privada. Além disso, ele garante a paridade no sistema previdenciário, porque os idosos que se aposentam daqui a 30, 40, 60, 80 anos também a segurança de que os proventos serão garantidos pelo Estado.

E em relação às reformas tributárias?

O envolvimento dos governadores, prefeitos, empresários, trabalhadores, que representam a sociedade, ajudou a melhorar o projeto. É claro que os empresários não saíram absolutamente satisfeitos, mas alguns dos seus reivindicações, importantes para a sociedade, foram incorporadas na proposta. Os governadores também não saíram satisfeitos, mas eles conseguiram garantir um pouco mais de recursos para investimentos nos Estados. Os prefeitos e os trabalhadores também saíram ganhando. O diálogo do governo com todas essas forças ajudou a melhorar a proposta.

E a crítica de que o governo teve de distribuir cargos para ter apoio na aprovação das reformas?

Pode até ter havido essa negociação, mas eu não a presenciado nem participei dela. Nos debates sobre as reformas, no Legislativo, nós trabalhamos em clima de temas concretos. Os governadores, por exemplo, queriam que o Fundo de Compensação das desigualdades fosse melhorado. Essa concessão foi feita porque se tratava do repasse de dinheiro da União, do povo, para o povo de cada Estado.

A distribuição de cargos é um problema de composição do governo. O governo compõe a sua equipe de acordo com suas bases, de acordo com os partidos que vão lhe dar sustentação. O que eu tenho acompanhado é que nessa distribuição de cargos o governo tem tido rigor técnico e ético, e evidentemente isso é positivo para a máquina brasileira.

A aprovação das reformas já está adiantada, a inflação foi controlada, a credibilidade do Brasil no exterior melhorou muito. Quando as próximas eleições para o país ocorrer?

Ainda não podemos dar o prazo para isso. Temos que consolidar o pouco atual: fazer com que o Brasil mantenha o respeito do ponto de vista econômico, ter certeza absoluta de que a inflação não voltará a subir e que o dólar não vai voltar a possibilitar o aumento das exportações, mas, ao mesmo tempo, que não seja não o ponto de trazer problemas para a nossa balança; e a última coisa é concluir a votação das reformas.

E as próximas eleições?

O primeiro é recuperar a capacidade de investimento do Estado. O Estado brasileiro sempre foi o indutor do desenvolvimento; basta ver a siderurgia, o petróleo, a petroquímica. Sempre foi o Estado que botou dinheiro, fazendo crescer e



O DIÁLOGO, um estilo político

desenvolver esses setores. Com a dívida muito alta, a situação econômica difícil, o Estado não tem como investir. O investimento pode se dar recuperando e ampliando a capacidade das áreas de infraestrutura, e investindo ao mesmo tempo nas áreas sociais como saneamento básico e habitação popular, que também geram desenvolvimento: mudam a vida das pessoas e, ao mesmo tempo, geram empregos e fazem a economia rodar.

A segunda coisa é atrair investimentos estrangeiros. Para isso é necessária uma estabilidade não somente institucional, mas econômica, política e social no país.

Tercido: incentivar a iniciativa privada a fazer investimentos. Para isso, temos que reestruturar o "marco regulatório", ou seja, deixar as regras bem claras, para que o investidor tenha segurança.

Como o PT, que agora é governo, vai conseguir manter suas alianças com os setores que sempre o sustentaram?

O partido não pode ser confundido com o governo. O governo é muito largo que o partido. O partido é mais estreito porque é uma parte: ele tem uma doutrina, uma concepção que não precisa se confundir com o governo.

O PT precisa manter fidelidade à sua base, manter sua organização, suas debates, suas discussões, suas mobilizações. Em alguns momentos o PT pode descer do governo. É assim que ele vai manter a sua base e não deixar se perder ou exaurir o seu projeto.

Quais as principais mudanças na cultura política brasileira dos últimos anos?

Eu sempre digo que problemas de natureza humana estão presentes onde existem seres humanos. Agora, a verdade é que a ascensão de pessoas novas à classe política tem de fato trazido uma marca inconfundível, tanto nas relações quanto no conteúdo das propostas apresentadas. Se repararmos bem, houve uma completa quebra da hegemonia de

quilo que há anos existia no Executivo. Existe uma classe nova dirigindo o Brasil. No Parlamento também ascendeu a cargo importantes uma geração de políticos novos que traz novos costumes e novas práticas que, combinadas com costumes diferentes gera uma novidade de fato. Claro que isso não é absoluto; existem problemas a serem superados, eliminados de vez.

O PT sozinho não pode mudar o Brasil, mas ele ajuda a mudar a política e a sociedade na medida em que traz valores diferentes. O PT tem, por exemplo, uma força muito grande naquilo que é de conjunto, que é coletivo, naquilo que é de domínio público. Isso lhe permite uma ação de conjunto muito grande. Mesmo com os seus problemas internos, isso é uma característica interessante. Eu tenho a impressão de que o PT tem ajudado muito, mas também tem aprendido muito.

Aprendido o quê, por exemplo?

O aprendizado principal é de que o PT não é dono da verdade. Por isso, o partido tem que ser muito tolerante.

A sociedade é mais diversa do que o PT pensa. Tem gente boa em muitos lugares. Essas constatações fazem com que a gente tenha um relacionamento melhor com os outros poderes.

Em oposição atual, qual a contribuição que ele está dando ao governo?

A maior contribuição é ser oposição. É muito importante que haja oposição. Quando as ideias da oposição são claras, elas são confrontadas com as ideias da situação, e isso pode ser um grande contributo.

O que significa a interdependência da oposição política, assumindo a presidência da Câmara?

Aos poucos a gente vai entendendo que a chave para dar certo é você não mudar. Eu vi o presidente, mas não mudei nem de casa, nem de vida, nem de pensamentos, nem de nada. Eu acho que isso propicia um relacionamento muito mais sincero e mais forte com os outros deputados, mesmo com os adversários.

Existe no Congresso Nacional um grupo ligado ao Movimento Político pela Unidade que incentiva, até propondo para novembro um congresso para a política de todo país. Qual a importância do grupo para a vida política nacional?

Fu acompanhado esse grupo e posso testemunhar que é o "grupo do bem". É um grupo que tem como base, como método político, a fraternidade. Eu espero que a minha contribuição para esse grupo tenha sido a minha política nos últimos meses de atividade na Câmara. Quero consumir todo o meu mandato mostrando que quem pratica a unidade, quem pratica a fraternidade certamente propicia um resultado melhor para a política.



rã enfrentar a oposição daquela parcela da população beneficiária da má distribuição de renda. Basta ver a repercussão negativa que ocorre sempre que se fala em aumentar os impostos das parcelas mais ricas da sociedade para poder reduzir os impostos dos mais pobres ou assalariados de menor renda.

No campo político, o governo assumiu a agenda não concluída dos anos 90. O governo petista encampou algumas reformas as quais se opôs de forma tenaz no passado. Entre elas, a da Previdência Social, hoje vista como uma bandeira da maior parte da sociedade e não deste ou daquele governo. Já no caso da reforma Tributária, ela deve se constituir no grande fracasso político do governo em 2003. E, certamente, numa lição aos petistas que sempre acusaram outros governos de falta de vontade política. É verdade que o Executivo no Brasil tem um poder imenso de persuasão e influência sobre as decisões do Congresso. Mas é também verdade que não se pode desprezar a força que têm os deputados e senadores, sem falar no peso político dos governadores.

O foco político da reforma foi, desde o início, acabar com a guerra fiscal entre os Estados. O governo percebeu, ao longo do processo, que não há consenso sobre o tema, nem entre os setores produtivos e menos ainda no campo político, onde se mesclam os interesses particulares ou regionais deste ou daquele Estado ou de grupos parlamentares. O resultado é que as medidas que serão aprovadas em várias etapas nos próximos meses não servirão para acabar com a guerra fiscal.

No campo das negociações políticas, como não dispunha de maioria em nenhuma das duas Casas do Congresso, o PT no governo precisou agir da mesma maneira que os governantes anteriores. Ou seja, incentivou parlamentares da oposição a aderirem ao governo, ingressando nos partidos aliados. Mas é forçoso reconhecer que no sistema eleitoral-partidário atual, os deputados individualmente se comportam muitas vezes em direção oposta à de seus partidos. No projeto da reforma da Previdência, por exemplo, 13 dos 28 senadores do PSDB e PFL votaram a favor da proposta, quando a tendência de seus partidos era votar contra. Do mesmo modo, deputados dos partidos do governo votaram contra o projeto. Essa infidelidade partidária, no fundo, dificulta o estabelecimento de um

jogo político amplo e obriga os governos a negociar no varejo.

AVANÇAR NO SOCIAL

Para 2004, a agenda política ainda vai se concentrar em torno da reforma Tributária ao longo do primeiro semestre. Mas, a proximidade das eleições municipais tenderá a concentrar o debate em torno do sucesso ou fracasso do governo federal nas várias áreas, já que em boa parte do país o debate se dará entre os grupos políticos aliados ao Planalto e a oposição. O que vai obrigar o governo a afinar o discurso, deixar de bater cabeça entre as várias áreas e ser mais eficiente nas ações. O ano eleitoral também vai deixar em banho-maria, até 2005, temas importantes como as mudanças no sistema sindical e trabalhista brasileiro e a reforma política, que mexe no sistema partidário e eleitoral.

Entre os desafios do governo Lula para 2004, está a necessidade de avançar na área social, campo em que os resultados de 2003 são medíocres. O próprio Programa Fome Zero só há pouco passou ter superado os desastres iniciais. A reforma agrária é outra questão pendente, já que as dificuldades orçamentárias de 2003 frearam os assentamentos. Diante da pressão vinda do campo, o governo terá que destinar mais recursos sob pena de terminar 2004 sem cumprir as metas de assentar até 60 mil famílias por ano.

Outros desafios importantes, não são do governo, mas de toda a sociedade brasileira para 2004, são a violência e a corrupção. No primeiro caso, é necessária uma ação mais eficaz do Estado na punição, mas também na prevenção, com investimentos sociais na infância e adolescência nas periferias das grandes cidades. Já os grandes escândalos envolvendo juízes, advogados, políticos, empresários e policiais civis, militares e federais, mostram o quanto a corrupção e o crime organizado permeiam as várias instâncias da sociedade, inclusive os órgãos do Estado encarregados de combatê-los. Ai, faz-se necessária uma ação exemplar das instâncias governamentais, federal e estaduais, para que as investigações sejam levadas a cabo com o maior rigor e haja punições exemplares. Afinal, a corrupção, a lavagem de dinheiro e o crime organizado, que se apropriam dos recursos públicos, prejudicam os investimentos na melhoria das condições de vida de boa parte dos brasileiros.



Anexo G



PROJETO FOME ZERO

É grande a expectativa sobre o programa de Lula para segurança alimentar, elaborado com a ajuda de ONGs, sindicatos e outros setores da sociedade civil organizada.

Claudio Sampaio Barbosa

A pesar de ser um país com grande potencial para produção de alimentos, o Brasil enfrenta a fome em quase todo o seu território. Segundo o IBGE, cerca de 40 milhões de brasileiros ganham menos de um dólar por dia, sendo metabolizado pelo Banco Mundial para definir a inteligência. Tentando reverter este quadro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe de governo elaboraram um programa para acabar com o problema de vez: o Projeto Fome Zero.

Para Lula, a situação vem se agravando sempre mais rapidamente devido ao aumento do desemprego e das despesas com moradia, saúde, educação e transporte. Mas o presidente da república acredita que o Brasil tem muitos recursos para superar este quadro.

"Como mostra a Timbapá, temos potencial para produzir a comida de que a população necessita. Existe fome não porque faltam alimentos, mas pela falta de dinheiro na mão do trabalhador", disse Lula em sua *Proposta Política de Segurança Alimentar para o Brasil*.

SOCIEDADE ORGANIZADA

Para o presidente, erradicar a fome será uma das prioridades do governo. Mas Lula não abre mão de uma mobilização envolvendo toda a sociedade. "Garantir a segurança alimentar é promover uma verdadeira revolução, envolvendo aspectos econômicos, sociais e mudanças profundas na estrutura de dominação política", afirma. De fato, o Projeto Fome Zero foi elaborado com a ajuda de sindicatos, ONGs, membros de igrejas, especialistas em segurança alimentar, geógrafos, sociólogos, economistas e alguns outros setores da sociedade civil.

Lula diz ainda que precisa ficar claro que "o eixo central do projeto está na conjugação adequada entre as políticas estruturais – voltadas à distribuição de renda, crescimento da produção, geração de empregos, reforma agrária, entre outras – e as intervenções de caráter emergencial, muitas vezes chamadas de políticas compensatórias".

Dentre as medidas de políticas específicas para o combate à fome, ele destaca: ampliação da rede de escolas; crescimento do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), incentivando microempresas com incentivos fiscais; restaurantes populares; banco de alimentos; combate à desnutrição materno-infantil. Também são citadas por Lula políticas a serem implantadas por prefeituras e pela sociedade civil, a entrega de cestas básicas, que só deverá ocorrer em casos particulares, como em situações de calamidade.

O programa propõe a estrutura

do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, articulado com o Ministério do Planejamento. Tudo será vinculado diretamente ao gabinete da Presidência da República. Segundo Maya Takagi, pesquisadora da Unicamp e uma das coordenadoras do projeto, diferentemente do que aconteceu em programas anteriores, o Fome Zero terá mecanismos contra corrupção, como o treinamento dos beneficiários para fiscalização e organização do projeto.

Uma das críticas que se fez ao Fome Zero diz respeito à distribuição de cupons para compra de alimentos, sistema parecido com o norte-americano "Food Stamp" (selo de alimentos), criado nos anos 30, atendendo, hoje, cerca de 18 milhões de estadunidenses. Para a maioria das críticas, as pessoas deveriam poder aplicar o valor do cupom naquilo que elas julgarem necessário e não apenas em comida. Mas, segundo Takagi, o que não está sendo observado é a eficácia do programa, direcionado à fome. "Para a pobreza em geral, temos outros projetos como o Bolsa Escola, o combate ao desemprego, o Programa Primeiro Emprego e a Reforma Agrária".

IMBALANÇO DA FOME

Segundo o professor da Unicamp e coordenador do Fome Zero, Walter Bello, no início da década de noventa ocorreu uma grande mobilização em torno de questões, graças à campanha do sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Mas em 1993 e 1994, quando o núcleo central de campanha se transformou no Conselho de Segurança Alimentar (Conseal), a iniciativa perdeu força, devido à institucionalização.

Bello afirma que desde 1994 praticamente nada foi feito no combate à fome. "Acredito-se no início do Plano Real que não seria necessário criar nenhuma política específica para o problema. A estabilidade das preços seria suficiente. Como se sabe, o controle da inflação não foi suficiente para solucionar o questão". De fato, o levantamento de dados, realizado pelo Fome Zero, mostra que a situação

continua grave, principalmente nas cidades. "A pobreza rural tende a diminuir por um motivo muito simples: a nova Constituição dos direitos sociais aos trabalhadores rurais", lembra o professor.

O estudo revelou ainda que no Brasil não há fome endêmica, como na África, onde muita gente morre de fome. Aqui o número de pessoas que correm esse risco é muito pequeno. "O nosso problema é que as pessoas não têm renda para alimentar-se dignamente e isso gera no organismo uma série de consequências negativas, como doenças e desnutrição", comenta o coordenador.

MORTE POR FOME DA PROCESSO

O professor afirma que, mesmo não sendo grave como na África, a reversibilidade quando em nosso país não pode mais esperar. "Essa é uma revolução que foi tomada no Conselho dos Direitos Humanos da ONU de 1992. Ou seja, se alguém morre de fome num país, mesmo que seja um só pessoa, o Estado pode ser responsabilizado. Assim, não estamos aqui para fazer caridade, mas para garantir o direito de todos ao acesso ao alimento".

Bello cita ainda as microcréditos como uma das significativas medidas adotadas do combate à fome. "Vou dar 500 reais para alguém abrir um pequeno negócio, como fazer sorvetes com uma bicicleta, o que vai gerar a renda necessária para essas pessoas garantir sua alimentação. A ineficiência nos microcréditos é óbvia". Segundo o coordenador, o Fome Zero visa também à promoção social dos beneficiários: os dados deverão participar do programa de qualificação profissional e cursos de alfabetização, enquanto as crianças deverão matricular-se nas escolas.

Ele garante que há dinheiro no orçamento para começar o programa. Ainda assim, o governo conta com o apoio de organizações como ONU, Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento. "Quando o Fome Zero foi apresentado em Washington a algumas dessas organizações, o diretor da FAO, o órgão das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, afirmou que o projeto seria usado como referência", diz Bello.

FOME ZERO ATÉ 2015

Por tudo isso, Bello acredita que de um forma planejada, gradual e, sobretudo, bem organizada é possível acabar com a fome no país. "Não é possível que o acesso aos alimentos



seja dado ao sabor das mudanças do clima, da política agrícola e dos rumos do mercado". Ele critica que em breve o Brasil será um dos poucos países em dia com o compromisso firmado na Cúpula de Alimentação de 1996, de reduzir a fome à metade até 2015.

Segundo o professor, ainda que isso não ocorra no prazo definido, se for possível diminuir substancialmente o número de pessoas em fome e melhorar a quantidade, a qualidade e a regularidade da alimentação, o projeto poderá ser enquadrado como um dos maiores feitos políticos sociais da história brasileira. O último modelo de Bello, entretanto, vai além. O coordenador do Fome Zero espera que daqui a 12 anos não exista mais fome no Brasil.

Anexo H



Anexo I



Exemplar 487 – ANO XLVIII – Nº 10 – OUTUBRO de 2006

Cidade nova

www.cidadenova.org.br

AS ELEIÇÕES NÃO TERMINAM COM O VOTO

O momento mais importante da participação do cidadão na vida democrática não pode se tornar justamente o contrário: o momento em que o cidadão se distancia do poder



SEMANA MUNDO UNIDO
Os jovens assumem a dianteira

Anexo J



Anexo L



Anexo M

